

# PREGÃO ELETRÔNICO

Edital nº 90187-2026-00

## DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES (393003)

### OBJETO

Contratação dos serviços de transporte rodoviário de cargas, utilizando caminhão fechado do tipo baú, destinados à execução de mudanças que envolvem: a transferência de bens patrimoniais do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) — tais como mobiliário, equipamentos técnicos, veículos e acervos documentais — e o transporte de mobiliário e bagagens de servidores públicos e seus dependentes que, por interesse da Administração, forem removidos para nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente, em qualquer região do território nacional.

### VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 5.941.381,56 (cinco milhões, novecentos e quarenta e um mil trezentos e oitenta e um reais e cinquenta e seis centavos).

### DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 29/06/2026 às 10h (horário de Brasília)

### CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço Global

### MODO DE DISPUTA:

Aberto e Fechado

### TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

### MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br  
e apresente sua proposta!

## Sumário

1. DO OBJETO .....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	7
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	8
6. DA FASE DE JULGAMENTO .....	12
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	14
8. DO TERMO DE CONTRATO .....	16
9. DOS RECURSOS .....	17
10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	18
11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	21
12. DOS CONSÓRCIOS.....	21
13. DA INTEGRIDADE DOS CONTRATANTES .....	22
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	23

## MODELO DE EDITAL

### DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90187/2026

(Processo Administrativo nº 50600.038501/2025-34)

Torna-se público que o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), por meio da Coordenação-Geral de Cadastro e Licitações), sediado no Setor de Autarquias Norte | Quadra 03 Lote A. Ed. Núcleo dos Transportes | Brasília/DF | CEP:70040902, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

#### 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a (Contratação dos serviços de transporte rodoviário de cargas, utilizando caminhão fechado do tipo baú, destinados à execução de mudanças que envolvem: a transferência de bens patrimoniais do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) — tais como mobiliário, equipamentos técnicos, veículos e acervos documentais — e o transporte de mobiliário e bagagens de servidores públicos e seus dependentes que, por interesse da Administração, forem removidos para nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente, em qualquer região do território nacional conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formados por 09 itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

#### 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Não será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.6.3. sociedades cooperativas;

2.6.4. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.6.5. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.6. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.7. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.8. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.9. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.10. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de

trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.5 e 2.6.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.5 e 2.6.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.12. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 5.11 e 57.11.1 deste Edital.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.3.3. não possui, não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. A falsidade da declaração de que trata o item 3.3 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.8.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.8.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.9. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.9.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.9.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.8 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.2. Valor unitário e total do grupo;

4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3.1. O licitante [**NÃO**] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.7. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

4.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.12. O critério de julgamento será o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

4.13. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.



- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário e total do item.
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **com intervalo mínimo de diferença de percentual de 1% entre os lances**.
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11. Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “**aberto e fechado**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.11.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.17. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.17.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.17.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.17.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.17.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.17.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.17.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.17.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.17.2.2. empresas brasileiras;

5.17.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.17.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.18. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

5.18.1. O sorteio será gravado e anexado aos autos do processo licitatório;

5.18.2. A comissão de licitação será responsável por elaborar ata do sorteio, submetendo à assinatura dos presentes, sendo a mesma posteriormente divulgada e anexada aos autos do processo.

5.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.19.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

5.19.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.19.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.19.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

5.19.5. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **4 (quatro)** horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.19.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.20. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome e no CNPJ da empresa licitante.

6.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.5.1. conter vícios insanáveis;

6.5.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.6.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.6.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.6.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.6.2. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.7. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.8. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.8.1. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

6.8.2. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

6.8.3. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

6.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.11. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. Será permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.3.1. Se o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30 % (trinta por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou meio digital.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **04 (quatro) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.13. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 7.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **04 (quatro) horas**, para:

7.13.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

7.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.13.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

7.13.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

7.14. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

## 8. DO TERMO DE CONTRATO

8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

8.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

8.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **05 (cinco)** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **05(cinco)** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **05 (cinco)** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

8.3.1. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;



8.3.2. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

8.4. Os prazos dos itens 8.2 e 8.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

8.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

8.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8.7. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

## **9. DOS RECURSOS**

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/portais-tematicos/dnit-sem-papel>

## **10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

10.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

10.1.5. fraudar a licitação

10.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

10.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

10.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1. advertência;

10.2.2. multa;

10.2.3. impedimento de licitar e contratar e

10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

10.3.2. as peculiaridades do caso concreto

10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2, 10.1.3 e 14.1.4 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8 bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

10.16. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, [cgcl.esclarecimentos@dnit.gov.br](mailto:cgcl.esclarecimentos@dnit.gov.br).

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **12. DOS CONSÓRCIOS**

12.1. Poderão disputar essa licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio, desde que atendam as todas as condições previstas no artigo 15 da Lei nº 14.133, de 2021, e no artigo 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

12.2. O ato de constituição do consórcio deverá:

12.2.1. estabelecer a responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato; e

12.2.2. indicar a empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração.

12.3. Deverão ser apresentados os documentos exigidos no instrumento convocatório quanto a cada consorciado, admitindo-se, para efeito de habilitação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado.

12.4. Se o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30 % (trinta por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

12.5. Fica vedada a participação de pessoa jurídica consorciada em mais de um consórcio ou isoladamente.

12.6. As pessoas jurídicas integrantes do consórcio deverão assumir inteira responsabilidade pela inexistência de fatos que possam impedir a sua habilitação na presente licitação e, ainda, pela autenticidade de todos os documentos que forem apresentados.

12.7. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo DNIT e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

12.8. A empresa líder deverá apresentar, antes da assinatura do contrato decorrente desta licitação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I, do artigo 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **13. DA INTEGRIDADE DOS CONTRATANTES**

13.1. O DNIT, por intermédio da Instrução Normativa nº 77 de 14 de dezembro de 2021, instituiu a Política Antifraude e Anticorrupção, que traz um conjunto de conceitos, princípios, responsabilidades, vedações e regras destinadas a orientar a prevenção de ocorrência de fraudes e atos de corrupção nas atividades conduzidas diretamente ou por meio de concessão.

13.2. No caso de serviços e fornecimentos de grande vulto, conforme art. 6º, inciso XXII, c/c art. 25, § 4º da Lei nº 14.133, de 2021, c/c art. 17, inciso V da Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021, a contratada deverá implantar programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, nos termos da legislação vigente e das orientações dos órgãos de controle.

13.3. A contratada deverá observar o disposto na Lei nº 12.846, de 1 de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), e no Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022, bem como aceder ao Termo de Adesão Voluntária à Política Antifraude e Anticorrupção do DNIT – ANEXO III.

13.4. O DNIT, com amparo no artigo 57, inciso XIII, alíneas “a” e “b”, do Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022, poderá conduzir diligências antes da contratação, visando a prevenção, redução e mitigação de riscos à corrupção e à fraude.

#### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/licitacoes/sede/editaisdelicitacoes>.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 14.11.1. ANEXO I – Termo de Referência Digital
- 14.11.2. ANEXO II – Termo de Referência
- 14.11.3. ANEXO III – Estudo Técnico Preliminar
- 14.11.4. ANEXO IV – Instrumento de Medição de Resultado - IMR
- 14.11.5. ANEXO V – Minuta de Termo de Contrato
- 14.11.6. ANEXO VI – Termo De Compromisso Ético
- 14.11.7. ANEXO VII – Termo de Adesão Voluntária à Política Antifraude e Anticorrupção
- 14.11.8. ANEXO VIII – Planilha de Cubagem para Controle e Fiscalização

Brasília/DF, 11 de junho de 2026



DEPARTAMENTO NACIONAL INFRAEST.DE TRANSPORTES

Termo de Referência 40/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
40/2026	393003-DEPARTAMENTO NACIONAL INFRAEST.DE TRANSPORTES	RICARDO DOS SANTOS BRAGGIO	08/06/2026 12:40 (v 0.7)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	383/2026	50600.038501/2025-34

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Contratação dos serviços de transporte rodoviário de cargas, utilizando caminhão fechado do tipo baú, destinados à execução de mudanças que envolvem: a transferência de bens patrimoniais do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) — tais como mobiliário, equipamentos técnicos, veículos e acervos documentais — e o transporte de mobiliário e bagagens de servidores públicos e seus dependentes que, por interesse da Administração, forem removidos para nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente, em qualquer região do território nacional, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. Os serviços deverão atender às necessidades da Sede, localizada em Brasília/DF, bem como, das 26 (vinte e seis) Superintendências Regionais, alcançando todo o território nacional. A execução deverá observar integralmente a legislação pertinente, especialmente: a Lei nº 8.112/1990, nos artigos 36 a 38 e 53 a 57, que disciplina o direito ao transporte em remoções de ofício; o Decreto nº 4.004/2001, que estabelece limites e procedimentos para esse tipo de transporte; e a Lei nº 14.133/2021, que define as normas gerais aplicáveis às licitações e aos contratos administrativos.
- 1.3. Quaisquer diferenças entre as especificações constantes do Estudo Técnico Preliminar e este Termo de Referência, prevalecerão, sempre, as deste artefato.

Tabela 1 - Especificação dos Serviços

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	DISTÂNCIA (KM)	UNID. MEDIDA	QUNT. ESTIMADA - (M³)	PRAZO DE ENTREGA	VALOR UNITÁRIO + 1% SEGURO	VALOR DO SERVIÇO
1	Transporte de Mudança Interestadual	3220	00 a 50	m3/km	1500	Até 02 dias úteis	R\$ 130,64	R\$ 195.965,25
2	Transporte de Mudança Interestadual	3220	51 a 500	m3/km	2100	Até 03 dias úteis	R\$ 228,29	R\$ 479.409,63
	Transporte de							

3	Mudança Interestadual	3220	501 a 1000	m3/km	2100	Até 08 dias úteis	R\$ 323,53	R\$ 679.419,93
4	Transporte de Mudança Interestadual	3220	1001 a 1.600	m3/km	2100	Até 12 dias úteis	R\$ 359,50	R\$ 754.948,74
5	Transporte de Mudança Interestadual	3220	1601 a 2200	m3/km	2100	Até 15 dias úteis	R\$ 371,40	R\$ 779.934,12
6	Transporte de Mudança Interestadual	3220	2201 a 3000	m3/km	2100	Até 20 dias úteis	R\$ 434,04	R\$ 911.478,54
7	Transporte de Mudança Interestadual	3220	3001 a 4000	m3/km	1500	Até 25 dias úteis	R\$ 564,64	R\$ 846.960,75
8	Transporte de Mudança Interestadual	3220	4001 a 5000	m3/km	1000	Até 25 dias úteis	R\$ 642,59	R\$ 642.592,30
9	Transporte de Mudança Interestadual	3220	Acima de 5001	m3/km	1000	Até 25 dias úteis	R\$ 650,67	R\$ 650.672,30
VALOR ESTIMADO TOTAL (24 MESES)								R\$ 5.941.381,56

1.4. Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.4.1. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar (Doc. SEI nº 23429833).

1.5. Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.5.1. O serviço é enquadrado como continuado por ser indispensável ao DNIT para o desempenho regular de suas atribuições institucionais, em observância às determinações legais vigentes, cuja descontinuidade pode comprometer tanto as atividades finalísticas quanto as de suporte administrativo.

1.5.2. Além disso, a Portaria/DAF nº 8172/2019 (SEI 4675382), em seu Item 55, define os serviços de transporte mobiliário como continuados.

1.6. Prazo de vigência

1.6.1. O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja expressa previsão editalícia e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, mediante pesquisa de mercado e demonstração da economicidade.

1.6.2. A Minuta de Contrato SCONT (Doc. SEI nº 24959867), anexo a este documento, oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar - (Doc. SEI nº 23429833), apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I - ID PCA no PNCP: 04892707000100-0-000013/2026
- II - Data de publicação no PNCP: 30/04/2025
- III - Id do item no PCA: 303
- IV - Classe/Grupo: 643 - SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (Doc. SEI nº 23429833), apêndice deste Termo de Referência.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Fornecer aos empregados os equipamentos de proteção individual (EPIs) que se fizerem necessários à execução segura dos serviços.

4.1.2. Respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre gestão de resíduos sólidos.

4.1.3. Adotar práticas de sustentabilidade ambiental, quando da execução dos serviços, utilizando produtos biodegradáveis, atóxicos, conforme as normas da ABNT NBR, economizando energia, gás, e água.

4.1.4. Realizar o recolhimento de todos os resíduos recicláveis descartados de forma seletiva, em observância ao Decreto nº 5.940/2006.

4.1.5. Os veículos utilizados deverão obedecer aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções do CONAMA e legislação correlata, assim como aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções do CONAMA e legislação aplicável.

4.1.6. Prever a destinação ambiental adequada das baterias usadas ou inservíveis dos veículos vinculados à contratação, segundo disposições e resoluções do CONAMA.

4.1.7. Providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamentos disponibilizadas pelo respectivo fabricante ou importador, ou entregando-os ao estabelecimento que houver realizado a troca do pneu usado por um novo, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme resolução CONAMA aplicável à matéria e legislação correlata.

4.1.8. A comprovação da observância aos critérios registrados poderá ser feita mediante apresentação de Certificado emitido por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste o cumprimento da legislação afeta à matéria objeto da contratação.

4.2. Ademais, toda a administração pública deverá seguir as seguintes normas:

4.2.1. Instrução Normativa n° 01/2010 de 19 de janeiro de 2010 - Sustentabilidade;

4.2.2. O Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União - AGU/2022; e

4.2.3. PLANO DIRETOR DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - PSL 2024/2025 (Doc. SEI 16510510).

4.3. Observar ainda todos os critérios e práticas de sustentabilidade descritos no Estudo Técnico Preliminar (Doc. SEI nº 23429833), sem prejuízo de normas que poderão ser incluídas na fase de construção do Edital.

#### Subcontratação

4.4. Em consonância com o disposto no art. 122, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratado, em razão da necessidade de manutenção da responsabilidade integral da Contratada pela execução dos serviços, pelo controle operacional unificado e pela padronização dos procedimentos logísticos, elementos essenciais à gestão eficiente e à garantia da qualidade na prestação dos serviços de transporte rodoviário de cargas.

4.4.1. Excepcionalmente, será admitida a subcontratação exclusivamente para complemento de transporte mediante utilização de balsa, cegonha ou modal aéreo, quando a natureza do trajeto, as características da carga ou a urgência da entrega assim o exigirem, desde que:

4.4.2. Haja prévia e expressa autorização do órgão contratante, mediante solicitação fundamentada da Contratada, acompanhada de justificativa técnica que demonstre a imprescindibilidade da subcontratação para o cumprimento do objeto;

4.4.3. A subcontratação não ultrapasse 50% (cinquenta por cento) do valor total do contrato, em observância ao art. 93, § 1º, inciso II, do Decreto nº 11.246 /2022, que regulamenta a Lei nº 14.133/2021;

4.4.4. A empresa subcontratada atenda às mesmas exigências de habilitação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal estabelecidas no instrumento convocatório para a Contratada, comprovando capacidade operacional compatível com o serviço complementar a ser executado;

4.4.5. A Contratada permaneça integralmente responsável pela execução do objeto perante o DNIT, inclusive pelos atos praticados pela subcontratada, não se estabelecendo qualquer vínculo jurídico entre esta última e a Administração Pública;

4.4.6. Seja mantida a cobertura securitária integral dos bens transportados durante todo o trajeto, incluindo os trechos executados pela subcontratada, mediante apresentação de apólice de seguro específica ou comprovação de extensão da cobertura já contratada;

4.4.7. Os custos decorrentes da subcontratação estejam integralmente incorporados aos preços propostos pela Contratada, não gerando ônus adicional à Administração.

4.4.8. A inobservância de qualquer das condições ora estabelecidas implicará responsabilização contratual da Contratada, sujeitando-a às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da apuração de eventual prejuízo ao erário e da adoção das medidas administrativas cabíveis.

#### **Garantia da contratação**

4.5. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação, conforme regras previstas no contrato.

**4.6. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.**

4.7. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.8. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.9. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.10. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.11. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.12. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.13. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.14. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.15. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regularmente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.16. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

- 4.17. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
- 4.17.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 4.17.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada.
- 4.18. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 4.19. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 4.20. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.
- 4.21. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 4.22. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 4.23. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 4.24. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 4.25. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.
- 4.26. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.
- 4.27. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 4.28. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.
- 4.29. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e /ou aplicar sanções à contratada.
- 4.30. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.
- 4.31. A Minuta de Contrato SCONT (Doc. SEI nº 24959867), anexo a este documento, oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.
- 4.32. A CONTRATADA deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

**Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021):**

- 4.33. O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).
- 4.34. A CONTRATADA deve possuir contratados os seguintes seguros:
- 4.34.1. O seguro de RCTR-C: Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário de Carga visa garantir o reembolso de indenizações que o transportador for obrigado a pagar por prejuízos causados às mercadorias transportadas sob sua responsabilidade, caso ocorra acidente rodoviário durante o transporte, como colisão, capotagem, abaloamento, tombamento, incêndio ou explosão.
- 4.34.2. O seguro de RCF-DC: Responsabilidade Civil Facultativa do Transportador Rodoviário por Desaparecimento de Carga (RCG-DC), garante riscos contra roubo de cargas transportadas.
- 4.34.3. Quando do transporte dos bens e materiais a CONTRATADA deverá providenciar o seguro do patrimônio, devendo apresentar seguro com seguradora idônea, certificada pela SUSEP e com apólice capaz de ressarcir integralmente os prejuízos em razão de sinistro, dos seguros tipo RCTR-C (Responsabilidade Civil no Transporte Rodoviário de Cargas) e de RCF-DF (Desvio e Roubo de Cargas), para o valor atribuído aos bens a serem transportados, sem ônus para o CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA apresentar a apólice dos referidos seguros após o recebimento da ordem de serviço e antes da execução do serviço.

4.34.4. Antes do início da embalagem dos materiais, a CONTRATADA deverá apresentar cópia autenticada da apólice de seguro e comprovação da confirmação pela seguradora da averbação do valor assegurado para cada serviço a ser realizado.

4.34.5. O fornecedor contratará, obrigatoriamente, seguro da carga, cujo prêmio não deverá ultrapassar 1,0% (um por cento) do valor declarado dos bens informado pelo CONTRATANTE.

4.35. Prazos máximos de execução, conforme disposto na Tabela 1 - Especificação dos Serviços.

#### **Vistoria**

4.36. Não haverá exigência de vistoria prévia do endereço de execução dos serviços, haja vista que esses são variados e localizados em todo território nacional.

4.37. Todavia, a CONTRATADA deverá estimar e providenciar o material da embalagem em quantidade suficiente para realização dos serviços, informando o volume estimado ao interessado, com finalidade de que este possa decidir sobre quais itens incluirá no transporte.

4.38. A estimativa será utilizada para fins de cálculo da cubagem efetivamente transportada, assim como o preenchimento do formulário de seguro para declaração do valor monetário dos bens a serem transportados.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de execução**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: a partir da assinatura do contrato.

#### **Local e horário da prestação dos serviços**

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Setor de Autarquias Norte - Quadra 03 Bloco A - Brasília-DF, bem como, das 26 (vinte e seis) Superintendências Regionais, alcançando todo o território nacional.

#### **Rotinas a serem cumpridas**

5.3. O transporte será realizado desde o endereço de origem (local da apanha) até o endereço de destino (local de entrega), a partir do recebimento da "Ordem de Requisição de Serviço de Transporte Mobiliário", a ser encaminhada pelo DNIT, por intermédio do Fiscal do contrato.

5.4. A desmontagem, o acondicionamento e embalagem de todos os itens a transportar, no local de origem.

5.5. A descarga dos bens transportados e a montagem dos mesmos no seu destino, bem como todas as operações pertinentes que se fizerem necessárias.

5.6. A modalidade de transportes terrestre (caminhão tipo baú) poderá ser combinada com o transporte aéreo (avião) ou aquaviário e balsas, quando se fizer necessário.

5.7. O transporte de bagagem de servidor ou bens do DNIT será realizado do endereço de origem ao endereço de destino, nos transportes entre as cidades, em caminhão tipo baú, próprio para realização de mudanças, que contenha paredes da carroceria com a devida proteção para evitar danos aos bens, ou outro meio sugerido pela empresa e aprovado pelo fiscal do contrato, desde que, não onere o contrato, respeitadas as condições estabelecidas no contrato.

5.8. A CONTRATADA deverá apresentar a proposta para a realização do transporte em no máximo 48 (quarenta e oito) horas, após a solicitação do DNIT.

5.9. O custo com transporte utilizando-se de balsa, avião ou outro meio necessário para se chegar até o destino, desde que aprovado pelo fiscal do contrato, deverá estar incluído no valor do metro cúbico apresentado na proposta de preço.

5.10. Todos os custos com impostos, taxas, tarifas, além de outros que incidam no transporte, objeto deste Termo de Referência, serão de responsabilidade da empresa contratada.

5.11. O Contrato envolve todos os custos de mão de obra, veículos e respectivas manutenções, com emprego próprio de motorista, combustível, seguro total e outros encargos necessários à execução dos serviços.

5.12. Não será devido nenhum pagamento adicional pela opção por uma ou por outra modalidade de transporte, devendo a empresa contratada observar os prazos estipulados.

- 5.13. O serviço incluirá, ainda, para o transporte dos bens e bagagens do servidor, o descarregamento, a armazenagem e os manuseios na cidade de destino, ou seja, retirada da bagagem de depósito, colocação da bagagem dentro da residência indicada pelo servidor, desembalagem e montagem dos móveis, retirada do material de embalagem utilizado.
- 5.14. A metragem cúbica máxima admitida por servidor será de acordo com o estabelecido no Decreto nº 4.004/01, caso exceda esse limite, as despesas sobressalentes ocorrerão por conta do servidor.
- 5.15. A partir do recebimento da Ordem de Requisição de Serviço de Transporte Mobiliário, emitida e assinada pelo Fiscal do Contrato, a empresa CONTRATADA terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para retirar o bem do DNIT e/ou a bagagem do domicílio do servidor, no horário entre 8h às 12h e 14h às 17h. Este prazo poderá ser prorrogado, a critério do servidor ou a critério do DNIT.
- 5.16. A CONTRATADA informará ao fiscal do contrato, indicado pela Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - CGLOG/DAF, a data de início e previsão de término da embalagem dos bens, em até 2 (dois) dias úteis antes do início dos serviços.
- 5.17. A retirada dos bens do DNIT e/ ou bagagem do servidor deverá ser realizada somente por funcionário da empresa CONTRATADA, devendo esse empregado, no momento do recebimento e/ou da entrega da bagagem, ser devidamente apresentado ao interessado ou pessoa por ele indicada, através de carteira de trabalho ou contrato de trabalho.
- 5.18. O servidor solicitante ou alguém por ele designado deverá estar presente juntamente com o representante devidamente autorizado da CONTRATADA, quando este for proceder ao levantamento do volume do seu mobiliário e de suas bagagens.
- 5.19. Dentro do prazo de **05 (cinco) dias úteis** da emissão da Ordem de Requisição de Serviço de Transporte Mobiliário e antes de realizar a coleta dos bens do DNIT e/ou da bagagem do servidor, a CONTRATADA deverá enviar um funcionário, devidamente identificado, ao endereço determinado, em horário combinado, a fim de estimar previamente o volume e o tipo de bagagem a ser transportada.
- 5.20. O embarque e o transporte de bagagem de servidor ou de bens do DNIT serão realizados em caminhão tipo baú. Tal caminhão deverá ser posicionado, no dia do carregamento e/ou da entrega, junto ao domicílio do servidor e no caso de bens do DNIT, junto ao local indicado.
- 5.21. Alternativamente, caso seja de interesse da CONTRATADA, o transporte de bagagem poderá ser realizado por via terrestre combinado com aquaviária e aérea, sendo que, nesse último caso, a bagagem poderá ser retirada da casa do servidor, em caixas, por caminhão baú, utilitário ou van e colocada em recipiente especial tipo: airvan, no depósito da Contratada, sem aumento do custo do transporte, além do verificado na proposta apresentada pela empresa na adesão.
- 5.22. Caso a mudança permaneça em depósito, conforme estabelecido, poderá ser retirada da residência do servidor em caminhão tipo baú, utilitário ou van para encaminhamento até o depósito da transportadora.
- 5.23. Todo bem do DNIT e/ ou bagagem do servidor a serem transportados deverão ser embalados e separados por destino, montados e desmontados por funcionários da empresa CONTRATADA, devidamente habilitados e identificados.
- 5.24. Devem ser apresentados, no mínimo, 04 (quatro) funcionários para o serviço, uniformizados e munidos de ferramentas, material e acessórios necessários à desmontagem/montagem, embalagem/desembalagem e carregamento/descarregamento dos bens.
- 5.25. A empresa CONTRATADA deverá informar ao fiscal do contrato, com pelo menos 02 (dois) dias úteis de antecedência, a data e o horário de início e término da embalagem e do fechamento e selagem (lacre) ou abertura do caminhão com bens do DNIT e/ou bagagem do servidor, para que tanto a verificação da qualidade da embalagem quanto a medição da cubagem sejam efetuadas.
- 5.26. A medição da cubagem servirá como base para o cálculo do valor final do serviço executado. O DNIT pagará à empresa CONTRATADA até o limite da cubagem, mencionado na Ordem de Requisição de Serviço de Transporte Mobiliário e seguirá os parâmetros constantes da Planilha de Estimativa de Cubagem - (Doc. SEI nº 23697758), anexo deste Termo de Referência.
- 5.27. Não poderão ser excedidos os limites de cubagem estabelecidos, conforme consta na Ordem de Requisição de Serviço de Transporte Mobiliário. O quantitativo excedente será de responsabilidade exclusiva do servidor removido, sem qualquer ônus para o DNIT.
- 5.28. Uma vez acomodada a carga esta não poderá sofrer manuseio.
- 5.29. Será facultado ao servidor solicitar a utilização de depósito da CONTRATADA (guarda-móveis) por um período máximo de 15 (quinze) dias corridos. Na ausência de solicitação por escrito, o período será computado como atraso na entrega da bagagem.
- 5.30. A armazenagem por prazo superior a 15 (quinze) dias corridos poderá ser objeto de acordo com a empresa CONTRATADA e constituirá ônus exclusivo para o servidor removido.
- 5.31. Após o desembarque e a desembalagem do bem patrimonial do DNIT e/ou bagagem do servidor no local de destino indicado pelo interessado, e após a verificação do estado dos bens, a contratada deverá emitir declaração a ser assinada pelo interessado, atestando que o serviço ocorreu de forma satisfatória. Uma cópia dessa declaração deve ser imediatamente enviada à Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGLOG.

5.32. No caso de avaria ou extravio total ou parcial dos bens, deverá constar na declaração a ocorrência da EXISTÊNCIA DE AVARIA OU EXTRAVIO.

5.33. A empresa CONTRATADA deverá indenizar eventuais avarias ou perdas (totais ou parciais) no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após ter sido notificada.

5.34. Caso a indenização não ocorra no prazo fixado no item anterior, o DNIT poderá reter o pagamento da nota fiscal do serviço até que seja regularizada a situação, sem prejuízo das demais sanções previstas no instrumento convocatório.

5.35. A CONTRATADA deverá fornecer relatórios periódicos ao Fiscal do Contrato, contendo as informações da situação de todas as mudanças em execução.

#### Condições Específicas do Transporte

5.36. Durante a execução do contrato, a empresa vencedora deverá zelar pela manutenção dos veículos responsáveis pelos transportes, para que eles se encontrem em perfeito estado de manutenção, conservação, limpeza e segurança e para que todos os bens transportados sejam preservados, respeitando as especificações dos materiais utilizados para a embalagem e acondicionamento dos objetos a serem transportados, observando as orientações e definições contidas nas normas da ABNT, nas normas internacionais consagradas e em todas as normas correlatas do Poder Público, bem como nas prescrições e recomendações dos fabricantes.

5.37. A fiscalização da qualidade dos serviços de embalagem será efetuada durante o processo de embalagem dos pertences do servidor, e a verificação da cubagem do volume a ser despachado poderá ser efetuada durante e/ou após o término da embalagem, ocorrendo a vistoria do acondicionamento da bagagem depois do seu carregamento no caminhão baú, na porta da casa do servidor ou, em condições especiais, a critério e em locais definidos pelo DNIT, através do Fiscal do contrato, mediante sua autorização expressa.

5.38. O carregamento da mudança para dentro do caminhão só terá início depois de concluída a embalagem de todos os itens e fechado o inventário dos bens a serem transportados.

5.39. O preço do transporte de balsa, quando necessário, será providenciado pela CONTRATADA e repassado o custo ao CONTRATANTE, mediante comprovante, devendo incluir o valor do serviço de transporte no orçamento e cobrar as despesas na Nota Fiscal, permanecendo a CONTRATADA responsável pela qualidade da prestação do serviço.

#### Requisitos técnicos para prestação dos serviços

5.40. O serviço deverá incluir embalagem e desmontagem (incluindo o fornecimento de todo material necessário à embalagem e ao acondicionamento dos bens do DNIT e/ou bagagem do servidor), armazenagem e manuseios no local de origem, transporte, pagamento de taxas de terminais e demais custos incidentes desde a origem até o destino final.

5.41. Na tabela abaixo, encontram-se as formas de acondicionamento e o tipo de embalagens recomendadas por item de mudança.

**Tabela 2 - Formas de acondicionamento e tipo de embalagem**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	ESPECIFICAÇÃO DA EMBALAGEM	FORMA DE ACONDICIONAMENTO
1	Objetos finos/frágeis louças, cristais, porcelanas, lustres, etc.	Papel branco para embalagem HD, papel do tipo kraft e envoltos em papelão ondulado de face simples para copos e plástico polibolha grande nos demais.	Engradados de madeira sob medida ou caixas sob medida de papelão ondulado de parede dupla. Alternativamente, a madeira poderá ser substituída por papelão ondulado de parede múltipla ou equivalente
2	Estátuas e objetos planos de mármore ou pedra, tampos de mesa, telas, quadros e espelhos	Envoltos em papel branco para embalagem HD, papel do tipo kraft e em papelão ondulado de face simples ou plástico polibolha pequeno.	Engradados de madeira sob medida ou caixas sob medida de papelão ondulado de parede dupla. Alternativamente, a madeira poderá ser substituída por papelão ondulado de parede múltipla ou equivalente.
3	Vestuário em cabides ternos, costumes e vestidos.	-	Caixas de papelão ondulado de parede dupla com haste para cabides e desumidificadores de sílica gel.
4	Vestuário dobrável.	Forro de plástico ou papel do tipo kraft, com desumidificadores de sílica gel.	Caixas de papelão ondulado de parede dupla com desumidificadores de sílica gel.
	Móveis - sofás, poltronas, guarda-	Completamente envoltos com papel do tipo kraft e uma	Envoltos em papelão ondulado de face



5	roupas e objetos de grande porte.	segunda camada de plástico polibolha pequeno.	simples, com reforço de polibolha pequeno nas quinas e elementos de apoio.
6	Aparelhos Elétricos e Eletrônicos.	Envoltos em papel branco para embalagem HD, papel do tipo kraft e polibolha pequeno.	Caixas de papelão ondulado de parede dupla.
7	Móveis finos/frágeis como cristaleiras e armários, cômodas e penteadeiras com vidros.	Envoltos em papel do tipo kraft e plástico polibolha pequeno mais papelão ondulado de face simples.	Engradados de madeira sob medida com espumas para proteção das quinas ou molduras. Alternativamente, a madeira poderá ser substituída por papelão ondulado de parede múltipla ou equivalente.
8	Tapetes, Estofados e Colchões.	Papel do tipo kraft mais plástico polibolha.	Dobrados, envoltos por papelão ondulado de face simples no caso de tapetes, e acondicionados com naftalina.
9	Livros e Discos.	-	Caixas de papelão ondulado de parede dupla.
10	Bebidas.	Envoltos em papel branco para embalagem HD ou papel do tipo kraft.	Caixas de Papelão de parede dupla com separação em colmeias (NBR5985/1983 itens 2.2.4 e 2.2.5) ou envoltos papelão ondulado de face simples.
11	Itens que não se enquadram na relação acima	-	Caixas de papelão de parede dupla de tamanhos variados.

5.42. Todo o serviço de embalagem, seja quanto ao material empregado ou à forma de execução e acondicionamento dos itens, seguirá as orientações e definições contidas nos seguintes documentos:

5.42.1. NBR 9198/85 – Embalagem e acondicionamento; NBR 9477/86 – NBR 5980/04 Embalagens de papelão ondulado – classificação; NBR 5985/83 – Papelão ondulado e caixas de papelão ondulado; e

5.42.2. Norma Internacional de Medida Fitossanitária NIMF nº 15/2002 da FAO–Certificação Fitossanitária e Resumo Informativo da NIMF nº 15/2002, da FAO – Certificação Fitossanitária de Embalagens, Suportes e Material de Acomodação Confeccionados em Madeira.

5.43. As caixas de papelão utilizadas na embalagem terão como referência os estilos descritos na NBR5980/2004 da ABNT.

5.44. Estilos descritos no item 4.2.1 da referida Norma, referências 0201 a 0207, quando se tratar de embalagem para todo tipo de produto com exceção de roupas de vestuário.

5.45. O estilo descrito no item 4.2.2 da referida Norma, referências 0312 e 0313, quando se tratar de roupas de vestuário.

5.46. Todas as caixas empregadas na mudança deverão apresentar resistências, conforme definidas nos itens 2.33 a 2.39 da NBR 5985 /83, ao arrebentamento, compressão, esmagamento, impacto, perfuração, tombamento e vibração, adequados ao fim a que se destinam.

5.47. A selagem das caixas deverá ser feita com fita gomada, adesivo, grampos ou fitas autoadesivas.

5.48. Todo material de embalagem deverá ser novo, não ter sido previamente utilizado e deverá seguir as especificações contidas na Tabela de Especificação de Materiais, a seguir:

**Tabela 3 - Especificação de Materiais de embalagem**

ITEM	MATERIAL	ESPECIFICAÇÃO
1	Caixas de Papelão uso geral, diversos tamanhos.	Papelão ondulado de parede dupla com espessura mínima de 4 mm (NBR5985/1983 item 2.29), estilos NBR5980/2004, item 4.2.1, referências 0201 a 0207.
2	Caixas de papelão de uso específico para roupeiros/cabideiros e objetos frágeis em tamanhos variados.	Papelão ondulado de parede dupla com espessura mínima de 4 mm (NBR5985/1983 item 2.29), estilos NBR5980/2004, item 4.2.2, referências 0312 e 0313.
3	Papelão ondulado.	Papelão ondulado de face simples com espessura mínima de 3 mm (NBR5985/1983 item 2.28) diversas larguras.
4	Papel kraft.	Bobinas ou fardos de papel kraft puro com larguras variáveis gramatura mínima de 80g/m².
5	Plástico polibolha “pequeno”.	Plástico polibolha com bolhas de diâmetro mínimo de 8mm e com espessura mínima de 4mm e largura variável.
		Plástico polibolha com bolhas de diâmetro mínimo de 16mm e com

6	Plástico polibolha “grande”.	espessura mínima de 8mm e largura variável.
7	Estruturas de papelão.	Papelão ondulado de parede múltipla com espessura variável (NBR5985/1983 item 2.30).
8	Sílica gel.	Sacos de Sílica Gel Dessecante (dióxido de silício) de tamanhos variados para prevenção de umidade, mofo e ferrugem.
9	Fita adesiva.	Fita adesiva em papel marrom ou plástico transparente para empacotamento e fechamento de caixas e embalagens com larguras variáveis de 25 a 50 mm.
10	Fita gomada.	Fita gomada em papel marrom para empacotamento e fechamento das caixas e embalagens com larguras variáveis de 25 a 50 mm.

5.49. Caso a empresa CONTRATADA detecte danos preexistentes nos bens do DNIT e/ou bens do servidor, deverá comunicar o fato ao interessado e fazer constar no termo de coleta dos bens, observação de todos os danos preexistentes.

#### Regras:

5.50. Prazos contados da data de coleta efetiva (não da solicitação).

5.51. Considerando o transporte de equipamentos técnicos de precisão e veículos:

5.51.1. Plataforma ou prancha para veículos automotores (ex: Ford Ranger);

5.51.2. Amarração conforme Resolução CONTRAN nº 552/2015; e

5.51.3. Embalagens antichoque para equipamentos topográficos (teodolitos, estações totais, GPS geodésicos).

#### Materiais a serem disponibilizados

5.52. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário, conforme especificações constantes do Estudo Técnico Preliminar e neste Termo de Referência.

#### Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.53. Para assegurar maior controle, transparência e eficiência na execução contratual, bem como para subsidiar a fiscalização técnica dos serviços prestados, integra o Estudo Técnico Preliminar, como Anexo A, planilha de cubagem padronizada contendo a metragem cúbica de mobiliários, equipamentos e objetos comumente transportados em operações de mudança.

5.54. A referida planilha serve como parâmetro de referência para a análise crítica dos orçamentos apresentados pela Contratada em cada solicitação de serviço, permitindo que o fiscal do contrato e o gestor da execução contratual verifiquem a razoabilidade e a conformidade dos volumes declarados, evitando distorções, superfaturamento ou divergências injustificadas entre o volume estimado e o efetivamente cobrado.

5.55. Para o adequado atendimento do objeto contratual, deverão ser observados os requisitos legais e contratuais, especialmente as situações e parâmetros estabelecidos pelo Decreto nº 4.004, de 08 de novembro de 2001, alterado pelo Decreto nº 4.063/2001, que define os limites máximos de metros cúbicos passíveis de transporte por mudança de servidor público e seus dependentes.

5.56. Estimativa para 24 (vinte e quatro) meses de contrato:

5.56.1. 17.500 m³ para mudanças, transportes locais e interestaduais.

5.56.2. Para efeito do cálculo da quilometragem entre percursos, será utilizado o *Google Maps*.

5.56.3. No caso de mudanças entre andares de um mesmo prédio ou de quilometragens inferiores a 30 km, considerar-se-á, para efeito de cálculo, a distância exata de 30 km.

5.56.4. Considerando que o Decreto nº 4.004/2001 prevê o transporte em m³ ou Kg, fica convencionado que 1 m³ corresponderá a 200 Kg. Essa prerrogativa será utilizada para transporte de objetos indivisíveis muito pesados ou muito volumosos.

5.56.5. Para o transporte de veículos deverão ser utilizados os parâmetros constantes da Planilha de Estimativa de Cubagem - (Doc. SEI nº 23697758), anexo a este Termo de Referência.

5.56.6. Quando se tratar de transporte de mobiliário de servidor, fica estabelecido, nos termos do art. 4º, do Decreto nº 4.004, de 08 de novembro de 2001, o limite máximo de metros cúbicos e quilogramas a ser transportado por servidor, conforme indicado na tabela a seguir:

**Tabela 4 - Limite de metros cúbicos por servidor + dependentes**

METROS CÚBICOS	QUILOGRAMAS	QUANTIDADE
12	4.500	Apenas o Servidor
24	9.000	Servidor + 01 dependente
27	9.900	Servidor + 02 dependentes
30	10.800	Servidor + 03 dependentes
33	17.700	Servidor + 04 dependentes

5.57. Nos casos em que os bens do servidor removido e dos seus dependentes ultrapassarem os limites estabelecidos no item anterior, o custo excedente correrá à conta exclusiva do servidor removido. O DNIT não se responsabiliza por pagamentos devidos pelo volume excedente e pelas negociações entre servidor removido e CONTRATADA.

5.58. O serviço deverá compreender o transporte nacional de bagagem na modalidade terrestre, combinadas ou não com transporte aéreo e aquaviário, porta a porta, entre as cidades, tendo a metragem cúbica como referência de unidade de medida, de acordo com os limites estabelecidos nos Decretos supracitados.

5.59. O cálculo do valor devido por mudança será precedido de verificação da distância entre as cidades de origem e destino e enquadramento na respectiva faixa de distância para constatação do valor unitário do metro cúbico utilizado para cálculo do transporte.

5.60. Obtido o valor unitário do metro cúbico transportado, correspondente a respectiva faixa de distância, este será multiplicado pelo total de metros cúbicos transportados, sendo somado a tal resultado o valor referente a 1% (um por cento) a título de seguro incidente sobre o valor declarado dos bens transportados, conforme fórmula abaixo:

$$\text{VDT} = \text{VM} \times \text{QM} + \text{SE}$$

Em que:

VDT = Valor devido total: valor a ser pago à empresa contratada pela execução do serviço.

VM = Valor do metro cúbico por quilômetro, conforme faixa de distâncias.

QM = Quantidade de metros cúbicos transportados.

SE = Seguro (1% do valor declarado dos bens transportados).

5.61. Quanto ao aferimento das distâncias a serem percorridas, para fins de cálculo e pagamento do valor devido pelo serviço executado, serão observadas aquelas entre as cidades de origem e destino.

5.62. A CONTRATADA deverá justificar eventuais discrepâncias entre a cubagem (m³) informada pelo DNIT e calculada pela CONTRATADA, considerando as especificações técnicas de empilhamento que demonstrem as situações em que o espaço ocupado pelo volume seja maior que as dimensões reais do objeto a ser transportado.

5.63. O valor referente ao seguro de 1% (um por cento) a ser pago pelo DNIT sobre o valor dos bens transportados, **está incluso no preço proposto pela licitante**, incidirá relativamente, apenas, sobre aqueles bens cujo valor do transporte será custeado pelo DNIT, destinado para fins de ressarcimento em caso de roubo, dano ou acidente em trânsito.

5.64. A diferença que existir entre o valor fixado para o seguro e o estimado para o servidor **correrá a conta dos seus próprios recursos quanto ao excesso declarado.**

5.65. O seguro da bagagem, cuja taxa não estará incluída no preço proposto pela licitante, corresponderá a 1% (um por cento), sobre o valor declarado dos bens a serem transportados.

#### Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.66. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Após a homologação da licitação, o adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, cuja vigência inicial será de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja expressa previsão

editância e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, mediante pesquisa de mercado e demonstração da economicidade.

6.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.5. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.6. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

6.7. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.8. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de vigência contratual.

6.9. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

6.10. O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

### **Rotinas de Fiscalização**

6.11. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

6.12. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.13. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.14. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.15. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.16. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.17. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.18. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.18.1. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados.

6.18.2. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

6.18.3. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

6.18.4. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

6.18.5. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

6.19. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.20. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

#### **Fiscalização Administrativa**

6.21. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.22. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

#### **Gestor do Contrato**

6.23. Cabe ao gestor do contrato:

6.23.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.23.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.23.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.23.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.23.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.23.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

**6.23.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.**

#### **6.24. Receber e dar encaminhamento imediato:**

6.24.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174 /2024;

6.24.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado - IMR, conforme previsto no Anexo - (Doc. SEI nº 23784272), para aferição da qualidade da prestação dos serviços, segundo o Estudo Técnico Preliminar (Doc. SEI nº 23429833).
- 7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:
- 7.2.1. não produziu os resultados acordados;
- 7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 7.2.4. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 7.2.5. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:
- 7.2.5.1. A aplicação do IMR, utilizada pelo fiscal, deverá ser feita mensalmente com as ocorrências identificadas no período; e
- 7.2.5.2. A partir do registro das ocorrências as respectivas pontuações serão somadas, conforme pontuação definida para cada indicador, obtendo-se um valor final chamado de Fator de Qualidade, por meio da qual será realizado o ajuste no pagamento, segundo o caso.
- 7.3. Todas as ocorrências serão registradas pelo CONTRATANTE, que notificará a CONTRATADA, atribuindo pontos para cada ocorrência e ajustando-se o pagamento do mês de apuração dos fatos, de acordo com o **IMR**, Anexo - (Doc. SEI nº 23784272).
- Recebimento**
- 7.4. O recebimento dos objetos se dará em caráter provisório e definitivo, como determina o art. 140, II, alíneas "a" e "b" da Lei nº 14.133 /2021.
- 7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
- 7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.8.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.9. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 7.10. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.11. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.12. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.13. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.14. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.15. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.15.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.15.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao CONTRATADO, por escrito, as respectivas correções.

7.15.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.15.4. Enviar a documentação pertinente à Coordenação de Contratos e Aquisições para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.15.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no tocante à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.15.6. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.15.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

7.16. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.17. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.18. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I - o prazo de validade;

II - a data da emissão;

III - os dados do contrato e do órgão contratante;

IV - o período respectivo de execução do contrato;

V - o valor a pagar; e

VI - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.19. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

7.20. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.21. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.21.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.21.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.22. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.23. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.24. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.25. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de Pagamento**

7.26. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.27. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.

### **Forma de Pagamento**

7.28. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.29. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.30. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.30.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.31. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Reajuste**

7.32. Os serviços serão prestados pelos preços ofertados na proposta da licitante vencedora e serão reajustados, mediante solicitação formal da contratada que deverá apresentar planilha de com os valores reajustados e sua metodologia para aferição por parte da Administração, atendendo o princípio da anualidade, de acordo com a variação do Índice Nacional da Variação de Custos do Transporte Rodoviário de Cargas Fracionadas – INCTF, em conformidade com a legislação em vigor, que será devidamente aferida pelo DNIT.

7.33. O primeiro período de contagem do interregno de um ano, se dará a partir da data da proposta da licitante vencedora e os demais seguirão a anualidade a contar da data do último reajuste.

7.34. O preço ajustado do objeto do instrumento convocatório também poderá sofrer reequilíbrio econômico-financeiro na hipótese previstas na alínea “d”, do inciso II, do art. 124, da Lei nº 14.133/21, as quais deverão ser documentalmente comprovadas pela CONTRATADA e aceitas pela CONTRATANTE.

7.35. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da proposta aceita na licitação.

7.36. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.37. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.38. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.39. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.



7.40. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.41. O reajuste será realizado por apostilamento.

### **Cessão de Crédito**

7.42. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.42.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.42.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.42.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração - (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

7.42.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

7.43. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

7.44. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na IN SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

## **8. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1. Considerando que a natureza do objeto prescinde de especialização técnica diferenciada por parte do fornecedor, a contratação deverá ser precedida de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**, para um único fornecedor, haja vista não se revelar economicamente vantajosa para a Administração, tampouco operacionalmente viável, a contratação de múltiplas empresas para o mesmo objeto, em razão da necessidade de padronização dos serviços e de gestão contratual unificada.

8.2. A proposta da licitante deverá conter todos os requisitos necessários ao atendimento da demanda, acompanhada das especificações dos serviços e materiais a serem empregados, quantitativos, forma e condições para a execução dos serviços, comprovação de capacidade técnica da contratada e demais condições a serem observadas na contratação.

### **Regime de execução**

8.3. O regime de execução do objeto será de Empreitada por menor preço unitário.

### **Modo de Disputa**

8.4. Aberto e Fechado, sem intervalo mínimo entre os lances.

### **Exigências de habilitação**

8.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

8.6. As exigências de habilitação observarão o disposto no Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, e na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, limitando-se ao mínimo necessário ao cumprimento do objeto licitado, de modo a preservar o caráter competitivo do certame, em conformidade com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

8.6.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.6.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELL: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.6.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.6.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.6.9. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Microempresas e empresas de pequeno porte**

8.8. A exclusividade de participação de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme determina a Lei complementar 123/2006, em seus artigos 47 a 49 (alterada pela Lei Complementar nº 147/2014) e a Orientação Normativa nº 47/2014 – AGU, **não se aplica**, devido ao valor estimado para esta aquisição, ser superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), segundo determina o Decreto nº 8.538/2015 (alterada pelo Decreto nº 10.273/2020).

### **Participação de Cooperativas:**

8.9. Nos termos da Lei nº 12.690/2012, os cooperados exercem suas atividades com autonomia e sem subordinação jurídica, o que é com o modelo de gestão exigido pela Administração Pública para assegurar a qualidade, a segurança operacional e a responsabilidade técnica na execução de serviços logísticos que envolvem o manuseio, o transporte e a integridade de bens públicos e pessoais de servidores.

8.10. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU reforça essa vedação, especialmente quando a contratação de cooperativas visa o desempenho de atividades que exigem responsabilidade contínua, gestão centralizada e padronização de procedimentos, o que caracterizaria relação típica de emprego indireto, contrariando os princípios da legalidade e da moralidade administrativa - (Acórdão nº 2.802/2013 – Plenário, entre outros).

8.11. Assim, visando resguardar a legalidade, a eficiência da prestação do serviço, a responsabilidade civil e trabalhista, bem como o interesse público, restringe-se a participação de cooperativas nesta licitação.

### **Participação de Consórcios:**

8.12. Será admitida a participação de empresas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, observadas as seguintes condições:

I - Cada consorciada deverá participar com, no mínimo, 30% (trinta por cento) da execução do objeto;

II - Todas as consorciadas responderão solidariamente pelas obrigações do contrato;

III - É vedada a participação de empresa consorciada, nesta licitação, de forma isolada e, simultaneamente, em mais de um consórcio, nos termos do Inciso IV do artigo 15 da Lei 14.133/2021.

IV - A definição dos percentuais mínimos e máximos de participação foi fundamentada em análise técnica e administrativa, visando mitigar riscos contratuais, equilibrar responsabilidades, fomentar a competitividade e assegurar a efetiva capacidade das consorciadas.

8.12.1. A definição dos percentuais mínimos e máximos de participação foi fundamentada em análise técnica e administrativa, visando mitigar riscos contratuais, equilibrar responsabilidades, fomentar a competitividade e assegurar a efetiva capacidade das consorciadas, além disso, visa evitar a formação de consórcios meramente formais, nos quais as empresas participam de forma residual apenas para fins de habilitação, sem contribuição efetiva à execução contratual, o que poderia comprometer a qualidade dos serviços e a responsabilização das contratadas.

8.12.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Empresas em Recuperação Judicial**

8.13. Nos termos do Acórdão 1201/2020-TCU-Plenário, admite-se a participação, nesta licitação, de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar os demais requisitos de habilitação, conforme a seguir:

*Esse assunto encontra-se pacificado na jurisprudência desta Corte que converge para a admissão da participação de licitantes em recuperação judicial, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei 8.666/1993 (Acórdão 8271/2011-TCUSegunda Câmara, relator Ministro Aroldo Cedraz).*

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa SEGES/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples.

8.23. Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II.

8.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.24.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.24.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.24.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.25. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.26. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação.

8.27. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura - (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

### **Qualificação Técnico-Operacional**

8.29. Inscrição no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTRC) da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

8.30. Considerando o grande volume de itens a serem transportados e o prazo de execução dos serviços, a CONTRATADA deverá comprovar possuir, à sua disposição, no mínimo, 04 (quatro) caminhões tipo baú.

8.31. Declaração de que possui capacidade operacional suficiente (infraestrutura, frota e mão de obra) para atender aos quantitativos estimados no instrumento convocatório, incluindo a possibilidade de execução simultânea de múltiplas solicitações de serviço. Deverá, ainda, dispor de quadro de pessoal adequado e qualificado para a execução dos serviços, os quais não estabelecerão qualquer vínculo empregatício com a Administração Pública.

8.32. Atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, o qual comprove que a licitante prestou ou está prestando, de forma satisfatória, serviços pertinentes e compatíveis em características e prazo com o objeto do instrumento convocatório, exigindo-se o mínimo de 50% (cinquenta por cento) do objeto licitado.

8.33. Para a identificação do mínimo acima referido, será aceita a soma de até 3 (três) atestados de capacidade técnica.

8.34. A licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s) apresentado(s), juntando ao(s) mesmo(s), dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação.

8.35. O atestado de capacidade técnico-operacional deverá referir-se a serviços prestados no âmbito da atividade econômica principal ou secundária da licitante, especificadas no contrato social vigente.

8.36. A fase de habilitação consistirá, também, na consulta on-line ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores – SICAF e/ou às certidões respectivas, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS do Portal da Transparência, ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e à Certidão Negativa (ou Positiva com efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT).

8.37. Para fins de habilitação, será considerada a CNDT mais atualizada, conforme entendimento do Tribunal Superior do Trabalho – TST, ratificada pela orientação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

8.38. A Contratada deverá, às suas expensas, contratar o Seguro de Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário de Carga (RCTR-C) e o Seguro de Responsabilidade Civil Facultativa por Desaparecimento de Carga (RCF-DC), a fim de ressarcir eventuais danos aos bens e materiais de propriedade da Contratante e dos servidores públicos, por ocasião da prestação dos serviços, em conformidade com as condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e no Edital.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

8.39. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.40. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.41. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.42. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.43. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## 9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO

9.1. O parcelamento do objeto na contratação dos serviços de transporte de cargas e bagagens não se mostra economicamente viável, uma vez que tal modelo ocasionaria perda de economia de escala. Optou-se, portanto, pelo fornecimento integrado de todos os serviços necessários ao transporte de cargas e bagagens, abrangendo mão de obra, combustível e todos os materiais indispensáveis à consecução do objeto.

9.2. A gestão integrada de um único contrato propiciará maior controle e redução de gastos, garantirá a unicidade e padronização do objeto, além de evitar descontinuidades na prestação dos serviços contratados, assegurando celeridade, objetividade e eficiência, em observância ao disposto na Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União:

*"É imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala".*

9.3. Entende-se, pois, que a contratação fragmentada dos serviços não se revela vantajosa, posto que não se apresenta técnica nem economicamente viável. Eventual parcelamento do objeto, possibilitando diversas contratações simultâneas, poderá comprometer a execução dos serviços de forma que não se produzam os resultados pretendidos, além de dificultar o gerenciamento contratual e a fiscalização adequada.

9.4. A responsabilização de uma única empresa contratada mostra-se mais adequada não apenas para fins de acompanhamento e fiscalização dos serviços prestados, mas sobretudo para facilitar a identificação de eventuais falhas, apuração de suas causas e atribuição de responsabilidades, de modo a aumentar o controle sobre a execução do objeto lícito.

9.5. Sob o aspecto técnico-operacional, a contratação de uma única empresa para a prestação integral dos serviços revela-se mais satisfatória do que a pulverização entre diversos particulares. Ademais, corroborando a contratação unificada, destaca-se a viabilidade da metodologia proposta e a comprovada disponibilidade de empresas especializadas com capacidade técnica e operacional para execução do objeto, ao passo que haverá melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade no certame licitatório.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor estimado para a presente contratação é de **R\$ 5.941.381,56** (cinco milhões, novecentos e quarenta e um mil trezentos e oitenta e um reais e cinquenta e seis centavos), para o período de 24 (vinte e quatro) meses, prorrogáveis em atenção ao art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

10.2. Valor estimado mensal: **R\$ 247.557,57** (duzentos e quarenta e sete mil quinhentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e sete centavos).

10.3. Valor estimado anual: **R\$ 2.970.690,78** (dois milhões, novecentos e setenta mil seiscentos e noventa reais e setenta e oito centavos).

10.4. Para efeito de estimativa dos quantitativos a serem contratados, considerou-se a estrutura do quadro funcional da Autarquia e a movimentação de servidores para ocupação de cargos estratégicos que, por vezes, demandam mudança de sede para o exercício de suas funções. Ademais, ocorre frequentemente a necessidade de transporte de cargas, materiais e mobiliários a serem empregados nas atividades do DNIT em localidades distintas de sua sede.

10.5. Considerando que tais serviços são executados por demanda e dependem de eventos que, frequentemente, são imprevistos, ocorrendo em momentos distintos e por necessidade estratégica da Administração, o quantitativo de serviços a ser contratado baseou-se no levantamento histórico dos serviços realizados nos últimos 2 (dois) anos do contrato vigente, acrescido dos quantitativos estimados para transporte de cargas patrimoniais da Autarquia, tais como o transporte de caixas-arquivo em suporte às Superintendências Regionais.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I - Gestão/Unidade: 393003

II - Fonte de Recursos: 1000.000.000

III - Programa de Trabalho: 26.122.0032.2000.0001

IV - Elemento de Despesa: 33.90.39.74

V - Plano Interno: DAF00004

VI - Nota de Empenho: a definir

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 12. DA PROPOSTA

12.1. A proposta, que compreende a descrição dos produtos/serviços ofertados pelo licitante, preço unitário e preço total, deverá ser compatível com as especificações constantes deste Termo de Referência e seus anexos, bem com atender as seguintes exigências:

12.1.1. Prazo de validade da proposta, não inferior a **90 (noventa) dias corridos**, a contar da data de sua apresentação.

12.1.2. Declaração expressa de que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas, tributos e encargos de qualquer natureza incidentes sobre o objeto do Edital, nada mais sendo lícito pleitear a esse título.

12.1.3. Declaração de que a licitante conhece e concorda com todas as condições constantes do Termo de Referência.

12.1.4. A razão social, o CNPJ, colocando o número do edital, data e hora de abertura, endereço completo, o número do telefone, e-mail, assim como o número da conta corrente, o nome do Banco e Agência onde deseja receber seus créditos.

12.1.5. O(s) licitante(s) poderá(ão) apresentar quaisquer outras informações que julgar necessárias.

12.1.6. Não serão aceitas propostas cujas planilhas de composição de preços contenham valores unitários acima dos valores estimados pelo DNIT, em atendimento ao Acórdão nº 3473/2014 - Plenário, do Tribunal de Contas da União.

12.1.7. Anexo à proposta, deverá ser apresentada a GFIP mais recente da licitante, DCTF da licitante e demais documentos necessários para comprovação das informações dispostas na planilha de custos de formação de preços.

12.1.8. Modelo de proposta com a(s) especificações/descrição(s) e quantitativos para formação de valores.

**Tabela 5 - Apresentação de Proposta**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	DISTÂNCIA (KM)	UNID. MEDIDA	QUNT. ESTIMADA - (M³)	PRAZO DE ENTREGA	VALOR UNITÁRIO + 1% SEGURO	VALOR DO SERVIÇO
1	Transporte de Mudança Interestadual	3220	00 a 50	m3/km	1500	Até 02 dias úteis		
2	Transporte de Mudança Interestadual	3220	51 a 500	m3/km	2100	Até 03 dias úteis		
3	Transporte de Mudança Interestadual	3220	501 a 1000	m3/km	2100	Até 08 dias úteis		
4	Transporte de Mudança Interestadual	3220	1001 a 1.600	m3/km	2100	Até 12 dias úteis		

5	Transporte de Mudança Interestadual	3220	1601 a 2200	m3/km	2100	Até 15 dias úteis		
6	Transporte de Mudança Interestadual	3220	2201 a 3000	m3/km	2100	Até 20 dias úteis		
7	Transporte de Mudança Interestadual	3220	3001 a 4000	m3/km	1500	Até 25 dias úteis		
8	Transporte de Mudança Interestadual	3220	4001 a 5000	m3/km	1000	Até 25 dias úteis		
9	Transporte de Mudança Interestadual	3220	Acima de 5001	m3/km	1000	Até 25 dias úteis		
<b>VALOR ESTIMADO TOTAL (24 MESES)</b>								<b>R\$ XXXX</b>

### 13. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

13.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

#### Multa:

13.3. moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

13.4. compensatória de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato em caso de descumprimento parcial do objeto.

13.5. compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato em caso de descumprimento total do objeto.

13.6. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

13.7. o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para a apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

13.8. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.9. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência, poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.10. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.11. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.12. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.13. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.14. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

13.15. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

13.16. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante; e
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.17. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

13.18. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

13.19. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

13.19.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13.20. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.21. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **14. DO COMPROMISSO ÉTICO**

14.1. Mensagem da Diretoria de Administração e Finanças do DNIT:



*"Trata-se da instituição do Termo de Compromisso Ético nas contratações realizadas por esta Autarquia, o qual será instrumento acessório destinado à prevenção contra fraudes e corrupção nos processos licitatórios e contribuirá na promoção da integridade do DNIT.*

*A proposta resulta de iniciativa da Comissão de Ética, por meio do projeto "Licitação Ética", a qual afirma que a inserção de elementos e valores éticos aceitos por esta Autarquia devem estar devidamente registrados e reafirmados nos seus processos estratégicos, em especial naqueles de grande importância e relevância.*

*Nesse aspecto, sugere-se a inserção, no corpo do edital, de um novo item (tópico), denominado "Do Compromisso Ético", que acresce redação específica sobre ética, constando breve e sucinta considerações a respeito do tema. Além disso, convida, de forma livre a autônoma, o eventual futuro contratado a firmar um "Termo de Compromisso Ético", de caráter voluntário (pois ainda não há legislação que o obrigue compulsoriamente a assinar o instrumento), somando e aliando-se ao esforço do DNIT em alcançar superiores patamares de integridade.*

*Informo, que a presente sugestão faz parte de uma proposta de inovação nos procedimentos licitatórios associada à Gestão da Integridade, instrumento de Compliance, denominada "PROJETO LICITAÇÃO ÉTICA".*

14.2. Portanto, o Termo de Compromisso Ético (Doc. SEI nº 24527268), juntado aos autos, tem como objetivo convidar o licitante vencedor a aderir voluntariamente ao mesmo.

## **15. POLÍTICA ANTIFRAUDE E ANTICORRUPÇÃO DNIT**

### **Conceito Geral**

15.1. A Política Antifraude e Anticorrupção do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT é o conjunto de conceitos, princípios, responsabilidades, vedações e regras destinado a orientar a prevenção de ocorrências de fraudes e atos de corrupção nas atividades conduzidas diretamente ou por intermédio de concessão.

15.2. Esse expediente contribui, ao lado de outras ações de integridade, para o cumprimento da missão do DNIT de implementar a política de infraestrutura de transportes, visando o desenvolvimento sustentável do País. Além disso, coopera para o atingimento da visão de futuro do Departamento, isto é, de ser reconhecido pela gestão da infraestrutura de transportes com padrões de excelência na América Latina.

### **Finalidade**

15.3. A finalidade da Política Antifraude e Anticorrupção é fortalecer a integridade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, comunicando, com transparência, aos integrantes do Órgão e à sociedade, os princípios basilares, as condutas e os comportamentos vedados, as responsabilidades e as ações proativas e preventivas para coibir atitudes fraudulentas e de corrupção.

### **Objetivos**

15.4. Definir responsabilidades, regras e procedimentos para o enfrentamento proativo e preventivo à fraude e à corrupção no DNIT.

15.5. Fortalecer a cultura da ética e da integridade no DNIT.

15.6. Comunicar à sociedade as condutas e os procedimentos inaceitáveis no âmbito do DNIT, de forma que o controle social coopere no fortalecimento da ética e integridade do Departamento.

15.7. Proteger a imagem do DNIT, afastando as hipóteses de eventuais constrangimentos veiculados na mídia, processos judiciais ou outros litígios, gerados por conflitos de interesses, reais ou alegados, além de práticas antiéticas que atentem contra a integridade do DNIT e maculem sua reputação no seio da sociedade.

15.8. Nesse sentido, o Termo de Adesão à Política Antifraude e Anticorrupção (Doc. SEI nº 24527732), foi juntado aos autos, com o intuito de convidar o licitante vencedor a voluntariamente aderir a essa política.

## **16. POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO DNIT**

16.1. A CONTRATADA deverá atender integralmente as normas acerca da Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC), estabelecidas na Portaria nº 1745, de 29 de março de 2021, assim como atender todas as normas e procedimentos específicos vigente quanto ao tema.

16.2. A CONTRATADA se compromete a divulgar a Portaria nº 1745, de 29 de março de 2021 e suas normas complementares aos seus empregados e prepostos envolvidos em atividades no DNIT.

## **17. DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

17.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

17.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

17.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

17.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

17.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

17.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

17.7. O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

17.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

17.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

17.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

17.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

17.12. O contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

17.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **18. CLASSIFICAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**

18.1. Declaramos, nos termos da Artigo 10º da INSTRUÇÃO NORMATIVA CGNOR/ME Nº 81, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2022, que o presente Termo de Referência não contém informações passíveis de classificação, segundo a Lei 12.527/2011.

## **19. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**RICARDO DOS SANTOS BRAGGIO**

Coordenador de Contratos e Aquisições

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Estudo Técnico Preliminar 342\_2025.pdf (282.77 KB)
- Anexo II - PLANILHA\_COM\_CUBAGEM\_\_\_\_Modelo\_2026(6).pdf (478.7 KB)
- Anexo III - SEI\_24527268\_Termo\_de\_Compromisso\_Etico.pdf (141.08 KB)
- Anexo IV - SEI\_24527732\_Termo\_de\_Adesao\_Antifraude\_e\_Anticorrupcao.pdf (92.76 KB)
- Anexo V - IMR\_\_\_\_Transporte\_Interestadual\_de\_cargas.pdf (34.63 KB)
- Anexo VI - SEI\_24959867\_Minuta\_de\_Contrato\_Servicos de transporte rodoviario de cargas.pdf (207.06 KB)

## TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 50600.038501/2025-34

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação dos serviços de transporte rodoviário de cargas, utilizando caminhão fechado do tipo baú, destinados à execução de mudanças que envolvem: a transferência de bens patrimoniais do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) — tais como mobiliário, equipamentos técnicos, veículos e acervos documentais — e o transporte de mobiliário e bagagens de servidores públicos e seus dependentes que, por interesse da Administração, forem removidos para nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente, em qualquer região do território nacional, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Os serviços deverão atender às necessidades da Sede, localizada em Brasília/DF, bem como, das 26 (vinte e seis) Superintendências Regionais, alcançando todo o território nacional. A execução deverá observar integralmente a legislação pertinente, especialmente: a Lei nº 8.112/1990, nos artigos 36 a 38 e 53 a 57, que disciplina o direito ao transporte em remoções de ofício; o Decreto nº 4.004/2001, que estabelece limites e procedimentos para esse tipo de transporte; e a Lei nº 14.133/2021, que define as normas gerais aplicáveis às licitações e aos contratos administrativos.

1.3. **Quaisquer diferenças entre as especificações constantes do Estudo Técnico Preliminar e este Termo de Referência, prevalecerão, sempre, as deste artefato.**

*Tabela 1 - Especificação dos Serviços*

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	DISTÂNCIA/KM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA (M3)	PRAZO DE ENTREGA	VALOR UNITÁRIO + 1% SEGURO	VALOR DO SERVIÇO
1	Transporte de Mudança - Interestadual	3220	00 a 50	m3/km	1500	Até 02 dias úteis	R\$ 130,64	R\$ 195.965,25
2	Transporte de Mudança - Interestadual	3220	51 a 500	m3/km	2100	Até 03 dias úteis	R\$ 228,29	R\$ 479.409,63
3	Transporte de Mudança - Interestadual	3220	501 a 1000	m3/km	2100	Até 08 dias úteis	R\$ 323,53	R\$ 679.419,93
4	Transporte de Mudança - Interestadual	3220	1001 a 1.600	m3/km	2100	Até 12 dias úteis	R\$ 359,50	R\$ 754.948,74
5	Transporte de Mudança - Interestadual	3220	1601 a 2200	m3/km	2100	Até 15 dias úteis	R\$ 371,40	R\$ 779.934,12
6	Transporte de Mudança - Interestadual	3220	2201 a 3000	m3/km	2100	Até 20 dias úteis	R\$ 434,04	R\$ 911.478,54
7	Transporte de Mudança - Interestadual	3220	3001 a 4000	m3/km	1500	Até 25 dias úteis	R\$ 564,64	R\$ 846.960,75
8	Transporte de Mudança - Interestadual	3220	4001 a 5000	m3/km	1000	Até 25 dias úteis	R\$ 642,59	R\$ 642.592,30
9	Transporte de Mudança - Interestadual	3220	Acima de 5001	m3/km	1000	Até 25 dias úteis	R\$ 650,67	R\$ 650.672,30
<b>VALOR ESTIMADO TOTAL (24 MESES)</b>								<b>R\$ 5.941.381,56</b>

### 1.4. Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.4.1. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar (Doc. SEI nº 23429833).

### 1.5. Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.5.1. O serviço é enquadrado como continuado por ser indispensável ao DNIT para o desempenho regular de suas atribuições institucionais, em observância às determinações legais vigentes, cuja descontinuidade pode comprometer tanto as atividades finalísticas quanto as de suporte administrativo.

1.5.2. Além disso, a Portaria/DAF nº 8172/2019 (SEI 4675382), em seu Item 55, define os serviços de transporte mobiliário como

continuados.

#### 1.6. Prazo de vigência

1.6.1. O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja expressa previsão editalícia e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, mediante pesquisa de mercado e demonstração da economicidade.

1.6.2. A Minuta de Contrato SCNT (Doc. SEI nº 24959867), anexo a este documento, oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

### 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar - (Doc. SEI nº 23429833), apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

I - **ID PCA no PNCP:** 04892707000100-0-000013/2026

II - **Data de publicação no PNCP:** 30/04/2025

III - **Id do item no PCA:** 303

IV - **Classe/Grupo:** 643 - SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO

V - **Identificador da Futura Contratação:** 393003-383/2026

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (Doc. SEI nº 23429833), apêndice deste Termo de Referência.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Fornecer aos empregados os equipamentos de proteção individual (EPIs) que se fizerem necessários à execução segura dos serviços.

4.1.2. Respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre gestão de resíduos sólidos.

4.1.3. Adotar práticas de sustentabilidade ambiental, quando da execução dos serviços, utilizando produtos biodegradáveis, atóxicos, conforme as normas da ABNT NBR, economizando energia, gás, e água.

4.1.4. Realizar o recolhimento de todos os resíduos recicláveis descartados de forma seletiva, em observância ao Decreto nº 5.940/2006.

4.1.5. Os veículos utilizados deverão obedecer aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções do CONAMA e legislação correlata, assim como aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções do CONAMA e legislação aplicável.

4.1.6. Prever a destinação ambiental adequada das baterias usadas ou inservíveis dos veículos vinculados à contratação, segundo disposições e resoluções do CONAMA.

4.1.7. Providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamentos disponibilizadas pelo respectivo fabricante ou importador, ou entregando-os ao estabelecimento que houver realizado a troca do pneu usado por um novo, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme resolução CONAMA aplicável à matéria e legislação correlata.

4.1.8. A comprovação da observância aos critérios registrados poderá ser feita mediante apresentação de Certificado emitido por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste o cumprimento da legislação afeta à matéria objeto da contratação.

4.2. Ademais, toda a administração pública deverá seguir as seguintes normas:

4.2.1. Instrução Normativa nº 01/2010 de 19 de janeiro de 2010 - Sustentabilidade;

4.2.2. O Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União - AGU/2022; e

4.2.3. PLANO DIRETOR DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - PSL 2024/2025 (Doc. SEI 16510510).

4.3. Observar ainda todos os critérios e práticas de sustentabilidade descritos no Estudo Técnico Preliminar (Doc. SEI nº 23429833), sem prejuízo de normas que poderão ser incluídas na fase de construção do Edital.

#### Subcontratação

4.4. Em consonância com o disposto no art. 122, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratado, em razão da necessidade de manutenção da responsabilidade integral da Contratada pela execução dos serviços, pelo controle operacional unificado e pela padronização dos procedimentos logísticos, elementos essenciais à gestão eficiente e à garantia da qualidade na prestação dos serviços de transporte rodoviário de cargas.

4.4.1. Excepcionalmente, será admitida a subcontratação exclusivamente para complemento de transporte mediante utilização de balsa, cegonha ou modal aéreo, quando a natureza do trajeto, as características da carga ou a urgência da entrega assim o exigirem, desde que:

4.4.2. Haja prévia e expressa autorização do órgão contratante, mediante solicitação fundamentada da Contratada, acompanhada de justificativa técnica que demonstre a imprescindibilidade da subcontratação para o cumprimento do objeto;

4.4.3. A subcontratação não ultrapasse 50% (cinquenta por cento) do valor total do contrato, em observância ao art. 93, § 1º, inciso II, do Decreto nº 11.246 /2022, que regulamenta a Lei nº 14.133/2021;

4.4.4. A empresa subcontratada atenda às mesmas exigências de habilitação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal estabelecidas no instrumento convocatório para a Contratada, comprovando capacidade operacional compatível com o serviço complementar a ser executado;

4.4.5. A Contratada permaneça integralmente responsável pela execução do objeto perante o DNIT, inclusive pelos atos praticados pela subcontratada, não se estabelecendo qualquer vínculo jurídico entre esta última e a Administração Pública;

4.4.6. Seja mantida a cobertura securitária integral dos bens transportados durante todo o trajeto, incluindo os trechos executados pela subcontratada, mediante apresentação de apólice de seguro específica ou comprovação de extensão da cobertura já contratada;

4.4.7. Os custos decorrentes da subcontratação estejam integralmente incorporados aos preços propostos pela Contratada, não gerando ônus adicional à Administração.

4.4.8. A inobservância de qualquer das condições ora estabelecidas implicará responsabilização contratual da Contratada, sujeitando-a às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da apuração de eventual prejuízo ao erário e da adoção das medidas administrativas cabíveis.

#### **Garantia da contratação**

4.5. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação, conforme regras previstas no contrato.

4.6. **Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.**

4.7. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.8. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.9. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.10. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.11. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.12. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.13. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.14. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.15. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.16. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.17. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.17.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.17.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada.

4.18. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.19. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.20. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.21. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.22. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.23. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.24. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro

a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

- 4.25. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.
- 4.26. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.
- 4.27. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 4.28. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.
- 4.29. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 4.30. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.
- 4.31. A Minuta de Contrato SCONT (Doc. SEI nº 24959867), anexo a este documento, oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.
- 4.32. A CONTRATADA deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

**Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021):**

- 4.33. O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).
- 4.34. A CONTRATADA deve possuir contratados os seguintes seguros:
  - 4.34.1. O seguro de RCTR-C: Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário de Carga visa garantir o reembolso de indenizações que o transportador for obrigado a pagar por prejuízos causados às mercadorias transportadas sob sua responsabilidade, caso ocorra acidente rodoviário durante o transporte, como colisão, capotagem, abalroamento, tombamento, incêndio ou explosão.
  - 4.34.2. O seguro de RCF-DC: Responsabilidade Civil Facultativa do Transportador Rodoviário por Desaparecimento de Carga (RCG-DC), garante riscos contra roubo de cargas transportadas.
  - 4.34.3. Quando do transporte dos bens e materiais a CONTRATADA deverá providenciar o seguro do patrimônio, devendo apresentar seguro com seguradora idônea, certificada pela SUSEP e com apólice capaz de ressarcir integralmente os prejuízos em razão de sinistro, dos seguros tipo RCTR-C (Responsabilidade Civil no Transporte Rodoviário de Cargas) e de RCF-DF (Desvio e Roubo de Cargas), para o valor atribuído aos bens a serem transportados, sem ônus para o CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA apresentar a apólice dos referidos seguros após o recebimento da ordem de serviço e antes da execução do serviço.
  - 4.34.4. Antes do início da embalagem dos materiais, a CONTRATADA deverá apresentar cópia autenticada da apólice de seguro e comprovação da confirmação pela seguradora da averbação do valor assegurado para cada serviço a ser realizado.
  - 4.34.5. O fornecedor contratará, obrigatoriamente, seguro da carga, cujo prêmio não deverá ultrapassar 1,0% (um por cento) do valor declarado dos bens informado pelo CONTRATANTE.
- 4.35. Prazos máximos de execução, conforme disposto na Tabela 1 - Especificação dos Serviços.

**Vistoria**

- 4.36. Não haverá exigência de vistoria prévia do endereço de execução dos serviços, haja vista que esses são variados e localizados em todo território nacional.
- 4.37. Todavia, a CONTRATADA deverá estimar e providenciar o material da embalagem em quantidade suficiente para realização dos serviços, informando o volume estimado ao interessado, com finalidade de que este possa decidir sobre quais itens incluirá no transporte.
- 4.38. A estimativa será utilizada para fins de cálculo da cubagem efetivamente transportada, assim como o preenchimento do formulário de seguro para declaração do valor monetário dos bens a serem transportados.

**5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**Condições de execução**

- 5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
  - 5.1.1. Início da execução do objeto: a partir da assinatura do contrato.

**Local e horário da prestação dos serviços**

- 5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Setor de Autarquias Norte - Quadra 03 Bloco A - Brasília-DF, bem como, das 26 (vinte e seis) Superintendências Regionais, alcançando todo o território nacional.

**Rotinas a serem cumpridas**

- 5.3. O transporte será realizado desde o endereço de origem (local da apanha) até o endereço de destino (local de entrega), a partir do recebimento da “Ordem de Requisição de Serviço de Transporte Mobiliário”, a ser encaminhada pelo DNIT, por intermédio do Fiscal do contrato.
- 5.4. A desmontagem, o acondicionamento e embalagem de todos os itens a transportar, no local de origem.
- 5.5. A descarga dos bens transportados e a montagem dos mesmos no seu destino, bem como todas as operações pertinentes que se fizerem necessárias.
- 5.6. A modalidade de transportes terrestre (caminhão tipo baú) poderá ser combinada com o transporte aéreo (avião) ou aquaviário e balsas, quando se fizer necessário.
- 5.7. O transporte de bagagem de servidor ou bens do DNIT será realizado do endereço de origem ao endereço de destino, nos transportes entre as cidades, em caminhão tipo baú, próprio para realização de mudanças, que contenha paredes da carroceria com a devida proteção para evitar danos aos bens, ou outro meio sugerido pela empresa e aprovado pelo fiscal do contrato, desde que, não onere o contrato, respeitadas as condições estabelecidas no contrato.

- 5.8. A CONTRATADA deverá apresentar a proposta para a realização do transporte em no máximo 48 (quarenta e oito) horas, após a solicitação do DNIT.
- 5.9. O custo com transporte utilizando-se de balsa, avião ou outro meio necessário para se chegar até o destino, desde que aprovado pelo fiscal do contrato, deverá estar incluído no valor do metro cúbico apresentado na proposta de preço.
- 5.10. Todos os custos com impostos, taxas, tarifas, além de outros que incidam no transporte, objeto deste Termo de Referência, serão de responsabilidade da empresa contratada.
- 5.11. O Contrato envolve todos os custos de mão de obra, veículos e respectivas manutenções, com emprego próprio de motorista, combustível, seguro total e outros encargos necessários à execução dos serviços.
- 5.12. Não será devido nenhum pagamento adicional pela opção por uma ou por outra modalidade de transporte, devendo a empresa contratada observar os prazos estipulados.
- 5.13. O serviço incluirá, ainda, para o transporte dos bens e bagagens do servidor, o descarregamento, a armazenagem e os manuseios na cidade de destino, ou seja, retirada da bagagem de depósito, colocação da bagagem dentro da residência indicada pelo servidor, desembalagem e montagem dos móveis, retirada do material de embalagem utilizado.
- 5.14. A metragem cúbica máxima admitida por servidor será de acordo com o estabelecido no Decreto nº 4.004/01, caso exceda esse limite, as despesas sobressalentes ocorrerão por conta do servidor.
- 5.15. A partir do recebimento da Ordem de Requisição de Serviço de Transporte Mobiliário, emitida e assinada pelo Fiscal do Contrato, a empresa CONTRATADA terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para retirar o bem do DNIT e/ou a bagagem do domicílio do servidor, no horário entre 8h às 12h e 14h às 17h. Este prazo poderá ser prorrogado, a critério do servidor ou a critério do DNIT.
- 5.16. A CONTRATADA informará ao fiscal do contrato, indicado pela Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - CGLOG/DAF, a data de início e previsão de término da embalagem dos bens, em até 2 (dois) dias úteis antes do início dos serviços.
- 5.17. A retirada dos bens do DNIT e/ ou bagagem do servidor deverá ser realizada somente por funcionário da empresa CONTRATADA, devendo esse empregado, no momento do recebimento e/ou da entrega da bagagem, ser devidamente apresentado ao interessado ou pessoa por ele indicada, através de carteira de trabalho ou contrato de trabalho.
- 5.18. O servidor solicitante ou alguém por ele designado deverá estar presente juntamente com o representante devidamente autorizado da CONTRATADA, quando este for proceder ao levantamento do volume do seu mobiliário e de suas bagagens.
- 5.19. Dentro do prazo de **05 (cinco) dias úteis** da emissão da Ordem de Requisição de Serviço de Transporte Mobiliário e antes de realizar a coleta dos bens do DNIT e/ou da bagagem do servidor, a CONTRATADA deverá enviar um funcionário, devidamente identificado, ao endereço determinado, em horário combinado, a fim de estimar previamente o volume e o tipo de bagagem a ser transportada.
- 5.20. O embarque e o transporte de bagagem de servidor ou de bens do DNIT serão realizados em caminhão tipo baú. Tal caminhão deverá ser posicionado, no dia do carregamento e/ou da entrega, junto ao domicílio do servidor e no caso de bens do DNIT, junto ao local indicado.
- 5.21. Alternativamente, caso seja de interesse da CONTRATADA, o transporte de bagagem poderá ser realizado por via terrestre combinado com aquaviária e aérea, sendo que, nesse último caso, a bagagem poderá ser retirada da casa do servidor, em caixas, por caminhão baú, utilitário ou van e colocada em recipiente especial tipo: airvan, no depósito da Contratada, sem aumento do custo do transporte, além do verificado na proposta apresentada pela empresa na adesão.
- 5.22. Caso a mudança permaneça em depósito, conforme estabelecido, poderá ser retirada da residência do servidor em caminhão tipo baú, utilitário ou van para encaminhamento até o depósito da transportadora.
- 5.23. Todo bem do DNIT e/ ou bagagem do servidor a serem transportados deverão ser embalados e separados por destino, montados e desmontados por funcionários da empresa CONTRATADA, devidamente habilitados e identificados.
- 5.24. Devem ser apresentados, no mínimo, 04 (quatro) funcionários para o serviço, uniformizados e munidos de ferramentas, material e acessórios necessários à desmontagem/montagem, embalagem/desembalagem e carregamento/descarregamento dos bens.
- 5.25. A empresa CONTRATADA deverá informar ao fiscal do contrato, com pelo menos 02 (dois) dias úteis de antecedência, a data e o horário de início e término da embalagem e do fechamento e selagem (lacre) ou abertura do caminhão com bens do DNIT e/ou bagagem do servidor, para que tanto a verificação da qualidade da embalagem quanto a medição da cubagem sejam efetuadas.
- 5.26. A medição da cubagem servirá como base para o cálculo do valor final do serviço executado. O DNIT pagará à empresa CONTRATADA até o limite da cubagem, mencionado na Ordem de Requisição de Serviço de Transporte Mobiliário e seguirá os parâmetros constantes da Planilha de Estimativa de Cubagem - (Doc. SEI nº 23697758), anexo deste Termo de Referência.
- 5.27. Não poderão ser excedidos os limites de cubagem estabelecidos, conforme consta na Ordem de Requisição de Serviço de Transporte Mobiliário. O quantitativo excedente será de responsabilidade exclusiva do servidor removido, sem qualquer ônus para o DNIT.
- 5.28. Uma vez acomodada a carga esta não poderá sofrer manuseio.
- 5.29. Será facultado ao servidor solicitar a utilização de depósito da CONTRATADA (guarda-móveis) por um período máximo de 15 (quinze) dias corridos. Na ausência de solicitação por escrito, o período será computado como atraso na entrega da bagagem.
- 5.30. A armazenagem por prazo superior a 15 (quinze) dias corridos poderá ser objeto de acordo com a empresa CONTRATADA e constituirá ônus exclusivo para o servidor removido.
- 5.31. Após o desembarque e a desembalagem do bem patrimonial do DNIT e/ou bagagem do servidor no local de destino indicado pelo interessado, e após a verificação do estado dos bens, a contratada deverá emitir declaração a ser assinada pelo interessado, atestando que o serviço ocorreu de forma satisfatória. Uma cópia dessa declaração deve ser imediatamente enviada à Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGLOG.
- 5.32. No caso de avaria ou extravio total ou parcial dos bens, deverá constar na declaração a ocorrência da EXISTÊNCIA DE AVARIA OU EXTRAVIO.
- 5.33. A empresa CONTRATADA deverá indenizar eventuais avarias ou perdas (totais ou parciais) no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após ter sido notificada.
- 5.34. Caso a indenização não ocorra no prazo fixado no item anterior, o DNIT poderá reter o pagamento da nota fiscal do serviço até que seja regularizada a situação, sem prejuízo das demais sanções previstas no instrumento convocatório.



5.35. A CONTRATADA deverá fornecer relatórios periódicos ao Fiscal do Contrato, contendo as informações da situação de todas as mudanças em execução.

#### Condições Específicas do Transporte

5.36. Durante a execução do contrato, a empresa vencedora deverá zelar pela manutenção dos veículos responsáveis pelos transportes, para que eles se encontrem em perfeito estado de manutenção, conservação, limpeza e segurança e para que todos os bens transportados sejam preservados, respeitando as especificações dos materiais utilizados para a embalagem e acondicionamento dos objetos a serem transportados, observando as orientações e definições contidas nas normas da ABNT, nas normas internacionais consagradas e em todas as normas correlatas do Poder Público, bem como nas prescrições e recomendações dos fabricantes.

5.37. A fiscalização da qualidade dos serviços de embalagem será efetuada durante o processo de embalagem dos pertences do servidor, e a verificação da cubagem do volume a ser despachado poderá ser efetuada durante e/ou após o término da embalagem, ocorrendo a vistoria do acondicionamento da bagagem depois do seu carregamento no caminhão baú, na porta da casa do servidor ou, em condições especiais, a critério e em locais definidos pelo DNIT, através do Fiscal do contrato, mediante sua autorização expressa.

5.38. O carregamento da mudança para dentro do caminhão só terá início depois de concluída a embalagem de todos os itens e fechado o inventário dos bens a serem transportados.

5.39. O preço do transporte de balsa, quando necessário, será providenciado pela CONTRATADA e repassado o custo ao CONTRATANTE, mediante comprovante, devendo incluir o valor do serviço de transporte no orçamento e cobrar as despesas na Nota Fiscal, permanecendo a CONTRATADA responsável pela qualidade da prestação do serviço.

#### Requisitos técnicos para prestação dos serviços

5.40. O serviço deverá incluir embalagem e desmontagem (incluindo o fornecimento de todo material necessário à embalagem e ao acondicionamento dos bens do DNIT e/ou bagagem do servidor), armazenagem e manuseios no local de origem, transporte, pagamento de taxas de terminais e demais custos incidentes desde a origem até o destino final.

5.41. Na tabela abaixo, encontram-se as formas de acondicionamento e o tipo de embalagens recomendadas por item de mudança.

**Tabela 2 - Formas de acondicionamento e tipo de embalagem**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	ESPECIFICAÇÃO DA EMBALAGEM	FORMA DE ACONDICIONAMENTO
1	Objetos finos/frágeis – louças, cristais, porcelanas, lustres, etc.	Papel branco para embalagem HD, papel do tipo kraft e envoltos em papelão ondulado de face simples para copos e plástico polibolha grande nos demais.	Engradados de madeira sob medida ou caixas sob medida de papelão ondulado de parede dupla. Alternativamente, a madeira poderá ser substituída por papelão ondulado de parede múltipla ou equivalente.
2	Estátuas e objetos planos de mármore ou pedra, tampos de mesa, telas, quadros e espelhos.	Envoltos em papel branco para embalagem HD, papel do tipo kraft e em papelão ondulado de face simples ou plástico polibolha pequeno.	Engradados de madeira sob medida ou caixas sob medida de papelão ondulado de parede dupla. Alternativamente, a madeira poderá ser substituída por papelão ondulado de parede múltipla ou equivalente.
3	Vestuário em cabides - ternos, costumes e vestidos.	-	Caixas de papelão ondulado de parede dupla com haste para cabides e desumidificadores de sílica gel.
4	Vestuário dobrável.	Forro de plástico ou papel do tipo kraft, com desumidificadores de sílica gel.	Caixas de papelão ondulado de parede dupla com desumidificadores de sílica gel.
5	Móveis - sofás, poltronas, guarda-roupas e objetos de grande porte.	Completamente envoltos com papel do tipo kraft e uma segunda camada de plástico polibolha pequeno.	Envoltos em papelão ondulado de face simples, com reforço de polibolha pequeno nas quinas e elementos de apoio.
6	Aparelhos Elétricos e Eletrônicos.	Envoltos em papel branco para embalagem HD, papel do tipo kraft e polibolha pequeno.	Caixas de papelão ondulado de parede dupla.
7	Móveis finos/frágeis como cristaleiras e armários, cômodas e penteadeiras com vidros.	Envoltos em papel do tipo kraft e plástico polibolha pequeno mais papelão ondulado de face simples.	Engradados de madeira sob medida com espumas para proteção das quinas ou molduras. Alternativamente, a madeira poderá ser substituída por papelão ondulado de parede múltipla ou equivalente.
8	Tapetes, Estofados e Colchões.	Papel do tipo kraft mais plástico polibolha.	Dobrados, envoltos por papelão ondulado de face simples no caso de tapetes, e acondicionados com naftalina.
9	Livros e Discos.	-	Caixas de papelão ondulado de parede dupla.
10	Bebidas.	Envoltos em papel branco para embalagem HD ou papel do tipo kraft.	Caixas de Papelão de parede dupla com separação em colmeias (NBR5985/1983 itens 2.2.4 e 2.2.5) ou envoltos papelão ondulado de face simples.

11	Itens que não se enquadram na relação acima.	-	Caixas de papelão de parede dupla de tamanhos variados.
----	--	---	---

5.42. Todo o serviço de embalagem, seja quanto ao material empregado ou à forma de execução e acondicionamento dos itens, seguirá as orientações e definições contidas nos seguintes documentos:

5.42.1. NBR 9198/85 – Embalagem e acondicionamento; NBR 9477/86 – NBR 5980/04 Embalagens de papelão ondulado – classificação; NBR 5985/83 – Papelão ondulado e caixas de papelão ondulado; e

5.42.2. Norma Internacional de Medida Fitossanitária NIMF nº 15/2002 da FAO–Certificação Fitossanitária e Resumo Informativo da NIMF nº 15/2002, da FAO – Certificação Fitossanitária de Embalagens, Suportes e Material de Acomodação Confeccionados em Madeira.

5.43. As caixas de papelão utilizadas na embalagem terão como referência os estilos descritos na NBR5980/2004 da ABNT.

5.44. Estilos descritos no item 4.2.1 da referida Norma, referências 0201 a 0207, quando se tratar de embalagem para todo tipo de produto com exceção de roupas de vestuário.

5.45. O estilo descrito no item 4.2.2 da referida Norma, referências 0312 e 0313, quando se tratar de roupas de vestuário.

5.46. Todas as caixas empregadas na mudança deverão apresentar resistências, conforme definidas nos itens 2.33 a 2.39 da NBR 5985/83, ao arrebentamento, compressão, esmagamento, impacto, perfuração, tombamento e vibração, adequados ao fim a que se destinam.

5.47. A selagem das caixas deverá ser feita com fita gomada, adesivo, grampos ou fitas autoadesivas.

5.48. Todo material de embalagem deverá ser novo, não ter sido previamente utilizado e deverá seguir as especificações contidas na Tabela de Especificação de Materiais, a seguir:

***Tabela 3 - Especificação de Materiais de embalagem***

ITEM	MATERIAL	ESPECIFICAÇÃO
1	Caixas de Papelão uso geral, diversos tamanhos.	Papelão ondulado de parede dupla com espessura mínima de 4 mm (NBR5985/1983 item 2.29), estilos NBR5980/2004, item 4.2.1, referências 0201 a 0207.
2	Caixas de papelão de uso específico para roupeiros/cabideiros e objetos frágeis em tamanhos variados.	Papelão ondulado de parede dupla com espessura mínima de 4 mm (NBR5985/1983 item 2.29), estilos NBR5980/2004, item 4.2.2, referências 0312 e 0313.
3	Papelão ondulado.	Papelão ondulado de face simples com espessura mínima de 3 mm (NBR5985/1983 item 2.28) diversas larguras.
4	Papel kraft.	Bobinas ou fardos de papel kraft puro com larguras variáveis gramatura mínima de 80g/m².
5	Plástico polibolha “pequeno”.	Plástico polibolha com bolhas de diâmetro mínimo de 8mm e com espessura mínima de 4mm e largura variável.
6	Plástico polibolha “grande”.	Plástico polibolha com bolhas de diâmetro mínimo de 16mm e com espessura mínima de 8mm e largura variável.
7	Estruturas de papelão.	Papelão ondulado de parede múltipla com espessura variável (NBR5985/1983 item 2.30).
8	Sílica gel.	Sacos de Sílica Gel Dessecante (dióxido de silício) de tamanhos variados para prevenção de umidade, mofo e ferrugem.
9	Fita adesiva.	Fita adesiva em papel marrom ou plástico transparente para empacotamento e fechamento de caixas e embalagens com larguras variáveis de 25 a 50 mm.
10	Fita gomada.	Fita gomada em papel marrom para empacotamento e fechamento das caixas e embalagens com larguras variáveis de 25 a 50 mm.

5.49. Caso a empresa CONTRATADA detecte danos preexistentes nos bens do DNIT e/ou bens do servidor, deverá comunicar o fato ao interessado e fazer constar no termo de coleta dos bens, observação de todos os danos preexistentes.

**Regras:**

5.50. Prazos contados da data de coleta efetiva (não da solicitação).

5.51. Considerando o transporte de equipamentos técnicos de precisão e veículos:

5.51.1. Plataforma ou prancha para veículos automotores (ex: Ford Ranger);

5.51.2. Amarração conforme Resolução CONTRAN nº 552/2015; e

5.51.3. Embalagens antichoque para equipamentos topográficos (teodolitos, estações totais, GPS geodésicos).

**Materiais a serem disponibilizados**

5.52. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário, conforme especificações constantes do Estudo Técnico Preliminar e neste Termo de Referência.

**Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.53. Para assegurar maior controle, transparência e eficiência na execução contratual, bem como para subsidiar a fiscalização técnica dos serviços prestados, integra o Estudo Técnico Preliminar, como Anexo A, planilha de cubagem padronizada contendo a metragem cúbica de mobiliários, equipamentos e objetos comumente transportados em operações de mudança.

5.54. A referida planilha serve como parâmetro de referência para a análise crítica dos orçamentos apresentados pela Contratada em cada solicitação de serviço, permitindo que o fiscal do contrato e o gestor da execução contratual verifiquem a razoabilidade e a conformidade dos volumes declarados, evitando distorções, superfaturamento ou divergências injustificadas entre o volume estimado e o efetivamente cobrado.

5.55. Para o adequado atendimento do objeto contratual, deverão ser observados os requisitos legais e contratuais, especialmente as situações e parâmetros estabelecidos pelo Decreto nº 4.004, de 08 de novembro de 2001, alterado pelo Decreto nº 4.063/2001, que define os limites máximos de metros cúbicos passíveis de transporte por mudança de servidor público e seus dependentes.

5.56. Estimativa para 24 (vinte e quatro) meses de contrato:

5.56.1. 17.500 m³ para mudanças, transportes locais e interestaduais.

5.56.2. Para efeito do cálculo da quilometragem entre percursos, será utilizado o *Google Maps*.

5.56.3. No caso de mudanças entre andares de um mesmo prédio ou de quilometragens inferiores a 30 km, considerar-se-á, para efeito de cálculo, a distância exata de 30 km.

5.56.4. Considerando que o Decreto nº 4.004/2001 prevê o transporte em m³ ou Kg, fica convencionado que 1 m³ corresponderá a 200 Kg. Essa prerrogativa será utilizada para transporte de objetos indivisíveis muito pesados ou muito volumosos.

5.56.5. Para o transporte de veículos deverão ser utilizados os parâmetros constantes da Planilha de Estimativa de Cubagem - (Doc. SEI nº 23697758), anexo a este Termo de Referência.

5.56.6. Quando se tratar de transporte de mobiliário de servidor, fica estabelecido, nos termos do art. 4º, do Decreto nº 4.004, de 08 de novembro de 2001, o limite máximo de metros cúbicos e quilogramas a ser transportado por servidor, conforme indicado na tabela a seguir:

**Tabela 4 - Limite de metros cúbicos por servidor + dependentes**

METROS CÚBICOS	QUILOGRAMAS	QUANTIDADE
12	4.500	Apenas o Servidor
24	9.000	Servidor + 01 dependente
27	9.900	Servidor + 02 dependentes
30	10.800	Servidor + 03 dependentes
33	17.700	Servidor + 04 dependentes

5.57. Nos casos em que os bens do servidor removido e dos seus dependentes ultrapassarem os limites estabelecidos no item anterior, o custo excedente correrá à conta exclusiva do servidor removido. O DNIT não se responsabiliza por pagamentos devidos pelo volume excedente e pelas negociações entre servidor removido e CONTRATADA.

5.58. O serviço deverá compreender o transporte nacional de bagagem na modalidade terrestre, combinadas ou não com transporte aéreo e aquaviário, porta a porta, entre as cidades, tendo a metragem cúbica como referência de unidade de medida, de acordo com os limites estabelecidos nos Decretos supracitados.

5.59. O cálculo do valor devido por mudança será precedido de verificação da distância entre as cidades de origem e destino e enquadramento na respectiva faixa de distância para constatação do valor unitário do metro cúbico utilizado para cálculo do transporte.

5.60. Obtido o valor unitário do metro cúbico transportado, correspondente a respectiva faixa de distância, este será multiplicado pelo total de metros cúbicos transportados, sendo somado a tal resultado o valor referente a 1% (um por cento) a título de seguro incidente sobre o valor declarado dos bens transportados, conforme fórmula abaixo:

**VDT = VM x QM + SE**

Em que:

VDT = Valor devido total: valor a ser pago à empresa contratada pela execução do serviço.

VM = Valor do metro cúbico por quilômetro, conforme faixa de distâncias.

QM = Quantidade de metros cúbicos transportados.

SE = Seguro (1% do valor declarado dos bens transportados).

5.61. Quanto ao aferimento das distâncias a serem percorridas, para fins de cálculo e pagamento do valor devido pelo serviço executado, serão observadas aquelas entre as cidades de origem e destino.

5.62. A CONTRATADA deverá justificar eventuais discrepâncias entre a cubagem (m³) informada pelo DNIT e calculada pela CONTRATADA, considerando as especificações técnicas de empilhamento que demonstrem as situações em que o espaço ocupado pelo volume seja maior que as dimensões reais do objeto a ser transportado.

5.63. O valor referente ao seguro de 1% (um por cento) a ser pago pelo DNIT sobre o valor dos bens transportados, **está incluso no preço proposto pela licitante**, incidirá relativamente, apenas, sobre aqueles bens cujo valor do transporte será custeado pelo DNIT, destinado para fins de ressarcimento em caso de roubo, dano ou acidente em trânsito.

5.64. A diferença que existir entre o valor fixado para o seguro e o estimado para o servidor **correrá a conta dos seus próprios**

#### **recursos quanto ao excesso declarado.**

5.65. O seguro da bagagem, cuja taxa não estará incluída no preço proposto pela licitante, corresponderá a 1% (um por cento), sobre o valor declarado dos bens a serem transportados.

#### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.66. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

#### **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. Após a homologação da licitação, o adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, cuja vigência inicial será de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja expressa previsão editalícia e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, mediante pesquisa de mercado e demonstração da economicidade.

6.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.5. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.6. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **Preposto**

6.7. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.8. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de vigência contratual.

6.9. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

6.10. O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

#### **Rotinas de Fiscalização**

6.11. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

#### **Fiscalização Técnica**

6.12. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.13. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.14. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.15. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.16. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.17. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.18. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.18.1. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados.

6.18.2. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

6.18.3. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

6.18.4. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

6.18.5. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

6.19. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade

inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.20. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

#### **Fiscalização Administrativa**

6.21. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.22. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

#### **Gestor do Contrato**

6.23. Cabe ao gestor do contrato:

6.23.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.23.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.23.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.23.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.23.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.23.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.23.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.24. Receber e dar encaminhamento imediato:

6.24.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto nº 12.174/2024;

6.24.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

#### **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado - IMR, conforme previsto no Anexo - (Doc. SEI nº 23784272), para aferição da qualidade da prestação dos serviços, segundo o Estudo Técnico Preliminar (Doc. SEI nº 23429833).

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados;

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2.4. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.2.5. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.2.5.1. A aplicação do IMR, utilizada pelo fiscal, deverá ser feita mensalmente com as ocorrências identificadas no período; e

7.2.5.2. A partir do registro das ocorrências as respectivas pontuações serão somadas, conforme pontuação definida para cada indicador, obtendo-se um valor final chamado de Fator de Qualidade, por meio da qual será realizado o ajuste no pagamento, segundo o caso.

7.3. Todas as ocorrências serão registradas pelo CONTRATANTE, que notificará a CONTRATADA, atribuindo pontos para cada ocorrência e ajustando-se o pagamento do mês de apuração dos fatos, de acordo com o **IMR**, Anexo - (Doc. SEI nº 23784272).

#### **Recebimento**

7.4. O recebimento dos objetos se dará em caráter provisório e definitivo, como determina o art. 140, II, alíneas "a" e "b" da Lei nº 14.133/2021.

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.8.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.10. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.11. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.12. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.13. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.14. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.15. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.15.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.15.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao CONTRATADO, por escrito, as respectivas correções.

7.15.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.15.4. Enviar a documentação pertinente à Coordenação de Contratos e Aquisições para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.15.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no tocante à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.15.6. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.15.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

7.16. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.17. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.18. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I - o prazo de validade;
- II - a data da emissão;
- III - os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV - o período respectivo de execução do contrato;
- V - o valor a pagar; e
- VI - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.19. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

7.20. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.21. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.21.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.21.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.22. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.23. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.24. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.25. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de Pagamento**

7.26. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.27. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.

#### **Forma de Pagamento**

7.28. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.29. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.30. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.30.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.31. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Reajuste**

7.32. Os serviços serão prestados pelos preços ofertados na proposta da licitante vencedora e serão reajustados, mediante solicitação formal da contratada que deverá apresentar planilha de com os valores reajustados e sua metodologia para aferição por parte da Administração, atendendo o princípio da anualidade, de acordo com a variação do Índice Nacional da Variação de Custos do Transporte Rodoviário de Cargas Fracionadas – INCTF, em conformidade com a legislação em vigor, que será devidamente aferida pelo DNIT.

7.33. O primeiro período de contagem do interregno de um ano, se dará a partir da data da proposta da licitante vencedora e os demais seguirão a anualidade a contar da data do último reajuste.

7.34. O preço ajustado do objeto do instrumento convocatório também poderá sofrer reequilíbrio econômico-financeiro na hipótese previstas na alínea “d”, do inciso II, do art. 124, da Lei nº 14.133/21, as quais deverão ser documentalmente comprovadas pela CONTRATADA e aceitas pela CONTRATANTE.

7.35. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da proposta aceita na licitação.

7.36. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.37. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.38. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.39. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.40. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.41. O reajuste será realizado por apostilamento.

#### **Cessão de Crédito**

7.42. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.42.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.42.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.42.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração - (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

7.42.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.



7.43. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

7.44. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na IN SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1. Considerando que a natureza do objeto prescinde de especialização técnica diferenciada por parte do fornecedor, a contratação deverá ser precedida de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**, para um único fornecedor, haja vista não se revelar economicamente vantajosa para a Administração, tampouco operacionalmente viável, a contratação de múltiplas empresas para o mesmo objeto, em razão da necessidade de padronização dos serviços e de gestão contratual unificada.

8.2. A proposta da licitante deverá conter todos os requisitos necessários ao atendimento da demanda, acompanhada das especificações dos serviços e materiais a serem empregados, quantitativos, forma e condições para a execução dos serviços, comprovação de capacidade técnica da contratada e demais condições a serem observadas na contratação.

### **Regime de execução**

8.3. O regime de execução do objeto será de Empreitada por menor preço unitário.

### **Modo de Disputa**

8.4. Aberto e Fechado, sem intervalo mínimo entre os lances.

### **Exigências de habilitação**

8.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

8.6. As exigências de habilitação observarão o disposto no Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, e na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, limitando-se ao mínimo necessário ao cumprimento do objeto licitado, de modo a preservar o caráter competitivo do certame, em conformidade com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

8.6.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.6.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.6.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.6.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.6.9. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Microempresas e empresas de pequeno porte**

8.8. A exclusividade de participação de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme determina a Lei complementar 123/2006, em seus artigos 47 a 49 (alterada pela Lei Complementar nº 147/2014) e a Orientação Normativa nº 47/2014 – AGU, **não se aplica**, devido ao valor estimado para esta aquisição, ser superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), segundo determina o Decreto nº 8.538/2015 (alterada pelo Decreto nº 10.273/2020).

#### **Participação de Cooperativas:**

8.9. Nos termos da Lei nº 12.690/2012, os cooperados exercem suas atividades com autonomia e sem subordinação jurídica, o que é com o modelo de gestão exigido pela Administração Pública para assegurar a qualidade, a segurança operacional e a responsabilidade técnica na execução de serviços logísticos que envolvem o manuseio, o transporte e a integridade de bens públicos e pessoais de servidores.

8.10. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU reforça essa vedação, especialmente quando a contratação de cooperativas visa o desempenho de atividades que exigem responsabilidade contínua, gestão centralizada e padronização de procedimentos, o que caracterizaria relação típica de emprego indireto, contrariando os princípios da legalidade e da moralidade administrativa - (Acórdão nº 2.802/2013 – Plenário, entre outros).

8.11. Assim, visando resguardar a legalidade, a eficiência da prestação do serviço, a responsabilidade civil e trabalhista, bem como o



interesse público, restringe-se a participação de cooperativas nesta licitação.

#### **Participação de Consórcios:**

8.12. Será admitida a participação de empresas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, observadas as seguintes condições:

- I - Cada consorciada deverá participar com, no mínimo, 30% (trinta por cento) da execução do objeto;
- II - Todas as consorciadas responderão solidariamente pelas obrigações do contrato;
- III - É vedada a participação de empresa consorciada, nesta licitação, de forma isolada e, simultaneamente, em mais de um consórcio, nos termos do Inciso IV do artigo 15 da Lei 14.133/2021.
- IV - A definição dos percentuais mínimos e máximos de participação foi fundamentada em análise técnica e administrativa, visando mitigar riscos contratuais, equilibrar responsabilidades, fomentar a competitividade e assegurar a efetiva capacidade das consorciadas.

8.12.1. A definição dos percentuais mínimos e máximos de participação foi fundamentada em análise técnica e administrativa, visando mitigar riscos contratuais, equilibrar responsabilidades, fomentar a competitividade e assegurar a efetiva capacidade das consorciadas, além disso, visa evitar a formação de consórcios meramente formais, nos quais as empresas participam de forma residual apenas para fins de habilitação, sem contribuição efetiva à execução contratual, o que poderia comprometer a qualidade dos serviços e a responsabilização das contratadas.

8.12.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Empresas em Recuperação Judicial**

8.13. Nos termos do Acórdão 1201/2020-TCU-Plenário, admite-se a participação, nesta licitação, de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar os demais requisitos de habilitação, conforme a seguir:

Esse assunto encontra-se pacificado na jurisprudência desta Corte que converge para a admissão da participação de licitantes em recuperação judicial, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei 8.666/1993 (Acórdão 8271/2011-TCU-Segunda Câmara, relator Ministro Aroldo Cedraz).

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples.

8.23. Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II.

8.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.24.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.24.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.24.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.25. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.26. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação.

8.27. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura - (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

#### **Qualificação Técnico-Operacional**

8.29. Inscrição no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTRC) da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

8.30. Considerando o grande volume de itens a serem transportados e o prazo de execução dos serviços, a CONTRATADA deverá comprovar possuir, à sua disposição, no mínimo, 04 (quatro) caminhões tipo baú.

8.31. Declaração de que possui capacidade operacional suficiente (infraestrutura, frota e mão de obra) para atender aos quantitativos estimados no instrumento convocatório, incluindo a possibilidade de execução simultânea de múltiplas solicitações de serviço. Deverá, ainda, dispor de quadro de pessoal adequado e qualificado para a execução dos serviços, os quais não estabelecerão qualquer vínculo empregatício com a Administração Pública.

8.32. Atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, o qual comprove que a licitante prestou ou está prestando, de forma satisfatória, serviços pertinentes e compatíveis em características e prazo com o objeto do instrumento convocatório, exigindo-se o mínimo de 50% (cinquenta por cento) do objeto licitado.

8.33. Para a identificação do mínimo acima referido, será aceita a soma de até 3 (três) atestados de capacidade técnica.

8.34. A licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s) apresentado(s), juntando ao(s) mesmo(s), dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação.

8.35. O atestado de capacidade técnico-operacional deverá referir-se a serviços prestados no âmbito da atividade econômica principal ou secundária da licitante, especificadas no contrato social vigente.

8.36. A fase de habilitação consistirá, também, na consulta *on-line* ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores – SICAF e/ou às certidões respectivas, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS do Portal da Transparência, ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e à Certidão Negativa (ou Positiva com efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT).

8.37. Para fins de habilitação, será considerada a CNDT mais atualizada, conforme entendimento do Tribunal Superior do Trabalho – TST, ratificada pela orientação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

8.38. A Contratada deverá, às suas expensas, contratar o Seguro de Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário de Carga (RCTR-C) e o Seguro de Responsabilidade Civil Facultativa por Desaparecimento de Carga (RCF-DC), a fim de ressarcir eventuais danos aos bens e materiais de propriedade da Contratante e dos servidores públicos, por ocasião da prestação dos serviços, em conformidade com as condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e no Edital.

#### **Disposições gerais sobre habilitação**

8.39. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.40. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.41. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.42. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.43. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

#### **9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

9.1. O parcelamento do objeto na contratação dos serviços de transporte de cargas e bagagens não se mostra economicamente viável, uma vez que tal modelo ocasionaria perda de economia de escala. Optou-se, portanto, pelo fornecimento integrado de todos os serviços necessários ao transporte de cargas e bagagens, abrangendo mão de obra, combustível e todos os materiais indispensáveis à consecução do objeto.

9.2. A gestão integrada de um único contrato propiciará maior controle e redução de gastos, garantirá a unicidade e padronização do objeto, além de evitar discontinuidades na prestação dos serviços contratados, assegurando celeridade, objetividade e eficiência, em observância ao disposto na Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União:

*"É imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala".*

9.3. Entende-se, pois, que a contratação fragmentada dos serviços não se revela vantajosa, posto que não se apresenta técnica nem economicamente viável. Eventual parcelamento do objeto, possibilitando diversas contratações simultâneas, poderá comprometer a execução dos serviços de forma que não se produzam os resultados pretendidos, além de dificultar o gerenciamento contratual e a fiscalização adequada.

9.4. A responsabilização de uma única empresa contratada mostra-se mais adequada não apenas para fins de acompanhamento e fiscalização dos serviços prestados, mas sobretudo para facilitar a identificação de eventuais falhas, apuração de suas causas e atribuição de responsabilidades, de modo a aumentar o controle sobre a execução do objeto licitado.

9.5. Sob o aspecto técnico-operacional, a contratação de uma única empresa para a prestação integral dos serviços revela-se mais satisfatória do que a pulverização entre diversos particulares. Ademais, corroborando a contratação unificada, destaca-se a viabilidade da metodologia proposta e a comprovada disponibilidade de empresas especializadas com capacidade técnica e operacional para execução do objeto, ao passo que haverá melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade no certame licitatório.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor estimado para a presente contratação é de **R\$ 5.941.381,56** (cinco milhões, novecentos e quarenta e um mil trezentos e oitenta e um reais e cinquenta e seis centavos), para o período de 24 (vinte e quatro) meses, prorrogáveis em atenção ao art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

10.2. Valor estimado mensal: **R\$ 247.557,57** (duzentos e quarenta e sete mil quinhentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e sete centavos).

10.3. Valor estimado anual: **R\$ 2.970.690,78** (dois milhões, novecentos e setenta mil seiscentos e noventa reais e setenta e oito centavos).

10.4. Para efeito de estimativa dos quantitativos a serem contratados, considerou-se a estrutura do quadro funcional da Autarquia e a movimentação de servidores para ocupação de cargos estratégicos que, por vezes, demandam mudança de sede para o exercício de suas funções. Ademais, ocorre frequentemente a necessidade de transporte de cargas, materiais e mobiliários a serem empregados nas atividades do DNIT em localidades distintas de sua sede.

10.5. Considerando que tais serviços são executados por demanda e dependem de eventos que, frequentemente, são imprevistos, ocorrendo em momentos distintos e por necessidade estratégica da Administração, o quantitativo de serviços a ser contratado baseou-se no levantamento histórico dos serviços realizados nos últimos 2 (dois) anos do contrato vigente, acrescido dos quantitativos estimados para transporte de cargas patrimoniais da Autarquia, tais como o transporte de caixas-arquivo em suporte às Superintendências Regionais.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I - Gestão/Unidade: 393003
- II - Fonte de Recursos: 1000.000.000
- III - Programa de Trabalho: 26.122.0032.2000.0001
- IV - Elemento de Despesa: 33.90.39.74
- V - Plano Interno: DAF00004
- VI - Nota de Empenho: **a definir**

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 12. DA PROPOSTA

12.1. A proposta, que compreende a descrição dos produtos/serviços ofertados pelo licitante, preço unitário e preço total, deverá ser compatível com as especificações constantes deste Termo de Referência e seus anexos, bem com atender as seguintes exigências:

12.1.1. Prazo de validade da proposta, não inferior a **90 (noventa) dias corridos**, a contar da data de sua apresentação.

12.1.2. Declaração expressa de que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas, tributos e encargos de qualquer natureza incidentes sobre o objeto do Edital, nada mais sendo lícito pleitear a esse título.

12.1.3. Declaração de que a licitante conhece e concorda com todas as condições constantes do Termo de Referência.

12.1.4. A razão social, o CNPJ, colocando o número do edital, data e hora de abertura, endereço completo, o número do telefone, e-mail, assim como o número da conta corrente, o nome do Banco e Agência onde deseja receber seus créditos.

12.1.5. O(s) licitante(s) poderá(ão) apresentar quaisquer outras informações que julgar necessárias.

12.1.6. Não serão aceitas propostas cujas planilhas de composição de preços contenham valores unitários acima dos valores estimados pelo DNIT, em atendimento ao Acórdão nº 3473/2014 - Plenário, do Tribunal de Contas da União.

12.1.7. Anexo à proposta, deverá ser apresentada a GFIP mais recente da licitante, DCTF da licitante e demais documentos necessários para comprovação das informações dispostas na planilha de custos de formação de preços.

12.1.8. Modelo de proposta com a(s) especificações/descrição(s) e quantitativos para formação de valores.

**Tabela 5 - Apresentação de Proposta**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	DISTÂNCIA/KM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA (M3)	PRAZO DE ENTREGA	VALOR UNITÁRIO + 1% SEGURO	VALOR DO SERVIÇO
1	Transporte de Mudança - Interestadual	3220	00 a 50	m3/km	1500	Até 02 dias úteis		
2	Transporte de Mudança - Interestadual	3220	51 a 500	m3/km	2100	Até 03 dias úteis		
3	Transporte de Mudança - Interestadual	3220	501 a 1000	m3/km	2100	Até 08 dias úteis		

4	Transporte de Mudança - Interestadual	3220	1001 a 1.600	m3/km	2100	Até 12 dias úteis		
5	Transporte de Mudança - Interestadual	3220	1601 a 2200	m3/km	2100	Até 15 dias úteis		
6	Transporte de Mudança - Interestadual	3220	2201 a 3000	m3/km	2100	Até 20 dias úteis		
7	Transporte de Mudança - Interestadual	3220	3001 a 4000	m3/km	1500	Até 25 dias úteis		
8	Transporte de Mudança - Interestadual	3220	4001 a 5000	m3/km	1000	Até 25 dias úteis		
9	Transporte de Mudança - Interestadual	3220	Acima de 5001	m3/km	1000	Até 25 dias úteis		
<b>VALOR ESTIMADO TOTAL (24 MESES)</b>								<b>R\$</b>

### 13. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

13.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

#### Multa:

13.3. moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

13.4. compensatória de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato em caso de descumprimento parcial do objeto.

13.5. compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato em caso de descumprimento total do objeto.

13.6. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

13.7. o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para para a apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o [inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021](#).

13.8. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.9. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência, poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.10. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.11. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.12. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.13. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado,

observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.14. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

13.15. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

13.16. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante; e
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.17. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

13.18. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

13.19. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

13.19.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13.20. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.21. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **14. DO COMPROMISSO ÉTICO**

14.1. Mensagem da Diretoria de Administração e Finanças do DNIT:

*"Trata-se da instituição do Termo de Compromisso Ético nas contratações realizadas por esta Autarquia, o qual será instrumento acessório destinado à prevenção contra fraudes e corrupção nos processos licitatórios e contribuirá na promoção da integridade do DNIT.*

*A proposta resulta de iniciativa da Comissão de Ética, por meio do projeto "Licitação Ética", a qual afirma que a inserção de elementos e valores éticos aceitos por esta Autarquia devem estar devidamente registrados e reafirmados nos seus processos estratégicos, em especial naqueles de grande importância e relevância.*

*Nesse aspecto, sugere-se a inserção, no corpo do edital, de um novo item (tópico), denominado "Do Compromisso Ético", que acresce redação específica sobre ética, constando breve e sucinta considerações a respeito do tema. Além disso, convida, de forma livre e autônoma, o eventual futuro contratado a firmar um "Termo de Compromisso Ético", de caráter voluntário (pois ainda não há legislação que o obrigue compulsoriamente a assinar o instrumento), somando e aliando-se ao esforço do DNIT em alcançar superiores patamares de integridade.*

*Informo, que a presente sugestão faz parte de uma proposta de inovação nos procedimentos licitatórios associada à Gestão da Integridade, instrumento de Compliance, denominada "PROJETO LICITAÇÃO ÉTICA".*

14.2. Portanto, o Termo de Compromisso Ético (Doc. SEI nº 24527268), juntado aos autos, tem como objetivo convidar o licitante vencedor a aderir voluntariamente ao mesmo.

## **15. POLÍTICA ANTIFRAUDE E ANTICORRUPÇÃO DO DNIT**

### **Conceito Geral**

15.1. A Política Antifraude e Anticorrupção do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT é o conjunto de conceitos, princípios, responsabilidades, vedações e regras destinado a orientar a prevenção de ocorrências de fraudes e atos de corrupção nas atividades conduzidas diretamente ou por intermédio de concessão.

15.2. Esse expediente contribui, ao lado de outras ações de integridade, para o cumprimento da missão do DNIT de implementar a política de infraestrutura de transportes, visando o desenvolvimento sustentável do País. Além disso, coopera para o atingimento da visão de futuro do Departamento, isto é, de ser reconhecido pela gestão da infraestrutura de transportes com padrões de excelência na América Latina.

### **Finalidade**

15.3. A finalidade da Política Antifraude e Anticorrupção é fortalecer a integridade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, comunicando, com transparência, aos integrantes do Órgão e à sociedade, os princípios basilares, as condutas e os comportamentos vedados, as responsabilidades e as ações proativas e preventivas para coibir atitudes fraudulentas e de corrupção.

### **Objetivos**

15.4. Definir responsabilidades, regras e procedimentos para o enfrentamento proativo e preventivo à fraude e à corrupção no DNIT.

15.5. Fortalecer a cultura da ética e da integridade no DNIT.

15.6. Comunicar à sociedade as condutas e os procedimentos inaceitáveis no âmbito do DNIT, de forma que o controle social coopere no fortalecimento da ética e integridade do Departamento.

15.7. Proteger a imagem do DNIT, afastando as hipóteses de eventuais constrangimentos veiculados na mídia, processos judiciais ou outros litígios, gerados por conflitos de interesses, reais ou alegados, além de práticas antiéticas que atentem contra a integridade do DNIT e maculem sua reputação no seio da sociedade.

15.8. Nesse sentido, o Termo de Adesão à Política Antifraude e Anticorrupção (Doc. SEI nº 24527732), foi juntado aos autos, com o intuito de convidar o licitante vencedor a voluntariamente aderir a essa política.

## **16. POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES (POSIC) DO DNIT**

16.1. A CONTRATADA deverá atender integralmente as normas acerca da Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC), estabelecidas na [Portaria nº 1745, de 29 de março de 2021](#), assim como atender todas as normas e procedimentos específicos vigentes quanto ao tema.

16.2. A CONTRATADA se compromete a divulgar a [Portaria nº 1745, de 29 de março de 2021](#) e suas normas complementares aos seus empregados e prepostos envolvidos em atividades no DNIT.

## **17. DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

17.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

17.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

17.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

17.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

17.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

17.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

17.7. O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

17.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

17.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

17.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

17.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

17.12. O contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

17.13. Os contratos e convênios de que trata o [§ 1º do art. 26 da LGPD](#) deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **18. CLASSIFICAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA - LEI Nº 12.527/2011**

18.1. Declaramos, nos termos da Artigo 10º da INSTRUÇÃO NORMATIVA CGNOR/ME Nº 81, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2022, que o presente Termo de Referência não contém informações passíveis de classificação, segundo a Lei 12.527/2011.

## **19. ANEXOS**

19.1. Integra este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 19.1.1. ANEXO A - Estudo Técnico Preliminar Digital - (Doc. SEI nº 23429833);
- 19.1.2. ANEXO B - Planilha de Cubagem para Controle e Fiscalização - (Doc. SEI nº 23697758);
- 19.1.3. ANEXO C - Minuta de Contrato - (Doc. SEI nº 24959867);
- 19.1.4. ANEXO D - Termo de Compromisso Ético - (Doc. SEI nº 24527268);
- 19.1.5. ANEXO E - Termo de Adesão Antifraude e Anticorrupção - (Doc. SEI nº 24527732); e
- 19.1.6. ANEXO F - Instrumento de Medição de Resultado - IMR - (Doc. SEI nº 23784272).

## **20. ASSINATURAS**

20.1. O presente documento segue assinado pelo servidor Elaborador, pela autoridade Requisitante e pela autoridade responsável pela Aprovação da conveniência e oportunidade, com fulcro na [IN nº 05/2017-SLTI/MPOG](#), cujos fundamentos passam a integrar a presente decisão.

**RICARDO DOS SANTOS BRAGGIO**  
Coordenador de Contratos e Aquisições  
CCAQ/CGLOG/DAF

De acordo com as especificações técnicas contidas neste Termo de Referência.

**RACHEL RODRIGUES VERAS CARDOSO**  
Coordenadora de Administração Patrimonial  
COPATR/CGLOG/DAF

Aprovo. Encaminhe-se à DAF para ciência e assinatura do Termo de Referência.

**LOURENÇO HENRIQUE NEVES GUIMARÃES**  
Coordenador-Geral de Recursos Logísticos  
CGLOG/DAF

Ciente da necessidade da contratação em tela e das informações prestadas, **APROVO** o Termo de Referência.

**FERNANDA GIMENEZ MACHADO FAÉ**  
Diretora de Administração e Finanças - Substituta  
DAF/DNIT

Brasília/DF, na data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo dos Santos Braggio**, **Coordenador de Contratos e Aquisições**, em 03/06/2026, às 12:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Laurenço Henrique Neves Guimarães**, **Coordenador-Geral de Recursos Logísticos**, em 03/06/2026, às 12:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rachel Rodrigues Veras Cardoso**, **Coordenador de Administração Patrimonial**, em 03/06/2026, às 13:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Gimenez Machado Fae**, **Diretora de Administração e Finanças-Substituta**, em 03/06/2026, às 14:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.dnit.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.dnit.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **24938248** e o código CRC **BF7A8E09**.

Referência: Processo nº 50600.038501/2025-34

SEI nº 24938248



MINISTÉRIO DOS  
TRANSPORTES



Setor de Autarquias Norte | Quadra 3 | Lote A  
CEP 70040-902  
Brasília/DF |



## DEPARTAMENTO NACIONAL INFRAEST. DE TRANSPORTES

# Estudo Técnico Preliminar 342/2025

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 50600.038501/2025-34

## 2. Objeto

Este documento tem por objeto consolidar os estudos técnicos preliminares destinados a subsidiar a contratação de serviço de transporte rodoviário de cargas, mediante utilização de caminhão fechado tipo baú, para execução de serviços de mudança que compreendem:

- Transferência de bens patrimoniais pertencentes ao DNIT - (mobiliário, equipamentos técnicos, veículos, acervos documentais);
- Transporte de mobiliário e bagagens de servidores públicos e seus dependentes que, no interesse da Administração, sejam removidos para nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente, em todo o território nacional.

O serviço abrangerá **todo o território nacional**, atendendo às demandas da Sede em Brasília/DF e das 26 Superintendências Regionais, em conformidade com:

- **Lei nº 8.112/1990**, arts. 36 a 38 e 53 a 57 (direito ao transporte em remoções de ofício);
- **Decreto nº 4.004/2001** (regulamenta limites e procedimentos);
- **Lei nº 14.133/2021** (licitações e contratos administrativos);

Essa **capilaridade nacional** demanda constante movimentação de pessoal, equipamentos e patrimônio, exigindo solução logística eficiente, segura e economicamente vantajosa.

O presente estudo técnico preliminar tem por finalidade atender às necessidades institucionais mediante a identificação e análise dos cenários aptos ao atendimento da demanda descrita no Documento de Formalização da Demanda (DFD), demonstrando a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas e fornecendo subsídios necessários ao respectivo processo de contratação.

## 3. Motivação

O serviço de transporte de mudanças revela-se essencial às atividades do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, visto que atende, de forma célere e eficiente, às necessidades de transferência dos bens que compõem o mobiliário dos servidores públicos nomeados ou removidos para exercício de suas funções em nova sede, com consequente mudança de domicílio.

A execução do serviço abrangerá o atendimento às demandas de transporte rodoviário, em âmbito estadual e interestadual, de mobiliários, bagagens e volumes em geral, relativos aos servidores removidos na forma da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e do Decreto nº 4.004, de 8 de novembro de 2001, bem como às movimentações de Bens da União no âmbito das unidades do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT.

A contratação de serviços de transporte rodoviário de cargas destina-se a suprir as demandas decorrentes da recomposição da força de trabalho desta Autarquia, tanto na Sede quanto nas Unidades Descentralizadas, além de viabilizar a remoção de ofício de agentes públicos para outra localidade, em razão de nomeação para cargos em comissão ou designação para o exercício de Funções de Confiança ou Gratificadas, no âmbito das superintendências e unidades locais do DNIT em todo o território nacional.

A transferência de servidores, a serviço da Administração, ocorre de forma contínua e rotineira, sempre em atendimento ao interesse público. Dessa forma, não há exaurimento definitivo da demanda, uma vez que se trata de serviço de natureza auxiliar, essencial e contínua, cuja execução se dá conforme as necessidades institucionais deste Departamento.

Para a estimativa dos quantitativos, foram considerados os parâmetros do contrato vigente formalizado pelo DNIT, bem como a projeção de movimentação de pessoal decorrente da expectativa de ingresso de novos servidores por meio de concurso público nos próximos exercícios. Consideraram-se, ainda, eventuais transferências de bens móveis patrimoniais — de consumo e permanentes — e a movimentação de arquivos entre a Sede do DNIT e suas representações regionais, em razão da necessidade de remanejamento de materiais e equipamentos entre as unidades gestoras descentralizadas nos Estados (Superintendências).



4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Administração Patrimonial	Rachel Rodrigues Veras Cardoso

5. Descrição da necessidade

A contratação de serviços de transporte rodoviário de cargas visa atender às demandas de apoio à remoção de ofício dos agentes públicos para outra sede e domicílio do servidor nomeado para ocupar cargo em comissão ou designação para o exercício de Funções de Confiança ou Gratificada, no exercício de suas funções nas Superintendências e Unidades Locais pertencentes à Autarquia em todo o território nacional, que atualmente, conta em seu quadro de pessoal com 1.911 servidores ativos, segundo o painel B.I de Relatório de Gestão da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas.

Ademais, visa fazer o transporte rodoviário de cargas, a fim de suprir as necessidades de transporte de mobiliários, veículos ou qualquer outro bem de propriedade ou interesse do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

Vale ressaltar que há no DNIT, também, um aumento significativo na movimentação de arquivos, em virtude do processo de digitalização e guarda de documentos em apoio às unidades descentralizadoras do Órgão.

Atualmente a prestação desses serviços é coberta pelo Contrato nº 615/2014, firmado com a empresa NEY MUDANÇAS, CNPJ nº 08.290.111/0001-91, cuja vigência expira em **18 de maio de 2026**, a qual em 15 de outubro de 2025, a contratada formalizou, por meio do Ofício nº 15/2025, sua manifestação de não interesse na prorrogação contratual:

*"Em atenção à solicitação referente à prorrogação do Contrato nº 615/2024, informamos que a empresa Transportadora Ney das Mudanças Ltda. ME, não possui interesse na renovação do referido instrumento contratual, firmado com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT."*

Assim, tendo em vista o decurso dos prazos normais inerentes ao processo licitatório, e, considerando a relevância da prestação dos serviços em apreço, faz-se necessário a celebração de contrato de transporte de mobiliário e bagagem, sob pena de descontinuidade na prestação dos serviços.

Outrossim, a contratação se presta também a cumprir as determinações previstas na Lei nº 8.112, de 1990, especialmente as previstas nos artigos 53 a 57, que foram regulamentadas pelo Decreto nº 4.004/2001, verbis:

*Art. 1o Ao servidor público civil regido pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que, no interesse da administração, for mandado servir em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente, conceder-se-á:*

*[...]*

*III - transporte de mobiliário e bagagem, inclusive de seus dependentes. (g.n.)*

A demanda é de natureza continuada, pois, pela sua essencialidade, visa atender à necessidade de cumprimento legal de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro.

Assim, sugere-se que esta contratação seja realizada com a vigência de **24 (vinte e quatro) meses**, prorrogáveis, em atenção ao art 107, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

É importante salientar que o serviço que se pretende contratar tem caráter meramente acessório, enquadrando-se, portanto, nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, pois não se enquadram em quaisquer das atividades cuja execução indireta é vedada.

Pelas razões expostas, a contratação para execução das atividades de prestação de serviços de transporte rodoviário de cargas e bagagens, com abrangência em todo território nacional, justifica-se pela necessidade de atendimento das demandas deste Departamento, sobretudo, pela proximidade do fim da vigência do Contrato e o pedido de não renovação por parte da contratada atual.

## 6. Descrição dos Requisitos da Contratação

O DNIT procederá à elaboração do Termo de Referência, o qual discriminará todos os requisitos necessários à presente contratação, em estrita conformidade com as disposições contidas na Instrução Normativa nº 05/2017 e seus anexos, contemplando todos os elementos indispensáveis à completa caracterização do objeto licitatório. Para tanto, serão disponibilizados como apêndices do presente projeto básico os seguintes elementos:

- Termo de Referência;
- Mapa de Pesquisa de Preços contendo quantitativos, valores unitários e totais;
- Especificação técnica detalhada dos serviços a serem executados e materiais a serem empregados.

### Modalidade e Critério de Julgamento

Considerando que a natureza do objeto prescinde de especialização técnica diferenciada por parte do fornecedor, a contratação deverá ser precedida de licitação na modalidade pregão eletrônico, sob o critério de julgamento de menor preço global. A proposta da licitante deverá conter todos os requisitos necessários ao atendimento da demanda, acompanhada das especificações dos serviços e materiais a serem empregados, quantitativos, forma e condições para a execução dos serviços, comprovação de capacidade técnica da contratada e demais condições a serem observadas na contratação.

### Requisitos de Habilitação

As exigências de habilitação observarão o disposto no Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, e na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, limitando-se ao mínimo necessário ao cumprimento do objeto licitado, de modo a preservar o caráter competitivo do certame, em conformidade com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

### Regime de Adjudicação

A adjudicação será realizada de forma global para um único fornecedor, haja vista não se revelar economicamente vantajosa para a Administração, tampouco operacionalmente viável, a contratação de múltiplas empresas para o mesmo objeto, em razão da necessidade de padronização dos serviços e de gestão contratual unificada.

### Justificativa quanto à Natureza Continuada do Serviço

Os serviços de natureza continuada caracterizam-se como aqueles que, em razão de sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e ininterrupta, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

A contratação em tela possui natureza continuada por ser indispensável ao DNIT para o desempenho regular de suas atribuições institucionais, em observância às determinações legais vigentes, cuja descontinuidade pode comprometer tanto as atividades finalísticas quanto as de suporte administrativo.

### Requisitos para Atendimento da Necessidade Institucional

A licitante deverá comprovar capacidade operacional suficiente (infraestrutura, frota e mão de obra) para atender aos quantitativos estimados no instrumento convocatório, incluindo a possibilidade de execução simultânea de múltiplas solicitações de serviço. Deverá, ainda, dispor de quadro de pessoal adequado e qualificado para a execução dos serviços, os quais não estabelecerão qualquer vínculo empregatício com a Administração Pública.

A Contratada deverá, às suas expensas, contratar o Seguro de Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário de Carga (RCTR-C) e o Seguro de Responsabilidade Civil Facultativa por Desaparecimento de Carga (RCF-DC), a fim de ressarcir eventuais danos aos bens e materiais de propriedade da Contratante e dos servidores públicos, por ocasião da prestação dos serviços, em conformidade com as condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e no Edital.

### Caracterização como Serviço Comum

Trata-se de contratação de serviço comum, conforme definido no art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, cujas especificações e padrões de qualidade são usualmente e amplamente disponíveis no mercado, sendo que eventuais variações técnicas não influenciam substancialmente no resultado da contratação.

### Enquadramento como Serviço Continuado e Fundamentação Legal

Os serviços deverão ser enquadrados como continuados, uma vez que se destinam à remoção de servidores públicos para exercício de suas atribuições funcionais em interesse da Administração, com mudança de sede, procedimento regulamentado pela Lei nº 8.112/1990 e pelo Decreto nº 4.004/2001, alterado pelo Decreto nº 4.063/2001. Não sendo possível à Administração planejar com precisão e antecedência a quantidade de servidores que serão removidos ex officio, faz-se imperativa a manutenção de contrato continuamente em vigência. Acresce-se, ainda, a necessidade de movimentação de mobiliário e documentação para atender às demandas das Superintendências Regionais do DNIT.

### Parâmetros para Execução Contratual

Para o adequado atendimento do objeto contratual, deverão ser observados os requisitos legais e contratuais, especialmente as situações e parâmetros estabelecidos pelo Decreto nº 4.004, de 08 de novembro de 2001, alterado pelo Decreto nº 4.063/2001, que define os limites máximos de metros cúbicos passíveis de transporte por mudança de servidor público e seus dependentes.

### **Responsabilidades da Contratada**

Todos os custos relativos a impostos, taxas, tarifas e demais ônus que incidam sobre o transporte serão de inteira responsabilidade da empresa Contratada, a qual responderá, igualmente, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

O detalhamento das especificações técnicas dos serviços, as exigências e obrigações da Contratada, bem como todos os procedimentos operacionais a serem empregados na execução dos serviços, serão descritos no Termo de Referência e no Edital.

A Contratada deverá fornecer todos os veículos, materiais e mão de obra necessários à execução dos serviços, ressaltando-se a exigência de que os veículos se encontrem em perfeito estado de uso, conservação e funcionamento, atendendo às normas de segurança veicular vigentes.

A Contratada deverá, ainda, observar rigorosamente as especificações dos materiais utilizados para embalagem e acondicionamento dos materiais e mobiliários a serem transportados, seguindo as orientações e definições contidas nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), nas normas internacionais consagradas, bem como nas prescrições e recomendações dos fabricantes.

### **Crítérios e Práticas de Sustentabilidade Socioambiental**

Em observância ao disposto no art. 11, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, e às diretrizes de sustentabilidade ambiental, a Contratada deverá adotar as seguintes práticas:

- Fornecer aos empregados os equipamentos de proteção individual (EPIs) que se fizerem necessários à execução segura dos serviços;
- Respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre gestão de resíduos sólidos;
- Adotar práticas de sustentabilidade ambiental quando da execução dos serviços, utilizando produtos biodegradáveis e atóxicos, em conformidade com as normas ABNT, promovendo o uso racional de energia, gás e água;
- Realizar o recolhimento seletivo de todos os resíduos recicláveis descartados, em observância ao Decreto nº 5.940/2006;
- Utilizar veículos que obedeçam aos limites máximos de ruídos estabelecidos nas Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e legislação correlata, bem como aos limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE), conforme Resoluções do CONAMA e legislação aplicável.

### **Duração e Vigência do Contrato**

A vigência inicial do contrato será de **24 (vinte e quatro) meses**, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja expressa previsão editalícia e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, mediante pesquisa de mercado e demonstração da economicidade.

### **Considerações Finais**

Os serviços objeto da presente contratação possuem natureza de serviços comuns prestados de forma continuada, com padrões de qualidade objetivamente mensuráveis e condições de execução usuais de mercado, enquadrando-se plenamente nos parâmetros estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021. A contratação atenderá não apenas às exigências normativas vigentes, mas também à estratégia administrativa de modernização e eficiência na gestão logística institucional, contribuindo para o aprimoramento da prestação dos serviços públicos sob responsabilidade do DNIT.

## **DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR**

O cumprimento de todas as condições e obrigações estabelecidas para a Contratada deverá ser aferido pelo gestor da execução contratual e pelos fiscais designados pela Contratante por meio do Instrumento de Medição do Resultado (IMR), em conformidade com as disposições previstas no Termo de Referência, sem prejuízo de outros instrumentos de avaliação por ventura estabelecidos pelas partes.

O objetivo do IMR é vincular o pagamento dos serviços aos resultados alcançados, em complemento à mensuração dos serviços efetivamente prestados, não devendo as reduções de pagamento, originadas pelo descumprimento do IMR, ser interpretadas como penalidades ou multas, as quais exigem a abertura do regular processo administrativo e do contraditório.

A Fiscalização deverá utilizar o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), sugerido neste ETP para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada:

- a) Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

A aplicação do IMR, utilizada pelo fiscal, deverá ser feita mensalmente com as ocorrências identificadas no período. A partir do registro das ocorrências as respectivas pontuações serão somadas conforme pontuação definida para cada indicador, obtendo-se um valor final chamado de Fator de Qualidade, por meio da qual será realizado o ajuste no pagamento, conforme o caso.

Todas as ocorrências serão registradas pela Contratante, que notificará a Contratada, atribuindo pontos para cada ocorrência e ajustando-se o pagamento do mês de apuração dos fatos, conforme as tabelas abaixo:

N° do Indicador	Ocorrências	PONTOS
N° 01	Atraso no envio da proposta de preço em relação ao prazo descrito no item 11.2 (por dia de atraso)	0,5
N° 02	Atraso na coleta dos bens em relação ao prazo descrito no item 8.2 (por dia de atraso)	0,5
N° 03	Atraso na entrega dos bens em relação ao prazo descrito no item 4.16 (por dia de atraso)	1,0

FAIXAS DE AJUSTES NO PAGAMENTO		
FAIXA	FATOR DE QUALIDADE	(%) PAGAMENTO MENSAL
01	0,0 – 5,0	100%
02	5,1 – 15,0	95%
03	Acima de 15,00	90%

## 7. Descrição da solução como um todo

A contratação em tela tem por finalidade prever a prestação dos serviços de transporte “porta a porta” de cargas e volumes fracionados, na modalidade terrestre, em todo o território nacional, de mobiliário, veículos automotores e outros bens de propriedade ou interesse do DNIT, em caminhão-baú, seguro total, materiais para embalagem e outros encargos necessários à execução dos serviços, especialmente visando atender o que determina a Lei 8.112/1990 e Decreto nº 4.004/2001, alterado pelo Decreto nº 4.063/2001, quanto à mudança de sede de servidores removidos de ofício no interesse da Administração, além do transporte de cargas de interesse e propriedade da Autarquia.

Os serviços licitados abrangem:

**a) Infraestrutura:**

- Sede ou filial em Brasília/DF ou região metropolitana;
- Frota própria ou terceirizada (veículos tipo baú, 10 m³ a 90 m³);
- Armazém para guarda temporária (quando necessário);
- Central de atendimento (telefone, e-mail, sistema online(opcional))

**b) Recursos humanos:**

- Motoristas habilitados categoria D ou superior, com curso de direção defensiva atualizado;
- Ajudantes treinados em técnicas de movimentação segura (NR-11);
- Responsável técnico com disponibilidade 24h para emergências.

**c) Equipamentos e materiais:**

- Rastreamento veicular GPS (disponibilidade das informações ao serem requeridas)em tempo real;
- Materiais de embalagem profissionais (caixas reforçadas parede dupla, plástico-bolha biodegradável, mantas antichoque, lacres de segurança);
- Equipamentos de movimentação (carrinhos plataforma, transpaletes, empilhadeiras).

**a) RCTR-C (Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário de Carga):**

- Cobertura de **100% do valor declarado da carga**, sem limite máximo por embarque;

- Emitida por seguradora autorizada SUSEP com rating mínimo "A".

#### b) Responsabilidade Civil Geral:

- Danos a terceiros durante carga/descarga.

### Critérios de sustentabilidade ambiental

Conforme IN SLTI/MP nº 01/2010, Decreto nº 5.940/2006 e Plano de Gestão de Logística Sustentável do DNIT (IN 40/2021), a Contratada deverá:

#### a) Frota ecoeficiente:

- Veículos compatíveis com **PROCONVE P-8** ou superior (Resolução CONAMA nº 490/2018);
- Respeitar limites máximos de ruído (máx. 80 dB) e emissão de poluentes;
- Apresentar Certificado de Inspeção de Segurança Veicular e Emissões (CISVE) válido.

#### b) Materiais sustentáveis:

- Papelão reciclado ou certificado FSC (mínimo 70% de conteúdo reciclado);
- Plástico-bolha biodegradável ou reutilizável;

O transporte desde o endereço de origem (local da apanha) até o endereço de destino (local de entrega);

A desmontagem, o acondicionamento e embalagem de todos os itens a transportar, no local de origem;

A descarga dos bens transportados e a montagem dos mesmos no seu destino, bem como todas as operações pertinentes que se fizerem necessárias.

O Contrato envolve todos os custos de mão de obra, veículos e respectivas manutenções, com emprego próprio de motorista, combustível, seguro total e outros encargos necessários à execução dos serviços.

O transporte rodoviário deverá ser realizado em caminhão-baú próprio para realização de mudanças, cujas paredes da carroceria devem possuir proteções para evitar danos aos bens. Outros meios de transporte, como via aérea e balsa, **também serão permitidos, desde que os requisitos de preço, prazo e qualidade sejam mantidos.**

Durante a execução do contrato, a empresa vencedora deverá zelar pela manutenção dos veículos responsáveis pelos transportes, para que eles se encontrem em perfeito estado de manutenção, conservação, limpeza e segurança e para que todos os bens transportados sejam preservados, respeitando as especificações dos materiais utilizados para a embalagem e acondicionamento dos objetos a serem transportados, observando as orientações e definições contidas nas normas da ABNT, nas normas internacionais consagradas e em todas as normas correlatas do Poder Público, bem como nas prescrições e recomendações dos fabricantes.

#### Prazos máximos de execução

Distância (km)	Prazo	Observações
0 – 50	02 dias úteis	Transporte local (mesma cidade)
51 – 500	04 dias úteis	Ex: Brasília → Goiânia, Palmas
501 – 1.000	08 dias úteis	Ex: Brasília → São Paulo, Salvador
1.001 – 1.600	12 dias úteis	Ex: Brasília → Porto Alegre, Recife
1.601 – 2.200	15 dias úteis	Ex: Brasília → Florianópolis, Natal
2.201 – 3.000	20 dias úteis	Ex: Brasília → Fortaleza, Belém
3.001 – 4.000	25 dias úteis	Ex: Brasília → Manaus, Boa Vista, Rio Branco
Acima de 4.000	30 dias úteis	Casos excepcionais (fronteiras)

#### Regras:

- Prazos contados da **data de coleta efetiva** (não da solicitação);

Considerando o transporte de equipamentos técnicos de precisão e veículos:

- **Plataforma ou prancha** para veículos automotores (ex: Ford Ranger);
- **Amarração conforme Resolução CONTRAN nº 552/2015;**
- **Embalagens antichoque** para equipamentos topográficos (teodolitos, estações totais, GPS geodésicos);

#### Justificativa da Modalidade de Licitação

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, é obrigatória a utilização do pregão eletrônico para a contratação de bens e serviços comuns no âmbito da Administração Pública Federal. Considerando que o objeto deste Estudo Técnico Preliminar — transporte rodoviário de — caracteriza-se como serviço comum, de natureza padronizada, passível de cargas, incluindo mudanças e pequenas cargas especificação objetiva e com ampla oferta no mercado, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

### **Participação de Cooperativas**

Nos termos da Lei nº 12.690/2012, os cooperados exercem suas atividades com autonomia e sem subordinação jurídica, o que é com o modelo de gestão exigido pela Administração Pública para assegurar a qualidade, a segurança operacional e a responsabilidade técnica na execução de serviços logísticos que envolvem o manuseio, o transporte e a integridade de bens públicos e pessoais de servidores.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU reforça essa vedação, especialmente quando a contratação de cooperativas visa o desempenho de atividades que exigem responsabilidade contínua, gestão centralizada e padronização de procedimentos, o que caracterizaria relação típica de emprego indireto, contrariando os princípios da legalidade e da moralidade administrativa (Acórdão nº 2.802/2013 – Plenário, entre outros).

Assim, visando resguardar a legalidade, a eficiência da prestação do serviço, a responsabilidade civil e trabalhista, bem como o interesse público, **restringe-se a participação de cooperativas nesta licitação.**

### **Participação de Consórcios**

A formação de consórcios empresariais, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, pressupõe a execução do objeto de forma compartilhada entre empresas distintas, com divisão de atribuições, gestão e responsabilidades.

Contudo, tal modelo não se mostra compatível com a natureza do serviço ora contratado, que exige gestão centralizada, padronização de procedimentos logísticos, controle unificado de ordens de serviço, prazos e volumes transportados, além da prestação contínua, segura e uniforme das atividades de transporte de cargas, bens e mobiliário entre unidades do DNIT, em âmbito nacional e regional.

Além disso, a Administração visa assegurar maior eficiência e clareza na gestão contratual, o que é favorecido por uma estrutura organizacional unificada, sendo a participação de consórcios contraproducente em contratações que envolvam serviços técnicos logísticos, com execução sob demanda e impacto direto na integridade de bens públicos e privados.

A vedação também está em consonância com o princípio da vantajosidade da contratação, na medida em que minimiza riscos contratuais e operacionais e evita a diluição de responsabilidades entre os consorciados, conforme entendimento consolidado nos órgãos de controle.

Dessa forma, **não será admitida** a participação de consórcios de empresas nesta licitação constituição futura, conforme faculta o §1º do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

### **DA PLANILHA DE CUBAGEM PARA CONTROLE E FISCALIZAÇÃO**

Para assegurar maior controle, transparência e eficiência na execução contratual, bem como para subsidiar a fiscalização técnica dos serviços prestados, integra este Estudo Técnico Preliminar, como Anexo IV, planilha de cubagem padronizada contendo a metragem cúbica de mobiliários, equipamentos e objetos comumente transportados em operações de mudança.

A referida planilha serve como parâmetro de referência para a análise crítica dos orçamentos apresentados pela Contratada em cada solicitação de serviço, permitindo que o fiscal do contrato e o gestor da execução contratual verifiquem a razoabilidade e a conformidade dos volumes declarados, evitando distorções, superfaturamento ou divergências injustificadas entre o volume estimado e o efetivamente cobrado.

A utilização dessa ferramenta de controle proporciona maior vantajosidade à Administração, ao permitir:

- a) Validação técnica da cubagem informada pela empresa, por meio de comparação com padrões objetivos de mercado;
- b) Redução de riscos contratuais, ao possibilitar a identificação antecipada de inconsistências nos orçamentos apresentados;
- c) Padronização de critérios para medição dos serviços, em conformidade com as práticas usuais de mercado e as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);
- d) Melhoria na gestão e fiscalização contratual, conferindo objetividade, rastreabilidade e segurança jurídica às decisões administrativas relacionadas à aprovação de cada ordem de serviço;
- e) Economicidade e eficiência, ao coibir eventuais distorções de medição e assegurar que os valores pagos correspondam estritamente aos serviços efetivamente prestados.

Dessa forma, a planilha de cubagem constitui instrumento gerencial indispensável ao adequado acompanhamento da execução do contrato, em observância aos princípios da eficiência, economicidade, moralidade e transparência que regem a Administração Pública, nos termos do art. 37 da Constituição Federal e da Lei nº 14.133/2021.

## 8. Levantamento de Mercado

### Classificação do Objeto

Os serviços objeto da presente contratação classificam-se como serviços comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, sendo encontrados facilmente no mercado nacional, com diversas empresas aptas a participarem do certame licitatório, conforme evidenciado pelos pregões já realizados no âmbito da Administração Pública para demandas idênticas ou similares. Os serviços encontram-se objetivamente definidos neste Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência, envolvendo padrões de desempenho e qualidade mensuráveis por meio de especificações usuais de mercado.

### Dispensa de Audiência Pública

Tanto as empresas privadas quanto os órgãos públicos efetivam a contratação de serviços dessa natureza de forma semelhante à que se pretende adotar, em cumprimento às respectivas exigências legais, normativas e editalícias. Na presente contratação não foram identificadas situações específicas que pudessem justificar a realização de audiência pública para coleta de contribuições, nos termos do art. 27, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, haja vista tratar-se de serviços comuns com solução contratual consolidada e relação custo-benefício já amplamente conhecida no mercado.

### Benchmarking e Adequação das Especificações

Durante a elaboração deste estudo, verificou-se a existência de diversos outros editais e contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades da Administração Pública, por meio de consultas a instrumentos convocatórios que atendem às necessidades administrativas similares, abordando serviços idênticos ou análogos aos aqui definidos. Não resta dúvida, portanto, quanto à adequação das especificações aos serviços amplamente oferecidos no mercado. Para elaboração do orçamento estimativo, utilizaram-se preços referenciais de mercado, os quais possuem composições definidas para a execução dos serviços. Consta como apêndice a relação de editais consultados para elaboração deste estudo.

Com base nas informações disponíveis, foram identificadas as seguintes licitações recentes relacionadas à contratação de serviços transporte de cargas por órgãos públicos

ÓRGÃO	OBJETO	MODALIDADE
Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia - Sergipe	Contratação de serviços continuados de transporte de cargas, em âmbito nacional	Pregão Eletrônico nº 90053/2024 - Ata 292/2024
Comando da marinha	Contratação de prestação de Serviços de Transporte Nacional de Bagagem (mobiliário, equipamentos e bens pessoais) e Veículos(automóvel e motocicleta), com abrangência Nacional (interestadual),	Pregão Eletrônico 25/2024 - Ata 134 /2024
Centro de Intendência Tecnológico da Marinha em São Paulo	contratação de serviços de transporte de bagagem por via rodoviária, porta a porta, em caminhão fechado (tipo baú), compreendendo a desmontagem e montagem de bens móveis	Pregão Eletrônico 43/2025 - Ata 251 /2025

### Pesquisa de Preços

Para fins de apuração dos valores referenciais, foram encaminhados e-mails a empresas especializadas na prestação desse tipo de serviço, dos quais não se obteve resposta, conforme documentação anexada a este Estudo Técnico Preliminar.

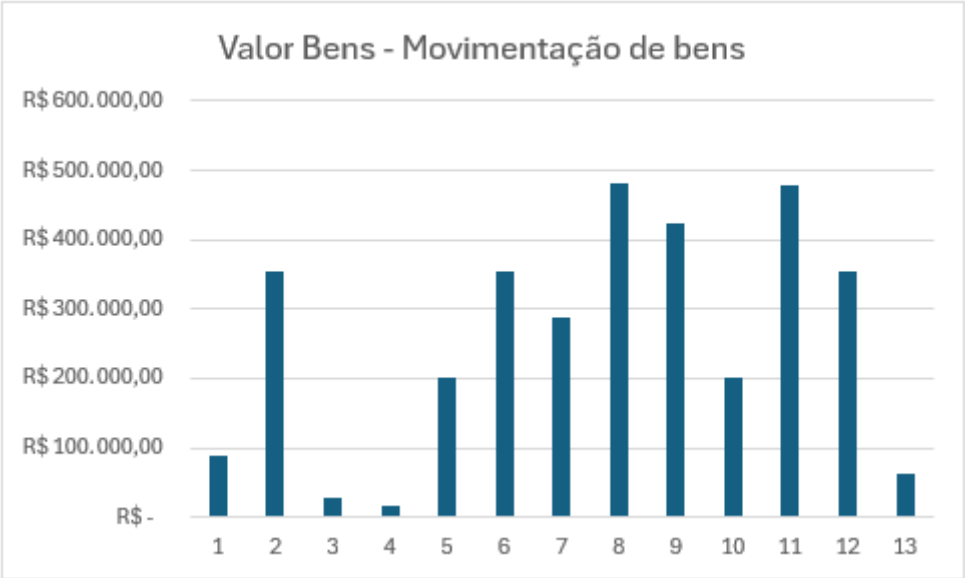
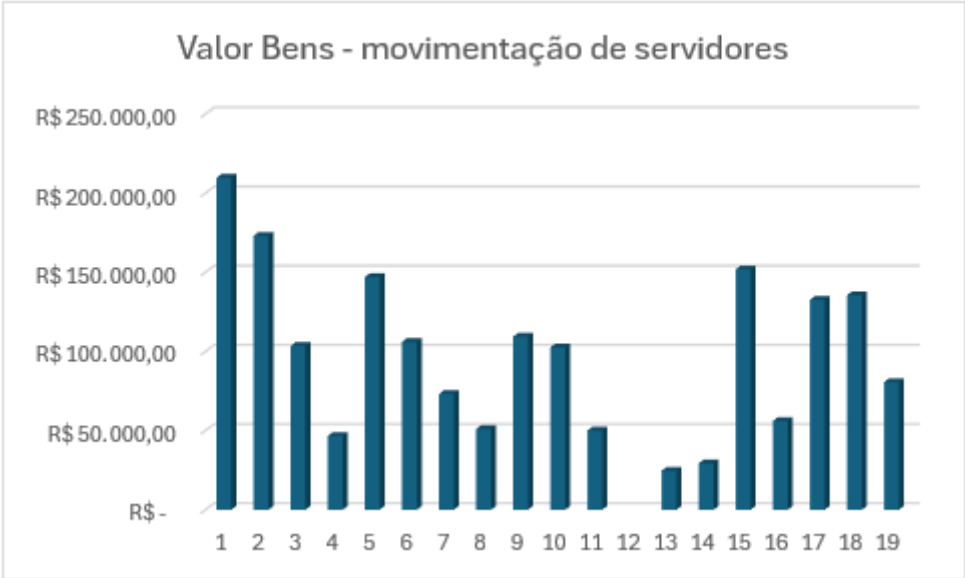
Para fins de orçamento estimativo, adotar-se-ão os preços registrados nas Atas de Registro de Preços vigentes, conforme quadro a cima e documentação anexos a este Estudo Técnico Preliminar.

Distância km	QUANTIDADE ESTIMADA EM M³	Ata 292/2024 - IFT/SE	Ata 134/2024 - Comando da Marinha	Ata 251 /2025 - Centro Intendência - MB	MÉDIA valor unitário	Valor Total
00 a 50	1500	R\$ 164,00	R\$ 119,23	R\$ 104,81	R\$ 129,35	R\$ 194.025,00
51 a 500	2100	R\$ 221,10	R\$ 244,20	R\$ 212,80	R\$ 226,03	R\$ 474.663,00
501 a 1000	2100	R\$ 330,00	R\$ 343,20	R\$ 287,80	R\$ 320,33	R\$ 672.693,00

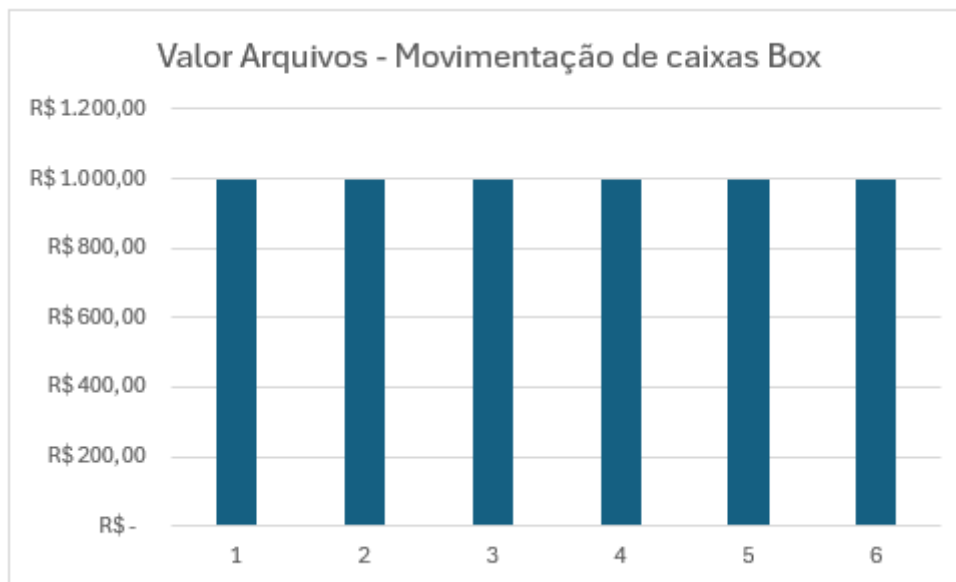
1001 a 1.600	2100	R\$ 380,00	R\$ 343,20	R\$ 344,61	R\$ 355,94	R\$ 747.474,00
1601 a 2200	2100	R\$ 393,90	R\$ 364,65	R\$ 344,61	R\$ 367,72	R\$ 772.212,00
2201 a 3000	2100	R\$ 497,00	R\$ 372,57	R\$ 419,64	R\$ 429,74	R\$ 902.454,00
3001 a 4000	1500	R\$ 601,00	R\$ 547,80	R\$ 528,36	R\$ 559,05	R\$ 838.575,00
4001 a 5000	1000	R\$ 675,00	R\$ 547,80	R\$ 685,90	R\$ 636,23	R\$ 636.230,00
Acima de 5001	1000	R\$ 675,00	R\$ 547,80	R\$ 709,90	R\$ 644,23	R\$ 644.230,00
VALOR TOTAL POR m³/km PARA EXECUÇÃO DO CONTRATO - 24 meses						R\$ 5.882.556,00
1% do seguro (baseado no contrato passado - ESTIMATIVA)						R\$ 51.228,34
VALOR TOTAL + 1% DO SEGURO						R\$ 5.933.784,34

O valor definido para seguro é baseado em 1% (um por cento) do valor estimado dos bens a serem transportados, sendo assim, foi tomado como base a contratação anterior prevista do Contrato nº 615/2024, não sendo aplicado nenhum índice de correção monetária, visto que, os bens transportados no último ano contratual não ultrapassaram o valor de R\$ 5.122.833,27, sendo R\$51.228,34 referente a 1%. Dessa forma, por se tratar de uma estimativa própria da própria não há a necessidade de pesquisa de mercado para esse item.

Valores dos bens executados no contrato 615/2024 - Seguro







## 9. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 5.933.784,34

O valor estimado para a presente contratação, com base nos preços praticados nas Atas de Registro de Preços anexas a este Estudo Técnico Preliminar, é de **R\$ 5.933.784,34** (cinco milhões, novecentos e trinta e três mil, setecentos e oitenta e quatro reais e trinta e quatro centavos) para o período de 24 (vinte e quatro) meses, prorrogáveis em atenção ao art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

Para efeito de estimativa dos quantitativos a serem contratados, considerou-se a estrutura do quadro funcional da Autarquia e a movimentação de servidores para ocupação de cargos estratégicos que, por vezes, demandam mudança de sede para o exercício de suas funções. Ademais, ocorre frequentemente a necessidade de transporte de cargas, materiais e mobiliários a serem empregados nas atividades do DNIT em localidades distintas de sua sede.

Considerando que tais serviços são executados por demanda e dependem de eventos que, frequentemente, são imprevistos, ocorrendo em momentos distintos e por necessidade estratégica da Administração, o quantitativo de serviços a ser contratado baseou-se no levantamento histórico dos serviços realizados nos últimos 2 (dois) anos do contrato vigente, acrescido dos quantitativos estimados para transporte de cargas patrimoniais da Autarquia, tais como o transporte de caixas-arquivo em suporte às Superintendências Regionais.

DISTÂNCIA KM	UNIDADE DE COTAÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA EM M³	PRAZO DE ENTREGA	SEGURO	VALOR Unitário	Valor Total
00 a 50	m³/Km	1500	Até 02 dias úteis	1%	R\$ 129,35	R\$ 194.025,00
51 a 500	m³/Km	2100	Até 03 dias úteis	1%	R\$ 226,03	R\$ 474.663,00
501 a 1000	m³/Km	2100	Até 08 dias úteis	1%	R\$ 320,33	R\$ 672.693,00
1001 a 1.600	m³/Km	2100	Até 12 dias úteis	1%	R\$ 355,94	R\$ 747.474,00
1601 a 2200	m³/Km	2100	Até 15 dias úteis	1%	R\$ 367,72	R\$ 772.212,00
2201 a 3000	m³/Km	2100	Até 20 dias úteis	1%	R\$ 429,74	R\$ 902.454,00
3001 a 4000	m³/Km	1500	Até 25 dias úteis	1%	R\$ 559,05	R\$ 838.575,00
4001 a 5000	m³/Km	1000	Até 25 dias úteis	1%	R\$ 636,23	R\$ 636.230,00
Acima de 5001	m³/Km	1000	Até 25 dias úteis	1%	R\$ 644,23	R\$ 644.230,00
<b>VALOR TOTAL POR m³/km PARA EXECUÇÃO DO CONTRATO - 24 meses</b>						<b>R\$ 5.882.556,00</b>

1% do seguro (baseado no contrato passado - ESTIMATIVA)	R\$ 51.228,34
VALOR TOTAL + 1% DO SEGURO	R\$ 5.933.784,34

## 10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O parcelamento do objeto na contratação dos serviços de transporte de cargas e bagagens não se mostra economicamente viável, uma vez que tal modelo ocasionaria perda de economia de escala. Optou-se, portanto, pelo fornecimento integrado de todos os serviços necessários ao transporte de cargas e bagagens, abrangendo mão de obra, combustível e todos os materiais indispensáveis à consecução do objeto.

A gestão integrada de um único contrato propiciará maior controle e redução de gastos, garantirá a unicidade e padronização do objeto, além de evitar descontinuidades na prestação dos serviços contratados, assegurando celeridade, objetividade e eficiência, em observância ao disposto na Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União:

*"É imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala".*

Entende-se, pois, que a contratação fragmentada dos serviços não se revela vantajosa, posto que não se apresenta técnica nem economicamente viável. Eventual parcelamento do objeto, possibilitando diversas contratações simultâneas, poderá comprometer a execução dos serviços de forma que não se produzam os resultados pretendidos, além de dificultar o gerenciamento contratual e a fiscalização adequada.

A responsabilização de uma única empresa contratada mostra-se mais adequada não apenas para fins de acompanhamento e fiscalização dos serviços prestados, mas sobretudo para facilitar a identificação de eventuais falhas, apuração de suas causas e atribuição de responsabilidades, de modo a aumentar o controle sobre a execução do objeto licitado.

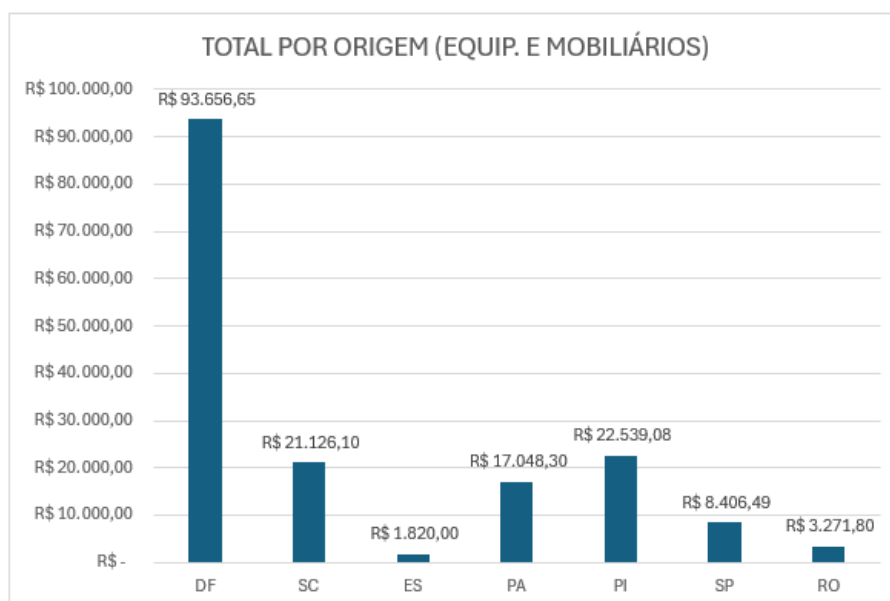
Sob o aspecto técnico-operacional, a contratação de uma única empresa para a prestação integral dos serviços revela-se mais satisfatória do que a pulverização entre diversos particulares. Ademais, corroborando a contratação unificada, destaca-se a viabilidade da metodologia proposta e a comprovada disponibilidade de empresas especializadas com capacidade técnica e operacional para execução do objeto, ao passo que haverá melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade no certame licitatório.

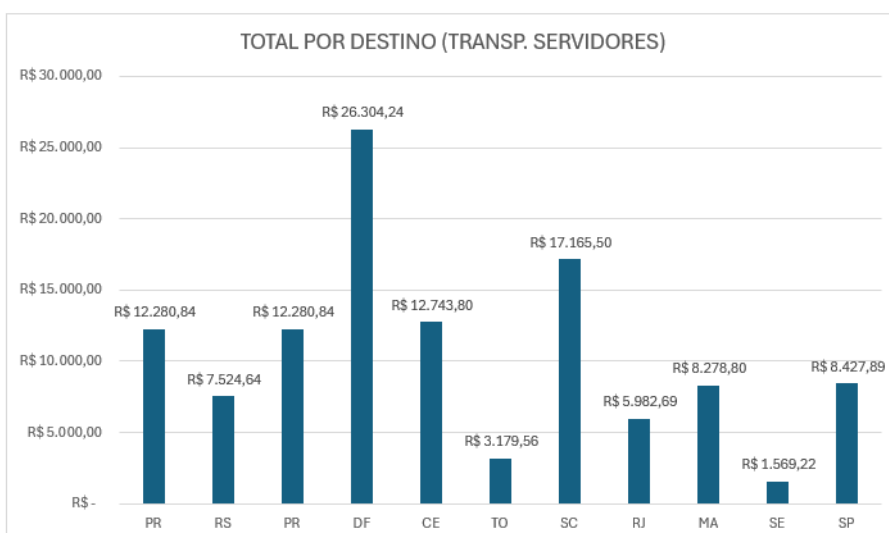
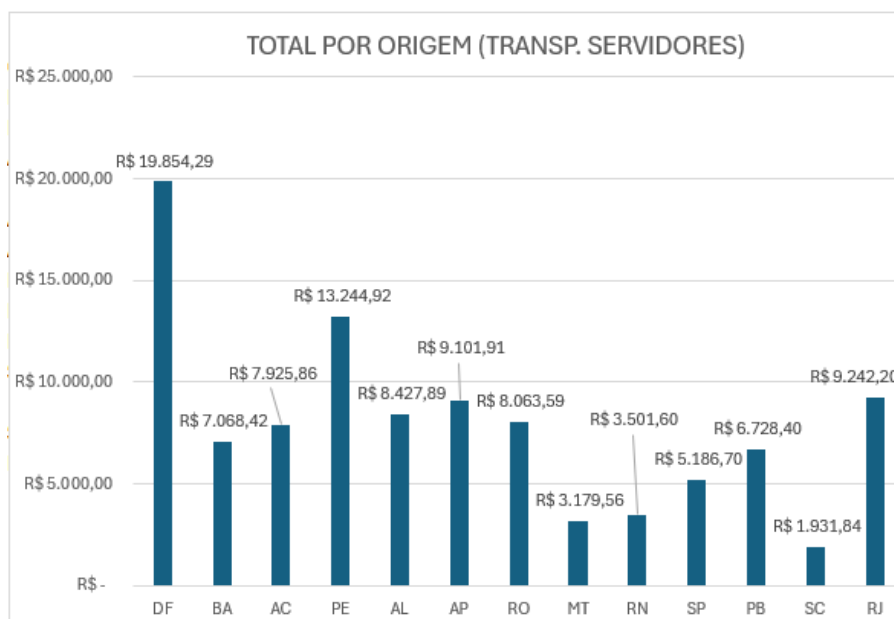
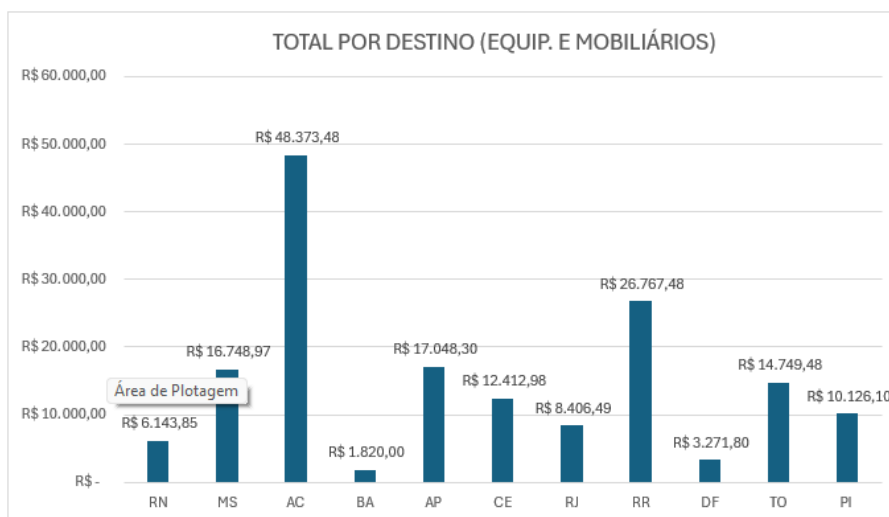
## 11. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

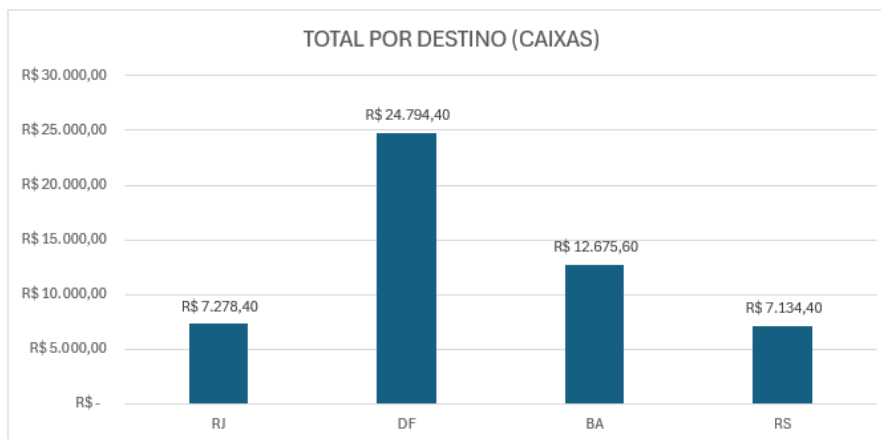
Apresenta-se a seguir quadro estimativo dos quantitativos por faixa de distância, considerando o histórico de execução do contrato anterior vigente.

Ressalta-se que tais serviços são executados por demanda e dependem de eventos que, frequentemente, são imprevistos, ocorrendo em momentos distintos e por necessidade estratégica da Administração. Dessa forma, a estimativa dos quantitativos e da forma de contratação dos serviços levou em consideração o levantamento da movimentação e dos serviços efetivamente executados pela empresa detentora do contrato ainda em vigência, permitindo projeção realista das necessidades futuras.

De modo a esclarecer os quantitativos levantados e os custos da execução dos últimos 14 (quatorze) meses de contratos vigentes, apresentam-se a seguir os gráficos com os dados utilizados, a fim de fundamentar e justificar os valores estimados para a presente contratação.







**Tabela1-TRANSPORTE POR M³/KM RODADO**

DISTÂNCIA KM	UNIDADE DE COTAÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA EM M³	PRAZO DE ENTREGA	SEGURO	VALOR Unitário	Valor Total
00 a 50	m³/Km	1500	Até 02 dias úteis	1%	R\$ 129,35	R\$ 194.025,00
51 a 500	m³/Km	2100	Até 03 dias úteis	1%	R\$ 226,03	R\$ 474.663,00
501 a 1000	m³/Km	2100	Até 08 dias úteis	1%	R\$ 320,33	R\$ 672.693,00
1001 a 1.600	m³/Km	2100	Até 12 dias úteis	1%	R\$ 355,94	R\$ 747.474,00
1601 a 2200	m³/Km	2100	Até 15 dias úteis	1%	R\$ 367,72	R\$ 772.212,00
2201 a 3000	m³/Km	2100	Até 20 dias úteis	1%	R\$ 429,74	R\$ 902.454,00
3001 a 4000	m³/Km	1500	Até 25 dias úteis	1%	R\$ 559,05	R\$ 838.575,00
4001 a 5000	m³/Km	1000	Até 25 dias úteis	1%	R\$ 636,23	R\$ 636.230,00
Acima de 5001	m³/Km	1000	Até 25 dias úteis	1%	R\$ 644,23	R\$ 644.230,00
<b>VALOR TOTAL POR m³/km PARA EXECUÇÃO DO CONTRATO - 24 meses</b>						<b>R\$ R\$ 5.882.556,00</b>
1% do seguro (baseado no contrato passado - ESTIMATIVA)						R\$ 51.228,34
<b>VALOR TOTAL + 1% DO SEGURO</b>						<b>R\$ 5.933.784,34</b>

**OBS: Fica a critério da empresa a taxa percentual de seguro para a Tabela 1, não podendo ser superior a 1%(um por cento) do valor da carga transportada.**

O cálculo do valor devido por mudança será precedido de verificação da distância entre as cidades de origem e destino e enquadramento na respectiva faixa de distância para constatação do valor unitário do metro cúbico utilizado para cálculo do transporte;

Obtido o valor unitário do metro cúbico transportado, correspondente a respectiva faixa de distância, este será multiplicado pelo total de metros cúbicos transportados, sendo somado a tal resultado o valor referente a 1% (um por cento) a título de seguro incidente sobre o valor declarado dos bens transportados, conforme fórmula abaixo:

$$VDT = VM \times QM + SE$$

Em que:

VDT = Valor devido total: valor a ser pago à empresa contratada pela execução do Serviço;

VM = Valor do metro cúbico por quilômetro, conforme faixa de distâncias;

QM = Quantidade de metros cúbicos transportados;

SE = Seguro (1% do valor declarado dos bens transportados).

Estimativa para a contratação (para 24 meses de contrato):

- 17.500 m³ para mudanças, transportes locais e interestaduais

- Para efeito do cálculo da quilometragem entre percursos, será utilizado o Google Maps.

- No caso de mudanças entre andares de um mesmo prédio ou de quilometragens inferiores a 30 km, considerar-se-á, para efeito de cálculo, a distância exata de 30 km.

- Considerando que o Decreto nº 4.004/2001 prevê o transporte em m³ ou Kg, fica convencionado que 1 m³ corresponderá a 200 Kg. Essa prerrogativa será utilizada para transporte de objetos indivisíveis muito pesado ou muito volumoso.

- Quando se tratar de transporte de mobiliário de servidor, fica estabelecido, nos termos do art. 4º, do Decreto nº 4.004, de 08 de novembro de 2001, o limite máximo de metros cúbicos e quilogramas a ser transportado por servidor, conforme indicado na tabela a seguir:

Metros Cúbicos	Quantidade
12	Apenas o servidor
24	Servidor + 01 dependente
27	Servidor + 02 dependente
30	Servidor + 03 dependente
33	Servidor + 04 dependente

Quilogramas	Quantidade
4500	Apenas o servidor
9000	Servidor + 01 dependente
9900	Servidor + 02 dependente
10.800	Servidor + 03 dependente
17.700	Servidor + 04 dependente

**O preço do transporte de balsa, quando necessário, será providenciado pela CONTRATADA** e repassado o custo ao CONTRATANTE, mediante comprovante, devendo incluir o valor do serviço de transporte no orçamento e cobrar as despesas na Nota Fiscal, permanecendo a CONTRATADA responsável pela qualidade da prestação do serviço.

Após a homologação da licitação, o adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, cuja vigência será de 24 (vinte e quatro), podendo ser prorrogada sucessivamente, nos termos do **artigo 107 da Lei nº 14.133/2021**, respeitada a vigência máxima decenal,

O preço ajustado do objeto do instrumento convocatório também poderá sofrer correção, desde que reste comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas na alínea “d”, do inciso II, do art. 124, da Lei nº 14.133/21, as quais deverão ser documentalmente comprovadas pela CONTRATADA e aceitas pela CONTRATANTE.

## DA SUBCONTRATAÇÃO

Em consonância com o disposto no art. 122, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratado, em razão da necessidade de manutenção da responsabilidade integral da Contratada pela execução dos serviços, pelo controle operacional unificado e pela padronização dos procedimentos logísticos, elementos essenciais à gestão eficiente e à garantia da qualidade na prestação dos serviços de transporte rodoviário de cargas.

Excepcionalmente, será admitida a subcontratação exclusivamente para complemento de transporte mediante utilização de balsa, cegonha ou modal aéreo, quando a natureza do trajeto, as características da carga ou a urgência da entrega assim o exigirem, desde que:

a) Haja prévia e expressa autorização do órgão contratante, mediante solicitação fundamentada da Contratada, acompanhada de justificativa técnica que demonstre a imprescindibilidade da subcontratação para o cumprimento do objeto;

b) A subcontratação não ultrapasse 50% (cinquenta por cento) do valor total do contrato, em observância ao art. 93, § 1º, inciso II, do Decreto nº 11.246/2022, que regulamenta a Lei nº 14.133/2021;

c) A empresa subcontratada atenda às mesmas exigências de habilitação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal estabelecidas no instrumento convocatório para a Contratada, comprovando capacidade operacional compatível com o serviço complementar a ser executado;

d) A Contratada permaneça integralmente responsável pela execução do objeto perante o DNIT, inclusive pelos atos praticados pela subcontratada, não se estabelecendo qualquer vínculo jurídico entre esta última e a Administração Pública;

e) Seja mantida a cobertura securitária integral dos bens transportados durante todo o trajeto, incluindo os trechos executados pela subcontratada, mediante apresentação de apólice de seguro específica ou comprovação de extensão da cobertura já contratada;

f) Os custos decorrentes da subcontratação estejam integralmente incorporados aos preços propostos pela Contratada, não gerando ônus adicional à Administração.

A inobservância de qualquer das condições ora estabelecidas implicará responsabilização contratual da Contratada, sujeitando-a às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da apuração de eventual prejuízo ao erário e da adoção das medidas administrativas cabíveis.

Apresentar, juntamente com a proposta, planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo anexo ao instrumento convocatório.

## 12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A contratação almejada será capaz de suprir todas as necessidades de transporte de mobiliários, veículos ou qualquer outro bem de propriedade ou interesse do DNIT, não havendo, portanto, contratações correlatas.

## 13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O alinhamento da contratação com o planejamento estratégico do órgão é vital para o alcance de resultados efetivos para a organização, assim como para a entrega de resultados à sociedade.

Nesse sentido, esta contratação está relacionada ao Planejamento Estratégico 2022 do DNIT, atrelada ao fundamento de Aprimoramento da Gestão a Logística e a Infraestrutura Interna baseados nos seguintes dispositivos:

- Portaria nº 2.292, de 20 de abril de 2020, art. 4º, inciso X, o qual trata da implantação, sempre que possível, de política de compras compartilhadas;
- Instrução Normativa Nº 31/DG/DNIT SEDE, de 22 de junho de 2021, que instituiu a Política de Governança de Aquisições no DNIT;
- A presente contratação encontra-se no Documento de Formalização da Demanda nº 396/2025, sendo considerada de média prioridade para as atividades do DNIT.
- Instrução Normativa Nº 40/2021, de 03 de agosto de 2021, que instituiu o Plano de Gestão de Logística Sustentável do DNIT Sede.

## 14. Benefícios a serem alcançados com a contratação

### Benefícios Específicos

#### 1. Apoio à continuidade das atividades institucionais

A logística de transporte é essencial para garantir a continuidade dos serviços administrativos, sobretudo em situações de mudança de unidades, redistribuição de mobiliário, instalação de novos espaços e remoção de servidores. A contratação assegura agilidade e regularidade no deslocamento de bens e equipamentos, evitando interrupções operacionais e prejuízos à rotina do órgão.

#### 2. Conformidade legal e segurança jurídica

Com o apoio de empresa especializada, o DNIT poderá realizar o transporte de bens e bagagens de servidores conforme prevê o Decreto nº 4.004/2001 e os artigos 36 e 53 da Lei nº 8.112/1990, bem como efetuar mudanças institucionais com cobertura securitária adequada e execução contratual padronizada, reduzindo riscos jurídicos, danos materiais e litígios administrativos.

#### 3. Agilidade e eficiência na execução sob demanda

A estrutura contratual baseada em ordens de serviço (m³) e diárias, conforme o tipo de transporte, permite resposta rápida às necessidades do DNIT, inclusive em demandas imprevistas. A contratada será responsável por disponibilizar equipe, veículos e materiais com agilidade, garantindo cumprimento de prazos e integridade dos volumes transportados.

#### 4. Gestão eficiente e controle da execução

A empresa contratada deverá manter sistema de controle e rastreamento das cargas, registro de entregas e comunicação direta com os gestores, promovendo transparência, rastreabilidade e controle efetivo das operações logísticas. Relatórios periódicos subsidiarão a tomada de decisão gerencial e a avaliação contínua da qualidade do serviço.

#### 5. Preservação do patrimônio público

Com o transporte realizado por empresa especializada, o DNIT assegura a manutenção da integridade de seus bens móveis e materiais institucionais, com uso de embalagens adequadas, veículos apropriados e seguro proporcional ao valor da carga. Isso evita perdas, avarias e despesas adicionais com reposição de equipamentos.

#### 6. Alinhamento com os princípios da Administração Pública

A contratação está em plena consonância com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e interesse público, reforçando a boa governança, a gestão de riscos e a modernização logística da Administração.

Portanto, a contratação dos serviços de transporte rodoviário de cargas é fundamental para assegurar o funcionamento eficiente, seguro e legal das atividades administrativas do DNIT, promovendo o uso racional dos recursos públicos, protegendo o patrimônio da União e fortalecendo a infraestrutura de apoio às políticas educacionais em todo o território nacional.

## 15. Providências a serem Adotadas

Tendo em vista a natureza da contratação almejada, não se configura necessária a elaboração de cronograma para adequação de ambientes visando o início da prestação dos serviços.

Ressalta-se, ainda, que o contrato a ser celebrado substituirá o contrato nº 615/2024, que se encontra em plena vigência, porém a empresa não manifestou interesse em realizar a prorrogação do contrato, portanto, entende-se que o serviço em tela não traz à tona novas peculiaridades que justifiquem a necessidade de capacitação específica para o acompanhamento da prestação dos serviços.

## 16. Possíveis Impactos Ambientais

Visando minimizar os possíveis impactos ambientais que poderão advir da presente contratação, o DNIT deverá exigir o cumprimento das orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental e a Contratada deverá cumprir com tais normas em todas as fases da execução dos serviços. Dentre as recomendações observar-se-á, no que couber, os critérios elencados no Item.

Critérios e práticas de sustentabilidade descritos neste ETP, sem prejuízo de normas que poderão ser incluídas na fase de construção do Edital. São eles:

- Fornecer equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- Prever a destinação ambiental adequada das baterias dos veículos usadas ou inservíveis, segundo disposições e resoluções do CONAMA;
- Realizar práticas de sustentabilidade ambiental, quando da execução dos serviços, utilizando produtos biodegradáveis, atóxicos, conforme as normas da ABNT NBR, economizando energia, gás, e água;
- Realizar o recolhimento de todos os resíduos recicláveis descartados de forma seletiva, em observância ao Decreto nº 5.940/2006;
- Providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamentos disponibilizadas pelo respectivo fabricante ou importador, ou entregando-os ao estabelecimento que houver realizado a troca do pneu usado por um novo, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme resolução CONAMA aplicável à matéria e legislação correlata.
- A comprovação da observância aos critérios registrados poderá ser feita mediante apresentação de certificado emitido por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste o cumprimento da legislação afeta à matéria objeto da contratação.
- Todos os veículos utilizados na execução do contrato deverão atender aos padrões de emissão estabelecidos pelo **Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE**, fase **P-8** ou superior, conforme **Resolução CONAMA nº 490/2018**.

## Materiais de embalagem sustentáveis

### a) Papelão reciclado:

Utilizar prioritariamente caixas de papelão com **mínimo 70% de conteúdo reciclado** ou certificadas pelo **Forest Stewardship Council (FSC)**, conforme **NBR 15448-1/2008** e **NBR 15448-2/2008**.

### b) Materiais biodegradáveis:

Substituir plástico-bolha convencional por alternativas biodegradáveis, reutilizáveis ou de base vegetal (plástico de amido de milho ou mandioca). Fitas adesivas deverão ser à base de água, sem solventes tóxicos.

### c) Proibição de materiais não sustentáveis:

É **vedada a utilização de isopor expandido (EPS)**, devendo ser substituído por papel kraft, papelão ondulado, mantas de fibra natural ou espuma biodegradável.

### d) Reaproveitamento:

Sempre que possível, reutilizar materiais de embalagem em bom estado (caixas, mantas, cantoneiras), mediante higienização adequada, reduzindo a geração de resíduos.

## Gestão de resíduos sólidos

### a) Coleta seletiva obrigatória:

Ao término de cada operação de mudança, a Contratada deverá realizar **coleta seletiva** de todos os resíduos gerados (papelão, plástico, papel, vidro, metal), separando-os adequadamente conforme cores padronizadas pela **Resolução CONAMA nº 275/2001**.

### b) Destinação de recicláveis:

Os materiais recicláveis deverão ser destinados preferencialmente a **cooperativas ou associações de catadores de materiais recicláveis**, em cumprimento ao **Decreto Federal nº 5.940/2006**, que institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

Estas recomendações e orientações estão fundamentadas nas seguintes normas:

- **Constituição Federal de 1988**, art. 225 (direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado);
- **Lei nº 6.938/1981** (Política Nacional do Meio Ambiente);
- **Lei nº 9.605/1998** (Lei de Crimes Ambientais);
- **Lei nº 12.305/2010** (Política Nacional de Resíduos Sólidos);
- **Decreto nº 5.940/2006** (coleta seletiva na Administração Pública);
- **Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010** (critérios de sustentabilidade em contratações);
- **Instrução Normativa DNIT nº 40/2021** (Plano de Gestão de Logística Sustentável);
- **Resolução CONAMA nº 275/2001** (código de cores para coleta seletiva);
- **Resolução CONAMA nº 362/2005** (óleos lubrificantes usados);
- **Resolução CONAMA nº 401/2008** (baterias);
- **Resolução CONAMA nº 416/2009** (pneus);
- **Resolução CONAMA nº 418/2009** (ruído de veículos);
- **Resolução CONAMA nº 490/2018** (PROCONVE P-8);
- **NBR 10.004/2004** (classificação de resíduos);
- **NBR 13.221/2017** (transporte de resíduos);
- **NBR 15.448-1 e 15.448-2/2008** (embalagens de papelão);
- **Portaria DNIT nº 1.306/2022** (Plano de Contratações Anual).



## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**RACHEL RODRIGUES VERAS CARDOSO**

Coordenadora de Administração Patrimonial



*Assinou eletronicamente em 28/01/2026 às 16:25:36.*

Despacho: Coordenador-Geral de Recursos Logísticos

**LOURENCO HENRIQUE NEVES GUIMARAES**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 28/01/2026 às 17:45:59.*

## 18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 18.1. Justificativa da Viabilidade

Tendo em vista o disposto nos tópicos "Necessidade" e "Solução", entendemos que é viável a pretensa contratação da forma como fora sugerida neste ETP DIGITAL

FORMULÁRIO IMR

DEFINIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS					
	Serviço	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Global R\$
Total					
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS					
DEMAIS DETALHAMENTOS					
-					
LOCAL DE REALIZAÇÃO					
Nº do item	Quantidade	Endereço		Data a ser executado	
IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS					
Local, data		Local, data			
_____		_____			
Fiscal do Contrato solicitação do serviço		Responsável pela Empresa			

**INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO**

<b>ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DE TRANSPORTE DE MOBILIÁRIO DE SERVIDORES E BENS DIVERSOS DO DNIT</b>	
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
<b>Finalidade</b>	Serviço de transporte nacional de mobiliário, equipamentos, bens pessoais, automóveis e motocicletas,
<b>Meta a cumprir</b>	Obediência ao disposto nas Cláusulas Contratuais.
<b>Instrumento de medição</b>	Sistemática disponibilizado pelo Contratante, estipulado no contrato, particularmente no que se refere a tabela de pontuação para glosas.
<b>Forma de acompanhamento</b>	Formulário de execução de serviço Livro de ocorrências.
<b>Periodicidade</b>	Por serviço realizado.
<b>Mecanismo de Cálculo</b>	Registro no livro de ocorrências. Registro de correção das falhas apontadas. Registro do não cumprimento das ocorrências dentro do prazo estipulado. De acordo com a tabela de descontos do Instrumento de Medição de Resultado. Relatório de execução dos serviços.
<b>Início de Vigência</b>	No ato da assinatura do Contrato.
<b>Faixas de ajustes no pagamento e sanções</b>	1 Pontos - glosa de 1,50% na fatura 2 Pontos - glosa de 2,00% na fatura 3 Pontos - glosa de 2,50% na fatura 4 Pontos - glosa de 3,00% na fatura 5 Pontos - glosa de 3,60% na fatura 6 Pontos - glosa de 4,80% na fatura 7 Pontos - glosa de 6,60% na fatura 8 Pontos - glosa de 9,00% na fatura 9 Pontos - glosa de 10,00% na fatura 11 Pontos ou mais - glosa de 15,00% na fatura
<b>Observações</b>	Todas as ocorrências registradas serão notificadas à Contratada estipulando prazo para solução das falhas apontadas. Cada falha apontada será considerada 1 (uma) ocorrência. Se a falha não for corrigida dentro do prazo estipulado, será anotada no processo de fiscalização e considerada como uma nova falha, estipulando novo prazo para correção. Esta situação deverá ser considerada até que o problema seja definitivamente solucionado. Todos os registros serão datados. Todas as ocorrências serão descritas no relatório do fiscal/gestor a ser enviada à Coordenação de Administração Patrimonial, acompanhado da fatura atestada para liberação de pagamento.

<b>INFRAÇÕES</b>	<b>GRADAÇÃO</b>			
	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>
Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência.				<b>X</b>
Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento.		<b>X</b>		
Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia.				<b>X</b>
Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	<b>X</b>			
Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;		<b>X</b>		
Deixar de substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia.			<b>X</b>	
Atraso na entrega do serviço superior a 05 (cinco) dias corridos, sem a devida justificativa aceita pelo Gestor do Contrato.		<b>X</b>		

Atraso na entrega do serviço superior a 10 (dez) dias corridos, sem a devida justificativa aceita pelo Gestor do Contrato.				X
Atraso na entrega do serviço superior a 15 (quinze) dias corridos, sem a devida justificativa aceita pelo Gestor do Contrato.				X
Deixar de substituir ou consertar o bem danificado em virtude do transporte executado com falha.			X	

Processo nº 50600.038501/2025-34

**\* MINUTA DE DOCUMENTO**

**Unidade Gestora:** Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - CGLOG

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº  
...../2026, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO,  
POR INTERMÉDIO DO DEPARTAMENTO  
NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE  
TRANSPORTES E  
....., PARA A  
PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE  
TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS,  
COMPREENDENDO A TRANSFERÊNCIA  
DE BENS PATRIMONIAIS E DEMAIS  
OBJETOS PERTENCENTES AO  
PATRIMÔNIO DO DNIT, MOBILIÁRIO E  
BAGAGENS DOS AGENTES PÚBLICOS E  
SEUS DEPENDENTES.

O DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, ente autárquico federal vinculado ao Ministério dos Transportes, com sede na capital do Distrito Federal – Setor de Autarquias Norte, Quadra 03, Bloco "A" Ed. Núcleo dos Transportes, na cidade de Brasília/DF, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 04.892.707/0001-00, doravante simplesmente denominado DNIT ou CONTRATANTE, representado pela Diretora de Administração e Finanças - Substituta, **FERNANDA GIMENEZ MACHADO FAÉ**, nomeada pela Portaria Nº 2.300, publicada no Diário Oficial da União do dia 20/04/2020, portadora da Matrícula SIAPE nº 1457060, e o(a) empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXXXXXXX, sediado(a) na **[endereço]**, na cidade de **[cidade]/[UF]**, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) pelo(a) Sr.(a) **[nome e função no CONTRATADO]**, conforme **[atos constitutivos da empresa]**, tendo em vista o que consta no Processo nº **50600.038501/2025-34** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº XXXX/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a prestação de serviços de transporte rodoviário de cargas, utilizando caminhão fechado do tipo baú, destinados à execução de mudanças que envolvem: a transferência de bens patrimoniais do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) — tais como mobiliário, equipamentos técnicos, veículos e acervos documentais — e o transporte de mobiliário e bagagens de servidores públicos e seus dependentes que, por interesse da Administração, forem removidos para nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente, em qualquer região do território nacional, nas condições estabelecidas no Termo de Referência 03 (Doc. SEI nº **24938248**).

1.2. Objeto da contratação:

*Especificação dos Serviços*

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	DISTÂNCIA/KM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA (M3)	PRAZO DE ENTREGA
1	Transporte de Mudança - Interestadual	3220	00 a 50	m3/km	1500	Até 02 dias úteis
2	Transporte de Mudança - Interestadual	3220	51 a 500	m3/km	2100	Até 03 dias úteis
3	Transporte de Mudança - Interestadual	3220	501 a 1000	m3/km	2100	Até 08 dias úteis
4	Transporte de Mudança - Interestadual	3220	1001 a 1.600	m3/km	2100	Até 12 dias úteis
5	Transporte de Mudança - Interestadual	3220	1601 a 2200	m3/km	2100	Até 15 dias úteis
6	Transporte de Mudança - Interestadual	3220	2201 a 3000	m3/km	2100	Até 20 dias úteis
7	Transporte de Mudança - Interestadual	3220	3001 a 4000	m3/km	1500	Até 25 dias úteis
8	Transporte de Mudança - Interestadual	3220	4001 a 5000	m3/km	1000	Até 25 dias úteis
9	Transporte de Mudança - Interestadual	3220	Acima de 5001	m3/km	1000	Até 25 dias úteis
VALOR ESTIMADO TOTAL (24 MESES)						
VALOR ESTIMADO ANUAL						
VALOR ESTIMADO MENSAL						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. A vigência inicial do Contrato será de 24 (vinte e quatro) meses, contado da data da sua assinatura, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, nos termos do [art. 107 da Lei nº 14.133/2021](#).

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atendendo, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação; e
- e) Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência 03 (Doc. SEI nº [24938248](#)), anexo a este Contrato.

## **4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Em consonância com o disposto no art. 122, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratado, em razão da necessidade de manutenção da responsabilidade integral da Contratada pela execução dos serviços, pelo controle operacional unificado e pela padronização dos procedimentos logísticos, elementos essenciais à gestão eficiente e à garantia da qualidade na prestação dos serviços de transporte rodoviário de cargas.

4.2. Excepcionalmente, será admitida a subcontratação exclusivamente para complemento de transporte mediante utilização de balsa, cegonha ou modal aéreo, quando a natureza do trajeto, as características da carga ou a urgência da entrega assim o exigirem, desde que:

- a) Haja prévia e expressa autorização do órgão contratante, mediante solicitação fundamentada da Contratada, acompanhada de justificativa técnica que demonstre a imprescindibilidade da subcontratação para o cumprimento do objeto;
- b) A subcontratação não ultrapasse 50% (cinquenta por cento) do valor total do contrato, em observância ao art. 93, § 1º, inciso II, do Decreto nº 11.246 /2022, que regulamenta a Lei nº 14.133/2021;
- c) A empresa subcontratada atenda às mesmas exigências de habilitação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal estabelecidas no instrumento convocatório para a Contratada, comprovando capacidade operacional compatível com o serviço complementar a ser executado;
- d) A Contratada permaneça integralmente responsável pela execução do objeto perante o DNIT, inclusive pelos atos praticados pela subcontratada, não se estabelecendo qualquer vínculo jurídico entre esta última e a Administração Pública;
- e) Seja mantida a cobertura securitária integral dos bens transportados durante todo o trajeto, incluindo os trechos executados pela subcontratada, mediante apresentação de apólice de seguro específica ou comprovação de extensão da cobertura já contratada;
- f) Os custos decorrentes da subcontratação estejam integralmente incorporados aos preços propostos pela Contratada, não gerando ônus adicional à Administração.

4.3. A inobservância de qualquer das condições ora estabelecidas implicará responsabilização contratual da Contratada, sujeitando-a às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da apuração de eventual prejuízo ao erário e da adoção das medidas administrativas cabíveis.

## **5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ ..... (.....), perfazendo o valor total de R\$ ..... em 24 (vinte e quatro) meses.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente medidos.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência 03 (Doc. SEI nº [24938248](#)), anexo a este Contrato.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1. Os serviços serão prestados pelos preços ofertados na proposta da licitante vencedora e serão reajustados, mediante solicitação formal da contratada que deverá apresentar planilha de com os valores reajustados e sua metodologia para aferição por parte da Administração, atendendo o princípio da anualidade, de acordo com a variação do Índice Nacional da Variação de Custos do Transporte Rodoviário de Cargas Fracionadas – INCTF, em conformidade com a legislação em vigor, que será devidamente aferida pelo DNIT.

7.2. O primeiro período de contagem do interregno de um ano, se dará a partir da data da proposta da licitante vencedora e os demais seguirão a anualidade a contar da data do último reajuste.

7.3. O preço ajustado do objeto do instrumento convocatório também poderá sofrer reequilíbrio econômico-financeiro na hipótese previstas na alínea “d”, do inciso II, do art. 124, da Lei nº 14.133/21, as quais deverão ser documentalmente comprovadas pela CONTRATADA e aceitas pela CONTRATANTE.

7.4. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da proposta aceita na licitação.

7.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.6. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

- 7.7. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.8. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.10. O reajuste será realizado por apostilamento.
8. **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**
- 8.1. São obrigações do CONTRATANTE:
- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos.
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência 03 (Doc. SEI nº [24938248](#)).
- 8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO.
- 8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato.
- 8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO.
- 8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.1.10. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.
- 8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.1.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, assim como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 8.1.14. A execução dos serviços serão autorizados mediante a Ordem de Serviço, quando se tratar de movimentação de servidores. E quando se tratar de movimentação de mobiliário entre as unidades desta Autarquia, poderá ser autorizado também por E-mail Institucional.
- 8.1.15. Designar um servidor especialmente para acompanhar e fiscalizar o recebimento do material, a ser indicado pela Coordenação-Geral de Recursos Logísticos, anotando em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, sendo que as decisões e providências que ultrapassem sua competência deverão ser solicitadas em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.
- 8.1.16. Não permitir a prestação do serviço em desacordo com o preestabelecido no Termo de Referência 03 (Doc. SEI nº [24938248](#)).
9. **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**
- 9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Indicar e manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do Contrato.
- 9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior, prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
- 9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste Contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.
- 9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), assim como por todo e qualquer dano causado à Administração ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 9.8. Não contratar, durante a vigência do Contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do Contrato, até o dia 30 (trinta) do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo Contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE.
- 9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, aos locais dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.13. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do Contrato.

- 9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres.
- 9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.18. Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.
- 9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do Contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, assim como as reservas de cargos previstas na legislação.
- 9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas.
- 9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.23. O preço ajustado do objeto do instrumento convocatório também poderá sofrer correção, desde que reste comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas na alínea “d”, do inciso II, do art. 124, da Lei nº 14.133/2021, as quais deverão ser documentalmente comprovadas pela CONTRATADA e aceitas pelo CONTRATANTE.
- 9.24. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE.
- 9.25. A CONTRATADA deverá apresentar a proposta para a realização do transporte em, no máximo, 48 (quarenta e oito) horas após a solicitação do DNIT.
- 9.26. No prazo de 15 (quinze) dias úteis após a assinatura do Contrato, a CONTRATADA deverá apresentar à Fiscalização, para análise e guarda em pasta própria, listagem de caminhões que serão utilizados nos serviços, acompanhada dos respectivos certificados de registro e licenciamento dos veículos - CRLV's em nome da CONTRATADA.
- 9.27. Transportar os bens constantes da solicitação, da origem ao endereço indicado, desmontando e embalando todos bens, conforme o caso, no ato da apanha a partir do recebimento da “ordem de serviço ou E-mail Institucional de transporte de bens”, a ser encaminhada pelo DNIT por intermédio do Fiscal do Contrato.
- 9.28. Desembalar e efetuar a montagem do mobiliário, se for o caso, no ato da entrega no destino previamente indicado pelo CONTRATANTE.
- 9.29. No caso de movimentação de servidores, se os bens transportados chegarem primeiro na cidade de destino, a CONTRATADA deverá armazenar esses bens por até 15 (quinze) dias, sem ônus para o CONTRATANTE, salvo a metragem excedente do servidor.
- 9.30. Efetivar a medição da cubagem dos bens a serem transportados na presença do fiscal do Contrato (quando possível), e na falta desse, na presença do servidor removido ou pessoa por ele indicada.
- 9.31. Quando tratar-se de transporte de bagagens/mobiliário de servidor removido, a CONTRATADA, de comum acordo com o removido, deverá notificar a CONTRATANTE acerca da data e hora em que realizará tal serviço.
- 9.32. Para todas as hipóteses de transporte (bens diversos ou mobiliário de servidor removido), a CONTRATADA deverá ainda emitir planilha contendo o levantamento físico dos bens a serem transportados com a descrição daqueles e suas respectivas medidas em metros cúbicos. A referida planilha deverá ser assinada e carimbada pelo responsável da CONTRATADA e encaminhada à fiscalização do Contrato, para conhecimento.
- 9.33. Indenizar eventuais avarias e perdas (totais e parciais) no prazo máximo de **15 (quinze) dias corridos** após ter sido notificada.
- 9.34. Entregar os bens transportados no local de destino, em perfeita ordem, mediante recibo datado e assinado pelo servidor transferido ou autoridade que receber o bem, contendo o atestado de que os serviços foram prestados de modo satisfatório.
- 9.35. No caso de avarias ou extravio, total ou parcial, de bagagem, de mobiliário, veículos ou outros bens, o recibo deverá ser emitido, acrescido do termo “EXISTÊNCIA DE AVARIA OU EXTRAVIO”.
- 9.36. Executar os serviços do contrato por meio de pessoas com capacitação profissional, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que seus empregados, prepostos ou mandatários, no desempenho de suas funções, causem ao CONTRATANTE, conforme o [art. 120 da Lei 14.133/2021](#). Além disso, a Administração poderá solicitar a substituição daqueles cuja conduta seja julgada inconveniente ou cuja capacitação técnica seja insuficiente.
- 9.37. Cumprir os prazos estipulados, bem como os de sua proposta comercial.
- 9.38. Executar os serviços dentro das especificações e/ou condições constantes da Ordem de Serviço/E-mail Institucional, devidamente aprovados pela fiscalização do contrato.
- 9.39. Manter os funcionários devidamente uniformizados e/ou identificados quando em serviço deste órgão.
- 9.40. Fornecer aos seus funcionários, conforme normas de segurança do trabalho, os EPI's (equipamento de proteção individual) quando necessários à execução do serviço desta Autarquia.
- 9.41. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus funcionários.
- 9.42. Implantar, de forma adequada, a supervisão permanente dos serviços, de modo a obter uma operação correta e eficaz.
- 9.43. Não veicular publicidade acerca destes serviços, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE.
- 9.44. Fornecer relatórios semanais à fiscalização do contrato, contendo as informações da situação de todas as mudanças/transportes em execução, quando solicitado.
- 9.45. A CONTRATADA deverá apresentar, no ato da assinatura do Contrato, documento comprobatório de parceria com o agente de seguros de bagagem/bens diversos, no qual será utilizado na execução do serviço.
- 9.46. O valor correspondente à parcela do seguro de bagagem/bens diversos será pago, tendo como alíquota o valor percentual de 1% (um por cento), multiplicado pelo valor de cobertura da mudança declarado pelo servidor ou pela Administração, até o limite estabelecido na Ordem de Serviço/E-mail Institucional.
- 9.47. Para o transporte de bagagem/mobiliário e outros bens, a referida taxa de seguro deverá cobrir o valor declarado pelo servidor removido ou da movimentação de bens deste Departamento.
- 9.48. Oferecer ao servidor removido que tiver bens com volume acima do máximo permitido para a sua remoção e seus dependentes, conforme os limites estabelecidos no Termo de Referência, condições no mínimo iguais a do CONTRATANTE, ou seja, no máximo o mesmo valor por metro cúbico da faixa e o seguro no valor de 1% (um por cento) do valor dos bens excedentes.
- 9.49. A CONTRATADA não será obrigada a transportar animais, alimentos perecíveis e/ou plantas.
- 9.50. É obrigação da CONTRATADA o uso de rede de postos ou oficinas com capilaridade e alcance suficiente para evitar o deslocamento a longas distâncias para o abastecimento.



9.51. Observar as legislações vigentes sobre controle de poluição do meio ambiente, em especial as regulamentações do IBAMA, CONAMA, SECRETARIAS ESTADUAIS DE MEIO AMBIENTE E SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MEIO AMBIENTE, quando houver, em especial a Lei nº 8.723/93, Resolução CONAM nº 16/93 e atualizações, Portaria Ibama nº 85/96, legislação estadual e municipal, quando houver.

9.52. Manter programa interno de auto-fiscalização da correta manutenção da frota, quanto à emissão de fumaça, especialmente para os veículos a óleo diesel que integrem a frota utilizada na prestação dos serviços, sob pena de rescisão contratual.

9.53. Utilizar veículos movidos a combustíveis que causem menor impacto ambiental, visando à redução efetiva de emissões poluidoras à atmosfera.

9.54. Manter, prioritariamente, os veículos envolvidos indiretamente na execução dos serviços, como no apoio e supervisão dos serviços, os classificados com “A” ou “B” pelo Programa Brasileiro de etiquetagem Veicular (PBEV), considerando-se sua categoria.

9.55. Manter política de boas práticas ambientais na gestão de suprimentos especialmente quanto à aquisição e descarte de pneus, bem como dos resíduos dos processos de manutenção e limpeza dos veículos.

9.56. Observar as disposições contidas na Resolução CONAMA nº 416, de 30 de julho de 2009, e demais atualizações, quanto à destinação final ambientalmente adequada de pneus.

9.57. A apólice de seguro referente à mudança ou ao transporte deverá ser entregue ao interessado até o término dos serviços de embalagem dos pertences.

9.58. Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação.

9.59. Cumprir todas as condições estabelecidas no Termo de Referência 03 (Doc. SEI nº [24938248](#)).

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O Contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os Contratos e convênios de que trata o [§ 1º do art. 26 da LGPD](#) deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação, conforme regras previstas no contrato.

11.2. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

11.2.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.2.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

11.2.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

11.2.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

11.2.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

11.3. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

11.4. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

11.5. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

11.6. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

11.6.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

11.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

- 11.7.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 11.7.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada.
- 11.8. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 11.9. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 11.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.
- 11.11. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 11.11.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 11.11.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 11.12. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 11.12.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.
- 11.12.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.
- 11.13. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 11.14. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Termo de Referência.
- 11.15. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 11.16. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista no Termo de Referência.
- 11.17. A Minuta de Contrato SCONT (Doc. SEI nº [24959867](#)), anexo a este documento, oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.
- 11.18. A CONTRATADA deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.
12. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o CONTRATADO que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
  - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - c) der causa à inexecução total do contrato;
  - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
  - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
  - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; e
  - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 12.2. Serão aplicadas ao CONTRATADO que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 12.2.1. **Advertência**, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 12.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 12.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- 12.3. **Multa:**
- 12.3.1. moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.
  - 12.3.2. compensatória de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato em caso de descumprimento parcial do objeto.
  - 12.3.3. compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato em caso de descumprimento total do objeto.
  - 12.3.4. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- 12.4. o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para a apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o [inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021](#).
- 12.5. A aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.6. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.9. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 12.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.11. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

12.12. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12.13. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante; e
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.14. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

12.15. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.16. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

12.16.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12.17. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.18. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

### 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.6.1. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.6.2. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.6.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3.3. Indenizações e multas.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.8. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.8.4. Nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do [inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021](#), reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do Contrato.

13.8.5. O Contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau ([art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I - Gestão/Unidade: 39.30.03
- II - Fonte de Recursos: 1000.000.000
- III - Programa de Trabalho: 26.122.0032.2000.0001
- IV - Elemento de Despesa: 33.90.39.74
- V - Plano Interno: DAF00004
- VI - Nota de Empenho: A definir

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos

contratos.

16. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês ([art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

17. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES (POSIC) DO DNIT**

17.1. A CONTRATADA deverá atender integralmente as normas acerca da Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC), estabelecidas na Portaria nº 1745, de 29 de março de 2021, bem como atender todas as normas e procedimentos específicos vigente quanto ao tema.

17.2. A CONTRATADA se compromete a divulgar a [Portaria nº 1745, de 29 de março de 2021](#) e suas normas complementares aos seus empregados e prepostos envolvidos em atividades no DNIT.

18. **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO**

18.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), assim como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

19. **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO**

19.1. Fica eleito o Foro da Seção Judiciária da Justiça Federal do Distrito Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

19.2. E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes.

**FERNANDA GIMENEZ MACHADO FAÉ**  
Representante Legal do CONTRATANTE

Representante Legal da CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo dos Santos Braggio, Coordenador de Contratos e Aquisições**, em 03/06/2026, às 09:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.dnit.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.dnit.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **24959867** e o código CRC **C1D79774**.

Referência: Processo nº 50600.038501/2025-34

SEI nº 24959867



MINISTÉRIO DOS  
TRANSPORTES



Sector de Autarquias Norte | Quadra 3 | Lote A  
CEP 70040-902  
Brasília/DF |

Criado por [monalisa.santos](#), versão 15 por [ricardo.braggio](#) em 03/06/2026 09:05:29.



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES**  
**DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

**TERMO DE COMPROMISSO ÉTICO**

A empresa ....., com sede na cidade de ....., no Estado ....., situada à rua ....., n.º ....., bairro ....., CEP ....., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º ....., neste ato representada por seu representante legal ....., cargo ....., e o/a Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT/(Superintendência Regional do DNIT no Estado de ....., ente autárquico federal vinculado ao Ministério da Infraestrutura, com sede na capital do Distrito Federal – Setor de Autarquias Norte, Núcleo dos Transportes Q-3, B-A, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. .... /endereço da Unidade Descentralizada, neste ato representado pelo Diretor ..... /Superintendente Regional (CARGO e NOME DA AUTORIDADE), e tendo em vista o que consta no Processo nº ..... vêm, por meio deste Termo, firmar o compromisso público de conduzir a gestão deste contrato fundamentado nos mais elevados princípios éticos e morais, estimulando e promovendo a conduta ética dos empregados e servidores públicos envolvidos nesta relação ora estabelecida, e atuando decisivamente na prevenção da fraude e corrupção, contribuindo assim para um ambiente de transparência e integridade.

Declaram expressamente a concordância com as disposições do Código de Ética do DNIT e do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, pautando suas condutas com aquelas previstas naquele instrumento.

Brasília/DF, na data da assinatura eletrônica.

<div>Representante legal da CONTRATADA</div>	<div>Representante legal da CONTRATANTE</div>
--	---

**NOTA EXPLICATIVA**

Os editais de licitação abrangem toda sorte de assuntos e temas, mas um em especial, é pouco ou quase nunca referenciado. Negócios para serem bem-sucedidos necessitam de um fundamento de base, o elemento que diferencia o certo do errado: a Ética.

O Dicionário Michaelis define ética como:

1 Ramo da filosofia que tem por objetivo refletir sobre a essência dos princípios, valores e problemas fundamentais da moral, tais como a finalidade e o sentido da vida humana, a natureza do bem e do mal, os fundamentos da obrigação e do dever, tendo como base as normas consideradas universalmente válidas e que norteiam o comportamento humano.



2 **POR EXT** Conjunto de princípios, valores e normas morais e de conduta de um indivíduo ou de grupo social ou de uma sociedade.

Etimologicamente, **Ética**, vem do grego *ethos* e significa caráter, comportamento. Objeto de interesse da Filosofia, o estudo da ética é centrado na sociedade e no comportamento humano, sendo que o **pensamento ético** busca julgar o comportamento humano, dizendo o que é certo e errado, justo e injusto, refletindo as escolhas que o homem faz.

A função do pensamento ético é manter a ordem social, estabelecendo os limites do agir em comunidade. A ética é construída ao longo do tempo, apoiada nos valores e princípios morais de determinada sociedade. Os códigos éticos visam proteger a sociedade das injustiças e do desrespeito em qualquer esfera social, estabelecendo as referências e limites das relações sociais.

A ética empresarial busca que a realização dos negócios ocorra dentro de um padrão ético satisfatório, introduzindo a conduta ética e os valores morais na realização dos mesmos como um meio de melhoria da vida em sociedade, e conseqüentemente, do bem-estar dos indivíduos que a compõe.

Em especial, as relações contratuais públicas-privadas devem primar pela adoção incondicional dos mais elevados princípios éticos e valores morais aceitos pela sociedade brasileira, impondo os limites que independem da posituação das condutas esperadas na construção do patrimônio público, que se utiliza dos recursos públicos arrecadados da população e a ela devem retornar, com a devida prestação de serviços e cumprimento das políticas públicas estabelecidas pelos representantes da sociedade em seu nome.

E sendo o DNIT a autarquia com a competência para implementar, em sua esfera de atuação, a política formulada para a administração da infraestrutura do Sistema Federal de Viação, compreendendo sua operação, manutenção, restauração ou reposição, adequação de capacidade, e ampliação mediante construção de novas vias e terminais (Lei 10.233/2001), a este pretexto e em cumprimento a essa importante política pública, possui a relevante responsabilidade de gerir recursos e patrimônio públicos expressivos, de importância estratégica ao país com o esmero, transparência e integridade que necessariamente devem envolver e comprometer todos com quem estabelece suas relações contratuais.

Como já mencionado, as regras positivadas advém da formalização da moral praticada pela sociedade, e esta tem como origem os princípios éticos praticados por seus cidadãos.

Assim, o princípio ético praticado é importante de ser regulamente reafirmado, para sempre se constituir no guia e referência das partes envolvidas no negócio empreendido.

Com este propósito e para que o alcance e disseminação do princípio ético seja o mais amplo possível, o DNIT institui nesse instrumento o documento denominado “**Termo de Compromisso Ético**”, a ser firmado no ato da assinatura do contrato de prestação de serviços / fornecimento de bens previsto neste ato convocatório.

O Termo de Compromisso Ético deste edital reflete o comprometimento do agente privado envolvido nesta aquisição pública, externando a vontade e a disposição em aderir, **livre e autonomamente**, às disposições do “*Código de Ética do DNIT*”, assim como do “*Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal*” (ambos instrumentos referenciados nos fundamentos legais deste edital).

**COMISSÃO DE ÉTICA DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE  
INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES**



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo dos Santos Braggio, Técnico de Suporte em Infraestrutura de Transportes**, em 28/04/2026, às 15:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.dnit.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.dnit.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **24527268** e o código CRC **93C74B9E**.

<div><div><div><div><div>DNIT</div><div>DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES</div></div></div><div><div>MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES</div></div><div><div>GOVERNO DO BRASIL</div><div>DO LADO DO POVO BRASILEIRO</div></div></div></div>	<div>Setor de Autarquias Norte   Quadra 3   Lote A CEP 70040-902 Brasília/DF  </div>
--	--

**TERMO DE ADESÃO VOLUNTÁRIA À POLÍTICA ANTIFRAUDE E  
ANTICORRUPÇÃO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE  
INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES (DNIT)**

Nº \_\_\_\_/20\_\_

A empresa ....., com sede na cidade de ....., no Estado ....., situada à rua ....., n.º ....., bairro ....., CEP ....., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º ....., neste ato representada por seu representante legal ....., cargo ....., vem, por intermédio deste Termo, aderir voluntariamente à Política Antifraude e Anticorrupção do DNIT, COMPROMETENDO-SE a:

1. Difundir as vedações impostas pela Política Antifraude e Anticorrupção do DNIT a todos os funcionários da empresa.
2. Cumprir e exigir o cumprimento da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e demais normas pertinentes ao tema em todos os níveis, rechaçando qualquer ato ou atividade que constitua ou possa ser entendido como ato lesivo aos interesses da Administração Pública.
3. Denunciar ao DNIT qualquer ação ou omissão que venha a ter conhecimento e que importem em descumprimento da Política Antifraude e Anticorrupção do DNIT, da legislação Anticorrupção vigente e aos demais normativos de combate à fraude e a atos de corrupção.
4. Declaro ter plena ciência de que o descumprimento do disposto neste Termo de Adesão ensejará, independentemente de culpa ou dolo, na rescisão motivada do contrato celebrado com o DNIT, bem como as demais medidas cabíveis nas esferas administrativas e criminais.

E, por compreender e aceitar sem reservas todo o exposto acima, assino o presente Termo para que produza todos os efeitos.

Brasília/DF, na data da assinatura eletrônica.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo dos Santos Braggio**, Técnico de Suporte em Infraestrutura de Transportes, em 28/04/2026, às 15:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.dnit.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.dnit.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **24527732** e o código CRC **5DDDCBAB**.

Referência: Processo nº 50600.038501/2025-34

SEI nº 24527732

 MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	 GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO	Setor de Autarquias Norte   Quadra 3   Lote A CEP 70040-902 Brasília/DF
--	---	---

Criado por [monalisa.santos](#), versão 6 por [monalisa.santos](#) em 23/04/2026 11:10:17.



Nome Completo:		RG:		CPF:	
Origem:				Fone/Cel_WhatsApp:	
Cidade:	UF:	CEP:			
Destino:				Fone/Cel_WhatsApp:	
Cidade:	UF:	CEP:			

NOME DE RESPONSÁVEL					
E-MAIL:					

Qtde.	Descrição	m²	Total	Valor
I - SALAS ESTAR E/OU JANTAR				
	Abajour	0,20	0,00	
	Aparelho Som	0,20	0,00	
	Ar Condicionado	0,30	0,00	
	Arranjos Ornãm.	0,10	0,00	
	Banco p/ Piano	0,10	0,00	
	Banqueta	0,30	0,00	
	Bar	0,87	0,00	
	Bau	0,50	0,00	
	Biombo	0,36	0,00	
	Buffet c/ Cristal.	1,23	0,00	
	Buffet Grande	1,30	0,00	
	Buffet Pequeno	0,95	0,00	
	Cadeira Balanço	0,42	0,00	
	Cadeira Braço	0,30	0,00	
	Cadeira Criança	0,20	0,00	
	Cadeira Simples	0,20	0,00	
	Carrinho Chá	0,82	0,00	
	Console	0,50	0,00	
	Cristaleira	2,00	0,00	
	Cx. c/ CD's	0,10	0,00	
	Cx. c/ Discos	0,10	0,00	
	Cx. c/ DVD's	0,10	0,00	
	Cx. Som Grande	0,50	0,00	
	Cx. Som Pequena	0,32	0,00	
	DVD Player	0,10	0,00	
	Espelho	0,63	0,00	
	Estabilizador	0,10	0,00	
	Estante Alta	1,02	0,00	
	Estante Baixa	0,65	0,00	
	Lustre / Luminária	0,13	0,00	
	Mármore / Granito	0,60	0,00	
	Mesa Centro	0,40	0,00	
	Mesa Dobrável	0,30	0,00	
	Mesa Elástica	0,85	0,00	
	Mesa Jantar 6 L	1,50	0,00	
	Mesa Jantar 8 L	2,00	0,00	
	Mesa Telefone	0,23	0,00	
	Mesa TV	0,50	0,00	
	Piano Armário	2,00	0,00	
	Poltrona	1,00	0,00	
	Rack	0,70	0,00	
	Rádio	0,10	0,00	
	Relógio	0,10	0,00	
	Relógio em Pé	0,34	0,00	
	Sofá c/ 2 lugares	1,50	0,00	
	Sofá c/ 3 lugares	2,50	0,00	
	Sofá c/ 4 lugares	3,50	0,00	
	Tapete Grande	0,38	0,00	
	Tapete Pequeno	0,23	0,00	
	TV 20"	0,27	0,00	
	TV 29"	0,45	0,00	
	TV LCD	0,50	0,00	
	TV Plasma 30" acima	0,50	0,00	
	Ventilador	0,20	0,00	
	Video Cassete	0,23	0,00	
	Vidro Mesa	0,55	0,00	
	Puff	0,50	0,00	
Parcial I		0,00		R\$ 0,00

Qtde.	Descrição	m²	Total	Valor
II - DORMITÓRIOS				
	Ar Condicionado	0,30	0,00	
	Arca Bau	1,00	0,00	
	Armário 2 Portas	1,00	0,00	
	Armário 3 Portas	1,50	0,00	
	Armário 4 Portas	2,00	0,00	
	Armário 5 Portas	2,50	0,00	
	Armário Duplex	1,85	0,00	
	Cama Beliche	2,00	0,00	
	Cama Berço	1,50	0,00	
	Cama Casal	1,57	0,00	
	Cama Criança	1,00	0,00	
	Cama queen	2,00	0,00	
	Cama Solteiro	1,20	0,00	
	Carrinho Bebê	0,30	0,00	
	Cesto Roupas	0,30	0,00	
	Colchão Berço	0,48	0,00	
	Colchão Casal	0,80	0,00	
	Colchão Solteiro	0,30	0,00	
	Cômoda / Penteadeira	0,80	0,00	
	Mala Grande	0,20	0,00	
	Mala Pequena	0,10	0,00	
	Máquina Costura	1,23	0,00	
	Máquina Overloc	1,23	0,00	
	Mesa Cabeceira	0,53	0,00	
	Sofá-Cama	1,37	0,00	
Parcial II		0,00		R\$ 0,00

Qtde.	Descrição	m²	Total	Valor
III - COZINHA				
	Armário Alto	1,07	0,00	
	Armário Baixo	1,07	0,00	
	Armário Parede	0,58	0,00	
	Balança	0,22	0,00	
	Batedeira	0,10	0,00	
	Bebedouro	0,20	0,00	
	Botijão Gás	0,50	0,00	
	Cafeteira Elétrica	0,10	0,00	
	Cx. c/ Utensílios	0,15	0,00	
	Enceradeira	0,40	0,00	
	Espremedor Frutas	0,10	0,00	
	Exaustor	0,30	0,00	
	Ferro Passar	0,01	0,00	
	Filtro	0,35	0,00	
	Fogão	1,00	0,00	
	Freezer	1,00	0,00	
	Fruteira	0,32	0,00	
	Geladeira	1,50	0,00	
	Lava Louças	0,65	0,00	
	Lava Roupas	1,00	0,00	
	Liquidificador	0,10	0,00	
	Mesa	0,88	0,00	
	Microondas	0,30	0,00	
	Mixer	0,10	0,00	
	Moedor	0,10	0,00	
	Secadora	0,53	0,00	
	Torradeira	0,10	0,00	
	Vasos	0,85	0,00	
Parcial III		0,00		R\$ 0,00

Qtde.	Descrição	m²	Total	Valor
IV - ESCRITÓRIO				
	Ar Condicionado	0,40	0,00	
	Divisórias	0,80	0,00	
	Cadeira Estofada	0,45	0,00	
	Ventilador	0,20	0,00	
	Cofre	0,75	0,00	
	Computador	0,30	0,00	
	Cx. c/ Mat. Escr.	0,10	0,00	
	Escrivan. Canto	0,67	0,00	
	Escrivan. Grande	1,00	0,00	
	Escrivan. Pequena	0,67	0,00	
	Escrivaninha em L	1,00	0,00	
	Estante Aço	0,93	0,00	
	Estante Madeira	1,00	0,00	
	Fax	0,13	0,00	
	Fogareiro	0,28	0,00	
	Impressora	0,22	0,00	
	Máq. Escr. Eletr.	0,20	0,00	
	Mesa Reunião grande	1,50	0,00	
	Monitor	0,10	0,00	
Parcial IV		0,00		R\$ 0,00

Qtde.	Descrição	m²	Total	Valor
V - DIVERSOS				
	Antena Parabólica	1,00	0,00	
	Antena TV Cabo	0,48	0,00	
	Aquecedor	0,32	0,00	
	Aspirador Pó	0,22	0,00	
	Bateria	0,30	0,00	
	Bicicleta	0,50	0,00	
	Cama/Mesa/Banho	0,10	0,00	
	Pares Sapatos	0,01	0,00	
	Cristais	0,10	0,00	
	Cx. c/ Bebidas	0,10	0,00	
	Cx. c/ Brinquedos	0,10	0,00	
	Cx. c/ Cortinas	0,30	0,00	
	Cx. c/ Ferram. Dom.	0,10	0,00	
	Cx. c/ Livros	0,10	0,00	
	Cx. c/ Perfumes	0,10	0,00	
	Cx. c/ Roupas	0,10	0,00	
	Cx. Enfeites Natal	0,10	0,00	
	Cx. Obj. Uso Pes.	0,10	0,00	
	Escada Alumínio	0,32	0,00	
	Esculturas	0,30	0,00	
	Filmadora	0,10	0,00	
	Formulários Div.	0,10	0,00	
	Louças	0,10	0,00	
	Máq. Fotográfica	0,10	0,00	
	Cx c/ Porcelana	0,10	0,00	
	Prancha Surf	0,80	0,00	
	Projeto	0,30	0,00	
	Quadros / Telas	0,55	0,00	
	Tábua Passar	0,20	0,00	
	Tampo Inox	0,35	0,00	
	Teclado	0,53	0,00	
	Varão p/ Cortina	0,23	0,00	
	Violão / Guitarra	0,40	0,00	
Parcial V		0,00		R\$ 0,00

VOLUME DO VEÍCULO *	Descrição	0,50 **	M² Total	Valor
	Automóvel Hatch *	0,50		
	Automóvel Pick Up *	0,00	0,00	
	Automóvel Sedan *	0,00	0,00	
	Automóvel SUV *	0,00	0,00	
	Calças Diversas	0,12	0,00	
	Cx. c/ Mantimentos	0,12	0,00	
	Cx. c/ Objetos Diversos	0,12	0,00	
	Cx. c/ Produtos Limpeza	0,12	0,00	
	Moto *	0,00	0,00	
Parcial VI		0,00		R\$ 0,00

\* O VOLUME DO VEICULO É O RESULTADO DA ALTURA X LARGURA X COMPRIMENTO, EM METROS, CONSTANTES DA FICHA TÉCNICA/MANUAL DO VEÍCULO.  
 \*\* O "0,50" REFERE-SE A 50% DO VOLUME REAL DO VEÍCULO, TENDO EM VISTA QUE OS ESPAÇOS LATERAIS E SUPERIOR DO CAMINHÃO BAÚ NÃO SERÃO OCUPADOS POR OUTROS BENS, PARA RESGUARDAR A INTEGRIDADE DA LATARIA E DA PINTURA DO RESPECTIVO VEÍCULO.

Tamanho Total da Mudança = 0,00 m³
Valor Total Declarado dos Bens = R\$ 0,00 R\$